

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA OLIVEIRA CAMPOS

**O REINO UNIDO E A EUROPA CONTINENTAL: UM DEBATE SOBRE O BREXIT E
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA**

Dissertação de Mestrado

UBERLÂNDIA
2024

LETÍCIA OLIVEIRA CAMPOS

**O REINO UNIDO E A EUROPA CONTINENTAL: UM DEBATE SOBRE O BREXIT E
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Haroldo Ramanzini Júnior

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C198
2024

Campos, Letícia Oliveira, 1998-
O Reino Unido e a Europa Continental [recurso
eletrônico] : Um debate sobre o Brexit e o processo de
integração na Europa. / Letícia Oliveira Campos. - 2024.

Orientador: Haroldo Ramanzini Júnior .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.405>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. , Haroldo Ramanzini
Júnior, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

LETICIA OLIVEIRA CAMPOS

O REINO UNIDO E A EUROPA CONTINENTAL: UM DEBATE SOBRE O
BREXIT E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Instituições Internacionais

Uberlândia, 05 de julho de 2024

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior – Orientador (UFU)

Prof^a. Dr^a. Regiane Bressan - (UNIFESP)

Prof^a. Dr^a. Débora Prado – (UFU)

Dedico este trabalho à minha família e amigos que estiveram sempre presentes direta ou indiretamente em todos os momentos de minha formação.

Agradecimentos

“Ele [Cristo] é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste.”

Colossenses 1:17

Escrever uma dissertação é uma atividade assustadoramente maravilhosa. Assustadora cada vez que me deparava com as minhas limitações, perguntas sem respostas, extensa grade de leitura e um tempo dividido entre estudo e longas horas de trabalho formal. Maravilhosa quando o vi tomando forma, tive muitas perguntas respondidas, vi a pesquisa avançando, e a percepção de quantos amigos e irmãos especiais Deus tem colocado no meu caminho.

Como todo agradecimento, eu poderia começar agradecendo a Deus pelo dom da vida, pela escrita e tudo o mais, porém, eu cheguei ao entendimento de que Deus jamais poderia ser o primeiro lugar em uma lista, senão a razão de ser e existir da minha vida, da própria lista, deste trabalho. Se essa dissertação existe, é porque Cristo é e segue sendo, e nele, tudo subsiste, aqui e eternamente. Ele é a causa primeira, a minha autoridade científica, o Senhor e a razão de tudo que faço, seja somente Ele aqui glorificado.

Agradeço à minha família, principalmente meus pais, Marcos e Fabiana, pelo porto seguro, por todo o sacrifício e investimentos nos meus estudos, por todo o amor manifestado em todas as formas possíveis, a saber, cuidado, caronas, marmitas, ouvidos atentos e, por muitas vezes, quando necessário, o silêncio; obrigada por acreditarem em mim, pela força e carinho que me sustentaram, acolheram e o seguem fazendo até aqui.

Agradeço à minha grande família em Cristo. À igreja Luz do Evangelho, o corpo local em que faço parte, por todas as orações, apoio, serviço, e por entenderem e suprirem minhas ausências em algumas atividades. Agradeço à célula de meninas na quarta-feira, por todas as orações, amizade e palavras de ânimo. Agradeço às pessoas do Devocional de Segunda-feira e todo o pessoal do CHI ALPHA UFU por sempre colocarem meu mestrado e o desenvolvimento da pesquisa em suas reuniões de oração. Agradeço a Sarah Sales e Gabriela por nossos momentos de partilha e oração nos horários de almoço, Deus sabe quão preciosos foram estas ocasiões durante a pesquisa, e vocês foram instrumentos de Deus.

Agradeço aos melhores amigos/irmãos que alguém poderia ter, Renata, Pedro Henrique, Silas, Maria Paula, Thiago e Ieda, Sara Marinho, Stefanie, e à minha fiel discipuladora Michele, por cada palavra de ânimo, pelos ouvidos atentos, pelas dicas práticas, pelas orações, pelos lanchinhos, pelas ferramentas apresentadas, por me lembrarem de dizer não aos diversos “compromissos” que surgiam; por me cobrarem a escrita e a dedicação, por me proporcionarem momentos de descanso e por absorverem muitas das minhas preocupações, obrigada por serem vocês.

Agradeço aos amigos mestres, que com suas experiências, muito me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho. Ao Kallan Sipple, por sua disposição de sempre ir à Cargill almoçar comigo para falar de teorias de integração regional e crises na Europa, pela leitura atenta e os ricos apontamentos feitos a este trabalho. Agradeço às minhas grandes amigas e mestras Tainá e Juliana, por me lembrarem também de aproveitar esse processo do mestrado como uma

oportunidade única, por me ouvirem com amor e atenção, por acalmarem meus nervos, por todas as dicas de escrita, qualificação, leitura e prazos.

Agradeço à toda a minha equipe de trabalho da Cargill, “*the dream team*”, principalmente, meus companheiros de embarques FOB, nomeadamente Ruthy, Rafa e Hamilton (fobinhos), por compreenderem meu pedido de férias adiantado, por me suprirem em algumas ausências e por todo o encorajamento ao longo do mestrado. Agradeço especialmente minha chefe, Luciana Calegari, pela compreensão desta fase, pelo encorajamento, pelo suporte enquanto minha atenção estava dividida, e por me permitir adiantar as férias, e algumas horas fora do trabalho para dedicação à pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, professor Haroldo Ramanzini, por acreditar no meu projeto, pela paciência, estabilidade, calma, encorajamento, por todos os textos enviados, pelas dicas de estrutura e pela leitura atenta.

Agradeço à minha banca, professoras Regiane Bressan e Débora Prado pela disposição, por cada apontamento no processo de qualificação, pelas dicas práticas, pelos textos enviados e por acreditarem no meu tema.

Agradeço ao professor Filipe Mendonça pela acessibilidade e o contato direto com os alunos do mestrado, e por ter me ajudado a estruturar meu projeto quando ainda era apenas uma ideia distante.

Por fim, estou grata por todas as limitações que este trabalho me revelou, pois elas me levaram para mais perto do meu Senhor. Se este trabalho existe, certamente não fui eu, mas Cristo através de mim, e por isso, serei eternamente grata.

Resumo

Esta dissertação examina a complexa relação entre o Reino Unido e a União Europeia, culminando na decisão do Reino Unido de deixar a UE através do Brexit. Analisa a ambivalência histórica do Reino Unido em relação à integração europeia, o crescente euroceticismo que conduziu ao referendo de 2016 e as negociações subsequentes e o impacto do Brexit na política interna britânica. A dissertação argumenta que a visão excepcionalista que o Reino Unido tem de si mesmo, a sua preferência histórica por um papel global em detrimento da integração regional e a crescente preocupação pública com a soberania e a imigração acabaram por alimentar a decisão do Brexit. Ademais, este fenômeno nos traz elementos importantes para o estudo da integração regional na Europa, e nos permite compreender que a análise pós-funcionalista da integração, somado aos conceitos de integração diferenciada e desintegração diferenciada possuem elementos-chave para o entendimento do Brexit e posteriores eventos e desafios no campo das teorias de integração regional na Europa.

Palavras-chave: Brexit; Reino Unido; União Europeia; Europa; Integração

Abstract

This dissertation examines the complex relationship between the United Kingdom and the European Union, culminating in the United Kingdom's decision to leave the EU through Brexit. It analyzes the UK's historical ambivalence towards European integration, the growing Euroscepticism leading up to the 2016 referendum and subsequent negotiations, and the impact of Brexit on British domestic politics. The dissertation argues that the United Kingdom's exceptionalist view of itself, its historical preference for a global role to the detriment of regional integration and growing public concern about sovereignty and immigration ended up fueling the Brexit decision. Furthermore, this phenomenon brings us important elements for the study of regional integration in Europe, and allows us to understand that the post-functionalist analysis of integration, added to the concepts of differentiated integration and differentiated disintegration, have key elements for understanding Brexit and subsequent events and challenges in the field of regional integration theories in Europe.

Keywords: Brexit; UK; European Union; Europe; Integration.

Lista de ilustrações

Figura 1 – (Fonte: Eurobarômetro,1975).....	40
---	----

Lista de abreviaturas e siglas

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BREXIT	Britain Exit
BTO	Brussels Treaty Organisation
CE	Comunidade Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
EFTA	European Free Trade Association
ERM	Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio
EUA	Estados Unidos da América
NHS	National Health Service
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECC	Organização para a Cooperação Econômica Europeia
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UE	União Europeia
UKIP	United Kingdom Independence Party

Sumário

	Introdução	12
1	Capítulo 1: O Reino Unido e a Europa Continental – “Estamos com a Europa, mas não somos dela”	17
1.1	Primeira Fase – Pós-segunda Guerra e a posição insular do Reino Unido frente à Europa Continental.....	17
1.1.1	O Tratado de Bruxelas e a Formação da OTAN	22
1.1.2	O Plano Schuman e a formação da Comunidade do Carvão e do Aço	26
1.2	Segunda Fase - A formação da Comunidade Econômica Europeia.....	29
1.2.1	A aproximação da Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Europeia .	30
1.3	Terceira Fase – A entrada do Reino Unido na CEE	32
1.4	Quarta Fase - O primeiro referendo.....	36
1.5	Quinta Fase - A formação da União Europeia e o impacto na política doméstica do Reino Unido	42
2	Capítulo 2 - O Brexit e seus desdobramentos.....	45
2.1	O governo de coalização e o euroceticismo crescente no Reino Unido.....	45
2.2	O referendo de 2016	50
2.3	As campanhas <i>Leave</i> versus <i>Remain</i>	53
2.4	O processo de negociações para a saída (2016-2020)	56
2.5	Relacionamento Pós-Brexit – O período de transição e novas negociações	60
3	Capítulo 3 – As novas abordagens das teorias de Integração Regional	64
3.1	O Pós-funcionalismo	66
3.2	A Integração diferenciada.....	70
3.3	A Desintegração diferenciada.....	75
	Conclusão.....	79
	Referências.....	83

Introdução

A emblemática saída do Reino Unido da União Europeia gerou grande impacto nas relações internacionais, pois até então, nenhum país nunca havia saído da União Europeia. Este fenômeno sem precedentes, ampliou a gama literária sobre o processo de integração na Europa e ressuscitou trabalhos que já haviam abordado sobre a questão identitária do Reino Unido frente à União Europeia (UE), desde o pós-segunda guerra mundial.

Anderson (1983), afirma que cidadãos políticos ao redor do globo gostam de pensar em seus próprios estados como excepcionais, e isso não diferiu com o Reino Unido. Não obstante, como aponta Glencross (2016), o excepcionalismo britânico não se dá somente pela geografia ou sentimentos nacionalistas, mas por uma série de políticas externas levadas de forma pragmática e utilitária, despojada de um compromisso normativo com um ideal europeu de uma união cada vez mais estreita.

A relação do Reino Unido com a União Europeia (UE) desde a Segunda Guerra Mundial até hoje é marcada por uma série de eventos e políticas que refletem uma mistura de cooperação, ceticismo, tensão e identidade. Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa buscou formas de evitar futuros conflitos e promover a recuperação econômica. Em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi criada, e em 1957, o Tratado de Roma estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

A incapacidade de perceber benefícios suficientes da partilha de soberania é porque, na década de 1950, o Reino Unido permaneceu distante do projeto original franco-alemão de unidade europeia (DINAN, 2004). O Reino Unido, inicialmente cético sobre a integração europeia, optou por não participar dessas iniciativas, preferindo acordos comerciais bilaterais e a criação da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), em 1960.

Após duas tentativas fracassadas vetadas pela França, o Reino Unido finalmente aderiu à CEE em 1973 sob o governo conservador de Edward Heath. A adesão foi confirmada por um referendo em 1975, em que 67% dos eleitores votaram pela permanência na CEE.

Durante o mandato de Margaret Thatcher como Primeira-ministra de 1979 a 1990, o Reino Unido expressou crescente ceticismo em relação à CEE, principalmente devido às contribuições britânicas ao orçamento comunitário e à perda de soberania. Thatcher negociou um rebate do orçamento em 1984. E em 1986, o conhecido “Ato Único Europeu” que estabeleceu a base para o mercado único, foi uma iniciativa apoiada pelo Reino Unido, todavia, o Tratado de Maastricht de 1992, que criou a União Europeia e estabeleceu a união econômica e monetária, foi recebido com relutância.

Nos anos 1990 e 2000, o Reino Unido, sob os governos de John Major, Tony Blair e Gordon Brown, manteve uma abordagem de “cooperação cautelosa” com a UE. O Reino Unido optou por não adotar o euro, mantendo a libra esterlina como sua moeda. Ao mesmo tempo, participou ativamente do mercado único e apoiou a expansão da UE para incluir países da Europa Central e Oriental (GLENCROSS, 2016).

A crise financeira de 2008 e a subsequente crise do euro aumentaram o ceticismo britânico em relação à UE. Em 2013, o primeiro-ministro David Cameron prometeu um referendo sobre a adesão do Reino Unido à UE se os conservadores vencessem as eleições gerais de 2015. Após a vitória, o referendo foi realizado em junho de 2016, resultando em 52% dos votos a favor da saída da UE, o Brexit.

Após o referendo, Cameron renunciou, e Theresa May tornou-se primeira-ministra. Em março de 2017, o Reino Unido notificou oficialmente a UE de sua intenção de sair, iniciando o processo de dois anos estipulado pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Após negociações complexas e várias prorrogações, o Reino Unido deixou formalmente a UE em 31 de janeiro de 2020, com um período de transição até 31 de dezembro de 2020.

A história política do excepcionalismo britânico lança uma longa sombra ao explicar por que razão em 2016 o Reino Unido, sozinho entre os seus pares da UE, realizou um referendo sobre a permanência no bloco. O próprio apelo à realização de um referendo para determinar o estatuto da Grã-Bretanha na UE foi uma declaração de uma atitude excepcionalista baseada na ideia de que a Grã-Bretanha poderia abandonar uma UE federalizante sem consequências danosas. A aposta do referendo evocou assim um sentimento inerente de superioridade (GLENCROSS, 2016).

Em suma, a relação do Reino Unido com a UE evoluiu de um ceticismo inicial e relutância em participar da integração europeia, para uma participação ativa, mas cautelosa, culminando em uma decisão histórica de sair da UE. O impacto do Brexit e as futuras relações entre o Reino Unido e a UE continuam a ser desenvolvidas e ajustadas conforme novas realidades políticas e econômicas emergem.

O presente trabalho intitulado: “O Reino Unido e a Europa Continental: Um debate sobre o Brexit e o processo de integração na Europa”, surgiu como uma tentativa inicial de contribuição ao tema dentro da academia brasileira. Hodiernamente, existem estudos sendo desenvolvidos na temática, mas em sua grande maioria europeus. No Brasil, Angelica Szucko (2020) é uma expoente no debate da relação do Reino Unido com a Europa. Esses principais autores, abordam o Brexit e os estudos da integração europeia em suas diversas vertentes, desde as conhecidas teorias tradicionais da integração, como o funcionalismo e neo-funcionalismo, intergovernamentalismo, federalismo entre outros, até às abordagens mais atuais como o pós-funcionalismo, integração e desintegração diferenciada.

Vemos que os diversos desdobramentos desde o Brexit afetam o processo de integração europeu e gerando variáveis interessantes para os estudos da integração nas relações internacionais. A primeira parte do título “O Reino Unido e a Europa continental” é caracterizada pela percepção identitária do Reino Unido frente ao projeto de integração europeu. Como veremos mais adiante no trabalho, o Reino Unido se via como uma nação a parte da Europa. Sua característica “insular” geográfica influenciou a visão da própria nação acerca de si mesma, estavam próximos da Europa, mas não faziam parte dela.

Portanto, o Reino Unido existia fora do projeto de integração europeu, um amigo da

Europa, mas não se identificavam enquanto europeus, pertencentes de forma completa e identitária ao continente europeu, como será evidenciado no capítulo 1 deste trabalho.

O subtítulo deste trabalho: “Um debate sobre o BREXIT e o processo de integração na Europa” revela o intuito desta dissertação de apresentar os diversos acontecimentos na política doméstica do Reino Unido que influenciaram a convocação do referendo, as negociações e todo o processo que culminaram na saída do Reino Unido da União Europeia.

Visto isso, o trabalho mostra como o BREXIT, sendo um fenômeno sem precedentes, influenciou o campo das teorias de integração, gerando novos trabalhos que se esforçavam em compreender a integração na Europa, não somente pelos pontos de vista econômicos da integração, mas também os identitários, ligando a importância e influência da opinião pública e as diversas estratégias de diferenciação na integração entre os países participantes do bloco europeu, que uma vez que as diferenciações se tornassem crescentes, poderia levar a uma desintegração diferenciada.

A presente dissertação utiliza-se do método indutivo e estudo de caso, partindo de um fenômeno particular que é a relação peculiar do Reino Unido com a Europa até o seu ápice, a saber, o Brexit. Ademais, aborda os diversos desdobramentos, principalmente no que tange as diferenciações no processo de integração e a importância da pluralidade de teorias, que podem nos ajudar na aplicação e desenvolvimento das teorias de integração a casos generalizados ou até mesmo casos futuros que possam existir.

A pesquisa se utilizou principalmente de uma vasta e ampla bibliografia que tratam a questão identitária do Reino Unido, o euroceticismo, e os principais acontecimentos ao longo dos mais de 40 anos de história do país com o processo de integração europeu. Ademais, foi feita uma revisitação das bibliografias clássicas de integração para compreensão do que já existe escrito sobre o tema e o que poderia ser aplicado no trabalho ou não, ainda que não tenham sido abordadas de forma detalhada nessa dissertação.

Para além das bibliografias, foram necessárias análises de documentos como atas de reuniões da União Europeia e parlamento inglês, relatórios gerados pela Comissão Europeia, arquivos do parlamento e da própria União Europeia, tratados e discursos de diversos líderes políticos importantes à época aqui tratada. Ademais, recursos midiáticos, como alguns documentários produzidos pela *BBC News* e o *Financial Times*, além de algumas palestras feitas no Brasil com Carlos Lessa e outros professores, e palestras de Universidades Europeias que tratavam o tema do Brexit e da integração na Europa.

Vale ressaltar que este trabalho foi feito de maneira exploratória, tanto pela proximidade temporal do ocorrido, quanto pela complexidade e pluralidade de fatores, que gera desafios na produção de conhecimento e conceitos e teorias robustas que explicam definitivamente o tema. É um fenômeno que ainda que tenha 4 anos desde a conclusão de saída, segue tendo negociações e adaptações dos seus efeitos ainda hoje.

Inclusive, no início, quando este trabalho foi pensado e idealizado, buscava-se compreender puramente o aspecto da divisão da soberania como principal fator pelo qual alguns países poderiam

escolher deixar o bloco. Contudo, isso se mostrou ao longo da pesquisa ineficiente, uma vez que descartava diversos fatores importantes para a análise do fenômeno que ia além da divisão da soberania.

Após a constatação acima, buscou então, entender o Brexit como uma evidência empírica de que a Europa estava caminhando progressivamente em uma espiral de desintegração, que poderia levar a uma desintegração de todo o bloco pouco a pouco a partir da influência dos diversos países eurocéticos e a nova direita conservadora. Contudo, isso também se mostrou falseável, pois aspectos atuais como o próprio Brexit aqui tratado, a guerra da Rússia e Ucrânia, questões econômicas na zona euro, imigração, nova direita e o crescente euroceticismo, em realidade, não demonstra uma Europa em desintegração, e sim uma Europa resiliente, que apesar dos desafios tem criado mecanismos capazes de defender o processo de integração europeu, ainda que com diferenciações entre a integração de um país e outro.

Diante disso, o argumento principal deste trabalho é o de que o processo histórico do Reino Unido com a União Europeia é caracterizado por momentos de integração de 1973-2020, de contestações como o referendo de 1975, de diferenciações como veremos nos diversos *opt-outs* ao longo de todo o processo de integração, e também de reversão e desintegração desde o ano de 2020 até hoje. Vemos que isso ocorreu não somente por uma atitude ou nível de burocratização e déficit democrático da União Europeia, mas principalmente, pela maneira em que o Reino Unido vê a si mesmo no processo de integração.

O Reino Unido, ainda que tenha feito parte da União Europeia, nunca foi completamente integrado, nem mesmo adotou todas as políticas sugeridas pelo bloco, senão aquelas que refletiam seus próprios interesses. Portanto, desde o início do processo de integração do Reino Unido com a UE, ele se diferenciava dos demais países do bloco através de diferentes *opt-outs*, e à medida que quis crescer na sua diferenciação no bloco e outros fatores particulares da sua política doméstica, levou a uma maior desconexão do bloco europeu, levando a uma desintegração.

Além disso, essa dissertação está alinhada à perspectiva pós-funcionalista e entende que a teoria explica o processo do Brexit, e nos deixa caminhos para pensar outros processos de integração na Europa por meio dos conceitos da integração diferenciada e desintegração diferenciada.

Para retratar e fundamentar o exposto acima, o presente trabalho está dividido em três capítulos, para além da Introdução e conclusão. O primeiro se dedica a apresentar um panorama e histórico da relação do Reino Unido com a Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial, até a assinatura do Tratado de Maastricht que intensificou o processo de integração europeu. O capítulo mostrará diversos acontecimentos que moldaram a percepção identitária dos Reino Unido e como isso influencia diretamente sua relação com os vizinhos.

Além disso, o capítulo 1 elenca os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do projeto de integração europeu através de 5 fases históricas marcantes do posicionamento do Reino Unido frente a integração europeia, desde a formação da Comunidade do Carvão e do Aço até a formação da UE como conhecemos.

Já o capítulo 2, se dedica a compreender como a intensificação do processo de integração, gerou um euroceticismo crescente no Reino Unido e uma insatisfação com a influência da política europeia geral na política doméstica do Reino Unido, visto como uma retirada de sua autonomia em decidir suas próprias políticas, principalmente no que tangia a competitividade, políticas econômicas e a imigração.

Feito isso, ainda no capítulo 2, será mostrado a estratégia de David Cameron em propor o referendo e renegociações com a UE para a permanência na instituição, e como isso alinhado as pressões de novos partidos, como o Partido da Independência do Reino Unido (*UKIP*), reforçou os sentimentos anti-UE e culminaram na decisão pelo “*Leave*” quando feito o referendo em 2016. Por fim, mostrará como foram as negociações do processo de saída do Reino Unido até a sua conclusão em 2020.

O capítulo 3 traz uma abordagem breve de como algumas teorias de integração clássicas possuíam lacunas na explicação do processo de integração europeu e traz uma nova abordagem que tem sido discutida por Hooghe e Marks (2008 e 2009), a saber, a teoria pós-funcionalista e os conceitos da integração e desintegração diferenciada para compreender o BREXIT por meio de uma perspectiva identitária e de diferenciações e concessões no processo de integração, que uma vez crescentes poderiam levar a uma desintegração diferenciada.

1 Capítulo 1: O Reino Unido e a Europa Continental – “Estamos com a Europa, mas não somos dela”

A saída do Reino Unido da União Europeia foi um episódio emblemático nas Relações Internacionais contemporânea. Para compreender completamente esse evento, é crucial entender a evolução da política britânica desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o Tratado de Maastricht em 1992, a relação entre o Reino Unido e a União Europeia tem sido complexa e multifacetada, e podemos observar cinco fases distintas nesse relacionamento que data mais de 40 anos.

A história do Reino Unido e sua relação com a integração europeia revela padrões de comportamento cruciais para entendermos as relações atuais do país com a Europa ao longo dos anos. Autores como Perisic (2010), Young (1988), Gowland, Turner e Wright (2010), e Sanders (1989) destacam o forte nacionalismo britânico e a memória imperial como elementos que moldaram a visão do Reino Unido em relação à Europa.

Nesta seção, abordaremos os principais acontecimentos que marcaram a relação do Reino Unido com a Europa, a saber, o Tratado de Bruxelas, a formatação da OTAN, o início da Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a entrada do Reino Unido no processo de integração europeu, o primeiro referendo e o Tratado de Maastricht.

1.1 Primeira Fase – Pós-segunda Guerra e a posição insular do Reino Unido frente à Europa Continental

No final do século XVI e o início do XVII, as primeiras colônias do império britânico foram estabelecidas. Um pouco mais adiante, expandiram a ponto de se tornarem um dos maiores impérios da história. Possuíam colônias em cada continente e todos os oceanos. Contudo, no século XX, o império sofreu um rápido declínio, e várias colônias se tornaram independentes, levando posteriormente à criação da *Commonwealth*. Diante disso, A Grã-Bretanha se via como uma nação com amplas conexões além-mar, colônias, e uma memória imperial arraigada aos pensamentos dos britânicos ligado a um forte nacionalismo, que tem influenciado expressivamente a maneira com a qual a elite política britânica vê a posição da nação no continente europeu (PERISIC, 2010).

No final de 1945 até o início de 1946, a proeminência econômica e social do Reino Unido, assim como o sentimento vitorioso do final da guerra, possibilitou o prolongamento do pensamento de grandeza da nação britânica, pois, as potências de guerra mais devastadas – Alemanha, França, Itália, Países Baixos – registaram défices enormes e persistentes, enquanto a Grã-Bretanha era credora de toda a Europa. Enquanto a Grã-Bretanha era um gigante em todos os aspectos, a Alemanha era um país devastado, com o seu poder industrial desmantelado e o seu parque habitacional dizimado (YOUNG, 1998).

O rendimento nacional da Alemanha em 1946 era menos de um terço do que tinha sido em 1938, e o da França era apenas metade, sendo o franco uma moeda internacional altamente desvalorizada. Na Itália, a produção nacional em 1945 se comparava aos índices de produção de 1911, caindo quase pela metade desde 1938. A Grã-Bretanha, de outro modo, foi estimulada pela guerra para novos níveis de produção, com base num sentimento de esforço nacional que a vitória permitiu (YOUNG, 1998).

Contudo, ainda que em 1945 e 1948, a Grã-Bretanha tenha apresentado esses índices em comparação ao restante da Europa, em outros aspectos ela era fraca. A luta contra a Alemanha foi custosa, e durante a guerra, um quarto da riqueza nacional, 7000 milhões de libras foi perdido: o dobro da Primeira Guerra Mundial e mais, proporcionalmente, do que em qualquer outro país combatente. As exportações tiveram uma diminuição significativa: em 1944 eram apenas 31% do nível de 1938. As reservas de ouro e de dólares estavam seriamente esgotadas e, em novembro de 1945, foi necessário, com grande dificuldade, conseguir um empréstimo americano de £ 3,75 bilhões. Concordaram com o empréstimo, mas não chegaram à conclusão, nem sequer registraram a questão, de que a Grã-Bretanha poderia já não conseguir assumir o seu papel imperial, estendido por todo o mundo, enquanto construía um estado de bem-estar social ao nível interno (YOUNG, 1998).

O declínio competitivo que continuaria durante o próximo meio século havia começado. O crescimento entre as potências derrotadas ou devastadas foi consistentemente mais rápido do que na Grã-Bretanha. Uma série de razões contribuíram para isso. Sem desemprego e quase sem imigração, a Grã-Bretanha não tinha mão de obra excedentária para fazer face à expansão: os continentes tinham um excesso. A Grã-Bretanha tinha enormes obrigações ultramarinas, e sob um governo trabalhista, estava preocupada com a redistribuição da riqueza e aplicava uma taxa de imposto superior a 90 por cento, no continente havia uma preocupação muito maior em criar os incentivos que reestruturariam as economias minadas (YOUNG, 1998).

Como resultado, entre 1947 e 1950, enquanto a produção industrial britânica aumentou 30 por cento, a França e a Itália atingiram 50 por cento e a Alemanha 300 por cento. No final de 1950, a produção alemã, após a devastação das infraestruturas estava de volta aos níveis anteriores a guerra. É verdade que naquele ano a economia britânica, medida pelo produto nacional bruto *per capita* da população, permaneceu a segunda mais forte do mundo, com apenas os EUA a frente, porém a França e Alemanha se aproximavam cada vez mais e de maneira constante (YOUNG, 1998).

Ainda que os números evidenciassem a nova realidade da Grã-Bretanha, eles não eram suficientes para gerar uma transformação no imaginário popular. O povo britânico contava mais com a história, do que com o planejamento para o futuro. O espírito da época dizia que o destino da Grã-Bretanha tinha sido determinado pela sua vitória militar e alimentava a ilusão de que a guerra tinha aumentado a força inerente do país, e não a minada (YOUNG, 1998).

Após a guerra, a Grã-Bretanha mantinha uma resistência distinta em relação à Europa Continental. Ao considerar a oposição de muitas pessoas no Reino Unido à Europa e à integração

européia após 1945, é comum apontar para várias diferenças fundamentais que reforçaram o sentimento de separação entre o Reino Unido e os seus vizinhos continentais (DAVIS, 2017).

A grande pergunta que perpassava o imaginário britânico e europeu era: “o Reino Unido é europeu?”. Esta grande pergunta tem estado no centro do debate em torno das relações da Grã-Bretanha com o resto da Europa durante o último meio século. Para muitos eurocéticos, a resposta foi “não” ou, pelo menos, não europeia como participante da CEE-UE (DAVIS, 2017).

Esse pensamento eurocético era alimentado por um sentimento de excepcionalismo britânico, baseado em uma história de oposição do Reino Unido à tirania continental manifestadas por Filipe II, Luís XIV, Napoleão ou do Kaiser. Por mais duvidosa que tal interpretação do Reino

Unido com o resto da Europa possa ser hoje, para o passado, até as décadas de 1940 e 1950, esta imagem das liberdades britânicas a serem defendidas contra a ameaça do continente estava profundamente enraizada em todos os níveis da sociedade britânica (DAVIS, 2017).

Para a geração de líderes do pós-guerra, e para o país na totalidade, as memórias da resistência britânica contra o fascismo e o nazismo reforçaram a desconfiança em relação à Europa Continental. Isso contribuiu para a construção de uma identidade nacional que se via como diferente e separada do continente (DAVIS, 2017). Parte deste pensamento teve muita influência de Winston Churchill.

YOUNG (1998) ressalta que qualquer pessoa que deseja explorar o quebra-cabeça das relações britânicas com o continente europeu no século XX, deve começar com Churchill. Pois, ainda que ele tenha sido o pai da Europa na defesa de uma Europa unida, colocava a Grã-Bretanha fora dessa equação, e isso esteve presente no imaginário britânico nos anos seguintes.

Winston Churchill não tinha nenhuma objeção, emocional ou política, à ideia da unificação na Europa. Comparado com os defensores da soberania que assumiram o controle do seu partido na década de 90, ele não se preocupou com o impacto deste na nação soberana. Sua atitude era pragmática e tinha uma história instrutiva. Ele defendia a criação dos Estados Unidos da Europa. Ele compreendeu que o tratado de Versailles após a guerra de 1914-18, não produziu uma solução segura para a inimizade histórica entre França e Alemanha. A concepção de Estados Unidos da Europa está correta, de maneira prática apaziguaria os ódios obsoletos, facilitaria o tráfego e os serviços recíprocos da Europa. Ele também observou o dinamismo da economia americana, ciência e organização e notou que o velho mundo poderia aprender com o novo. Propôs como modelo o mercado único e o princípio de governo unificado dos Estados Unidos da América (YOUNG, 1998).

Para Churchill, a Europa deveria surgir, e neste trabalho urgente, a França e a Alemanha deveriam assumir a liderança em conjunto. A Grã-Bretanha, a Comunidade britânica de Nações, e a poderosa América.

Churchill via a Europa, em 1980, em 5 grandes potências – Inglaterra, França, Itália, Espanha e Prússia com outras quatro confederações cobrindo o restante do continente. Esses 9 poderes iriam se reunir em um conselho da Europa que teria um supremo judiciário, e um conselho supremo econômico para lidar com questões de moeda. Esse conselho teria o poder

para lidar com qualquer violação da paz. Isso seria uma espécie de sombra para a corte, conselho e comissão da comunidade europeia (YOUNG, 1998).

Contudo, por trás dessa narrativa pró-Europa existia um euroceticismo marcante, pois na sua descrição do que era a Europa e seus limites, para Churchill, a Grã-Bretanha não pertencia ao seu conceito de Europa (YOUNG, 1998).

O lugar exato da Grã-Bretanha nesse sistema foi um ponto trivial. A maioria dos planos de Churchill colocava a Grã-Bretanha fora da construção europeia. Em 1930, ele ressaltou:

“Não vemos nada além do bem e da esperança numa comunidade europeia mais rica, mais livre e mais satisfeita. Mas temos o nosso próprio sonho e a nossa própria tarefa. Estamos com a Europa, mas não somos dela. Estamos ligados, mas não compreendidos. Estamos interessados e associados, mas não absorvidos. E se os estadistas europeus se dirigissem a nós com as palavras que eram usadas antigamente: ‘Queres que tu sejas falado ao rei ou ao capitão do exército?’, deveríamos responder, como a mulher sunamita¹: ‘Eu habito entre o meu próprio povo’”.²

(CHURCHILL, Winston 1930.)

Treze anos mais tarde, na sua noção de três conselhos regionais responsáveis perante um Conselho Mundial, distanciou instintivamente a Grã-Bretanha do papel de parceiro igual em qualquer empreendimento europeu. A Grã-Bretanha seria uma espécie de madrinha ou corretora, sendo a sua relação com a Europa muito semelhante à dos EUA. A América era mais um parceiro igual da Grã-Bretanha do que a Europa alguma vez poderia ser (YOUNG, 1998).

No congresso de Haia, em maio de 1948 – primeiro congresso da Europa- foram delegados importantes de algumas nações europeias, e Churchill lembrou os horrores da guerra, o medo da guerra e a sede de paz, primeiramente, foram as fontes da ideia extraordinária de que as fronteiras nacionais poderiam ser reduzidas, que ainda que os países tivessem que dividir sua soberania, a soberania mais ampla poderia proteger os seus costumes e características diversas e distintas. Essa ideia poderia ter servido de fundamento para os proponentes da entrada britânica na Comunidade Europeia nas décadas de 1960 e 1970. A “união” da soberania com a implicação de que todos os participantes retiravam maior sustento de um lago maior que o seu, tornou-se uma forma favorita de descrever o que aconteceu dentro da Comunidade. Mas, as soberanias nacionais que Churchill considerava reduzir, novamente não incluíam a da Grã-Bretanha (YOUNG, 1998).

As percepções britânicas populares e arraigadas da Europa como fonte de guerra, desordem e políticas antidemocráticas, com o desprezo pelas fraquezas de cada país europeu e a germanofobia generalizada, criaram uma desconfiança patológica na Europa e reforçaram o caso contra os emaranhados europeus continentais. Além disso, a Grã-Bretanha tinha escapado ao trauma de invasão, derrota e ocupação do tempo de guerra da Europa continental. Havia, portanto,

¹ We are with Europe, but not of it. We are linked, but not comprised. We are interested and associated, but not absorbed. And should European statesmen address us in the words which were used of old, “Wouldest thou be spoken for to the king, or the captain of host?,” we should reply, with the Shunammite woman: “I dwell among mine own people.” (CHURCHILL, 1930, n.p., tradução nossa).

² A mulher Sunamita citada por Churchill em seu discurso, se encontra no livro de 2 Reis 4:13 da Bíblia Sagrada.

uma inclinação muito maior na Grã-Bretanha do que entre os estados da Europa continental para considerar o histórico do tempo de guerra, especialmente os eventos marcantes de 1940, como a evacuação de Dunquerque e a Batalha da Grã-Bretanha, como uma questão de celebração perpétua mantida por um banco de memória do tempo de guerra, façanhas, mitos e preconceitos; o futuro da Grã-Bretanha parecia estar no passado (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

A grã-Bretanha tinha a sua própria estratégia nacional para recuperação pós-guerra que foi apoiada por ativos e vantagens de curto prazo negadas ou apenas parcialmente disponíveis à maioria dos estados europeus. A lista de ativos incluía mais imediatamente vantagens como os mercados da Commonwealth, os recursos coloniais, a posição de Londres como centro financeiro e grandes forças armadas, a todos os quais em breve se juntariam uma estreita aliança em tempo de paz com os EUA e a aquisição de armas nucleares (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Essas vantagens indicavam que a posição da Grã-Bretanha como potência mundial tinha substância e significavam que a Europa não era um elemento crucial ou necessário na recuperação econômica da Grã-Bretanha no pós-guerra. Esta posição foi realçada pelo envolvimento britânico na resposta europeia a oferta de ajuda dos EUA (Plano Marshall)³ em 1947 (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Idealmente, o governo britânico queria ajuda em dólares por parte de todos os beneficiários desta ajuda. O governo também queria o reconhecimento por parte dos americanos da posição global especial da Grã-Bretanha em comparação com a posição dos outros estados. Os decisores políticos dos EUA rejeitaram ambas as opiniões desde o início. Contudo, os decisores políticos britânicos continuaram a impressionar a administração Truman dos EUA com as características distintivas da posição da Grã-bretanha como um interveniente importante na economia mundial (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Outro fator definidor e recorrente na elaboração da política britânica foi a crença de que a Europa não podia ser separada das dimensões globais da política externa britânica, de que o continente europeu não representava a área principal e exclusiva de interesse estratégico britânico. A complexa interação e a mudança de importância de uma série de fatores que moldaram a política britânica em relação à Europa nos primeiros anos do pós-guerra tornaram-se evidentes pela primeira vez na elaboração e nos resultados da iniciativa da União Ocidental. Este projeto foi formalmente lançado por Bevin em janeiro de 1948 com um apelo em alguma forma de união em Europa Ocidental, incluindo a Grã-Bretanha (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Durante os próximos dois anos, no entanto, e em um único caminho que seria característico do curso tortuoso da política britânica rumo à integração europeia nos próximos sessenta anos, este endosso positivo do princípio da União da Europa Ocidental foi relegada em importância (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Ao longo do século XX, a Grã-Bretanha oscilou entre uma visão pragmática de cooperação

³ O Plano Marshall foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução e recuperação econômica dos países aliados da Europa, como França, Itália, Inglaterra, entre outros, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

européia e um forte senso de excepcionalismo nacional, influenciando sua abordagem em relação à integração europeia nos anos seguintes.

1.1.1 O Tratado de Bruxelas e a Formação da OTAN

No despertar da iniciativa da União Ocidental, a natureza e extensão dos interesses britânicos em alguma forma de união ocidental foram testados nos campos militares, econômicos e políticos. A consequência imediata dessa iniciativa foi a assinatura do Tratado de Bruxelas

O Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de março de 1948, foi um acordo de defesa coletiva entre o Reino Unido, França, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos. Este tratado foi um precursor importante para a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) adiante.

O Tratado de Bruxelas estabeleceu um compromisso de defesa mútua ente os signatários, afirmando que um ataque armado contra qualquer um deles seria considerado um ataque contra todos, e eles responderiam coletivamente. O tratado foi uma resposta à crescente ameaça percebida da União Soviética e da Guerra Fria, em geral.

O Reino Unido desempenhou um papel central na negociação e na formação do Tratado de Bruxelas. Como uma das principais potências ocidentais após a Segunda Guerra Mundial e um aliado dos Estados Unidos, o Reino Unido estava profundamente envolvido nos esforços para fortalecer a segurança coletiva da Europa Ocidental contra a expansão soviética (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

No início, esse tratado sugeriu uma consideração positiva da Grã-Bretanha em se aproximar da ideia de uma União da Europa na forma de bloco da Europa Ocidental sob uma liderança britânica. Contudo, mais a frente várias questões desse compromisso se tornaram claramente definidos e refletiram os limites a curto e longo prazo do interesse britânico na organização da Europa ocidental (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

O Tratado de Bruxelas não era suficiente para garantir a segurança da região, e os líderes ocidentais perceberam a necessidade de uma aliança mais ampla e robusta. Isso levou à criação da OTAN em 1949.

Em abril de 1950, Bevin (secretário de estado da Inglaterra), estava convencido de que era necessário “afastar-se do debate sobre a Europa”, reconhecer que a Europa não constituía uma unidade separada e autônoma e aceitar que a concepção original da União Ocidental tinha de dar lugar à concepção mais ampla da Comunidade Atlântica (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

As origens e o significado desta iniciativa atraíram diferentes avaliações nas mãos de historiadores e comentaristas desde então. Alguns viram-no como parte integrante do esforço de Bevin para atrair os EUA e dar apoio militar à Europa ocidental face à deterioração das relações entre as potências ocidentais e a URSS (guerra fria). Uma vez que houve grande aumento dos receios da Europa Ocidental acerca das intenções soviéticas na Europa (GOWLAND; TURNER;

WRIGHT, 2010).

De acordo com esta explicação, a União Ocidental foi concebida principalmente para demonstrar que os Estados da Europa Ocidental estavam preparados para estabelecer acordos de defesa coletiva, mas necessitavam do apoio dos EUA para os tornar eficazes (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

O objetivo subjacente de Bevin foi assim cumprido na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a conquista culminante do seu cargo de secretário dos Negócios estrangeiros, conforme os relatos históricos. Outros comentadores, no entanto, argumentaram que a União Ocidental não inicialmente concebida como um primeiro passo nesta direção, mas era, na verdade, parte de um projeto geral e de longo prazo para reafirmar o poder e a influência britânicos através de uma Europa Ocidental liderada pelos britânicos que se estendesse até e utilizando as colônias e ligações ultramarinas da Europa Ocidental (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Gowland, Turner e Wright (2010) destacam três motivos fundamentais que impulsionaram o empenho da Grã-Bretanha na criação e desenvolvimento da OTAN: primeiramente, havia uma determinação sólida de que o Tratado de Bruxelas não vinculava as forças militares britânicas ao compromisso com a Europa continental. A política de defesa britânica priorizava a defesa do Reino Unido continental, o controle das rotas marítimas e os compromissos no Oriente Médio, relegando qualquer esforço para a defesa da Europa continental em tempos de paz. Em segundo lugar, os formuladores de políticas britânicos do período entre guerras resistiam aos apelos franceses por um compromisso mais forte da Grã-Bretanha com o continente e por uma cooperação militar mais próxima com Paris. Esta resistência refletia as atitudes ambivalentes em relação à França, pois embora reconhecessem a necessidade de cooperação na Europa Ocidental, temiam que as fraquezas políticas, econômicas e militares francesas não sustentassem uma colaboração eficaz. Por fim, ficou claro logo após a assinatura do Tratado de Bruxelas que, na perspectiva britânica, este não era um instrumento para promover a unidade europeia como um fim em si mesmo. Em vez disso, foi visto como o ponto de partida para a Aliança Atlântica e para o renascimento da “relação especial” entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, estabelecida durante a guerra.

A aliança com os EUA se tornou a âncora da política externa britânica. Líderes políticos britânicos perceberam uma ampla variedade de vantagens dessa relação especial com os EUA. No curto prazo, e em face da presença soviética na Europa ocidental, protegeu os governos britânicos do pós-guerra de uma repetição da temível acusação de apaziguamento pré-guerra. A longo prazo, a “relação especial” ajudou a obscurecer o declínio do papel e do estatuto da Grã-Bretanha.

Como expressaram Gowland, Turner e Wright, (2010), a relação especial da Grã-Bretanha com os Estados Unidos ofereceu um “cobertor de conforto emocional para um poder em declínio”, além disso, ocultou o desequilíbrio de poder entre a Grã-Bretanha e os EUA; proporcionou contatos privilegiados com o governo dos EUA, especialmente, por exemplo, no domínio da

recolha de informações, nos mercados monetários como apoio à libra esterlina e (mais tarde) para obter acesso preferencial à tecnologia militar dos EUA; procurou aproveitar o poder dos EUA para servir os interesses britânicos dentro e fora da Europa; e, finalmente, perpetuou a imagem da Grã-Bretanha como ponte ou pivô nas relações entre a Europa e os EUA (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Em suma, presumia-se que o governo dos EUA poderia ser persuadido a agir no melhor interesse da Grã-Bretanha, em parte porque os EUA necessitavam da experiência, do conhecimento e do apoio moral de um guia com conhecimento do mundo como a Grã-Bretanha nos assuntos internacionais (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Uma implicação particularmente importante da visão britânica desta “relação especial” foi que esta relação se tornou o único grande obstáculo externo para relações mais estreitas entre a Grã-Bretanha e os Seis na década de 1950 (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Qualquer sugestão de uma relação mais próxima com os Seis, que fosse além das formas de associação entre a Grã-Bretanha e a emergente CEE, desmoronou-se invariavelmente face ao argumento prevalecente de que tais medidas poriam em perigo ou minariam as relações com os EUA. Foi neste contexto europeu que o mito fabricado pelos britânicos de uma relação especial ficou mais em evidência, especialmente porque os EUA eram um grande defensor do pleno envolvimento britânico no processo de integração europeia (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

O segundo e eventualmente mais significativo indicador dos interesses britânicos na união da Europa Ocidental foi o campo da cooperação econômica. O teste decisivo específico da política britânica a este respeito foi a questão de saber se deveria participar na formação de uma união aduaneira da Europa Ocidental. Uma união aduaneira seria a peça central da CEE estabelecida pelos Seis dez anos depois. Esta questão ganhou destaque após a oferta de ajuda dos EUA à Europa em junho de 1947, vulgarmente conhecida como Ajuda Marshall e formalmente como Programa de Recuperação Europeu (ERP) (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Foi após o anúncio desta oferta de ajuda que havia um apoio crescente dos EUA para um mercado único na Europa Ocidental e os potenciais beneficiários da ajuda dos EUA, incluindo a Grã-Bretanha, estabeleceram um grupo de estudo intergovernamental para considerar o assunto (novembro de 1947). Esta questão foi exaustivamente considerada em Whitehall, onde emergiu o início de uma divisão de opinião a longo prazo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que foi receptivo aos argumentos políticos e estratégicos para o envolvimento britânico na integração europeia, e o Tesouro, que assumiu uma atitude totalmente mais cautelosa e, neste caso, hostil em relação à ideia. (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

O argumento do Tesouro contra a participação numa união aduaneira acabou por prevalecer com base em vários argumentos que se mantiveram em posição de destaque durante toda a década de 1950. Foi dada muita ênfase à importância muito maior dos interesses comerciais e financeiros da Grã-Bretanha fora, e não dentro da Europa. Uma prioridade absoluta a este respeito era garantir que os laços econômicos, comerciais e financeiros associados ao Império

Britânico e à *Commonwealth* não fossem afetados negativamente por nenhum dos compromissos europeus da Grã-Bretanha (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Argumentou-se também que a adesão a uma união aduaneira resultaria numa perda do comércio britânico com o resto da *Commonwealth* que não poderia ser compensada por ganhos comparáveis nos mercados europeus mais competitivos. Foi, e continuou sendo assim durante a década de 1950, que o impacto preciso da *Commonwealth* na formação da Grã-Bretanha (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

A dramática recessão na situação económica da Grã-Bretanha em 1947 deu ainda mais peso ao argumento contra a adesão a uma união aduaneira europeia (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Outro conjunto de considerações também pesou fortemente contra a adesão a uma união aduaneira e centrou-se em questões de gestão económica nacional e soberania. Por exemplo, acreditava-se amplamente que uma união aduaneira restringiria a liberdade do governo de prosseguir as suas próprias políticas orçamentais, de planeamento e cambiais. Para além desta perspectiva indesejável de um governo trabalhista favorecer os controles nacionais, parte do subtexto desta objecção era um argumento proteccionista, expresso de forma mais vigorosa pela Junta Comercial, de que uma união aduaneira teria um efeito extremamente prejudicial sobre algumas indústrias britânicas importantes o défice em dólares aumentando o rendimento em dólares (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

A outra opinião era que as uniões aduaneiras tinham sido invariavelmente apenas intermediárias impermanentes e muitas vezes inerentemente instáveis, que se dissolviam ou avançavam no sentido da união económica e da união política. O terceiro teste ao apoio original de Bevin a alguma forma de união na Europa Ocidental centrou-se na ideia de criar instituições políticas que expressassem a identidade colectiva e a unidade dos Estados da Europa Ocidental (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

A França assumiu a liderança em julho de 1948 com uma proposta de Assembleia Europeia que as potências do BTO concordaram em considerar. O que acabou por emergir, após seis meses de negociações no âmbito do BTO, foi o Conselho da Europa, composto por um Comitê de Ministros e uma Assembleia puramente consultiva com uma agenda bastante circunscrita. Embora este resultado tenha sido satisfatório para os britânicos, as negociações revelaram a sua aversão à ideia de institucionalizar a união política e a sua preferência por uma abordagem gradual, pragmática e passo a passo, baseada na cooperação intergovernamental Ocidental (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Foi especialmente neste contexto que os decisores políticos britânicos foram inicialmente colocados na defensiva, onde permaneceriam muito tempo depois, no seu apoio a formas limitadas de cooperação europeia. O próprio Bevin estava determinado a garantir que qualquer organização causasse o mínimo de constrangimento, enquanto o apoio a uma Europa federalista no continente era uma fonte de muita preocupação para ele (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

No ambiente externo, o fator-chave que influenciou a política britânica no sentido da

unidade europeia foi a evolução da política dos EUA. O compromisso da ajuda económica dos EUA e subsequentemente o surgimento da Aliança Atlântica liderada pelos EUA garantiram que mais recursos britânicos pudessem ser dedicados à manutenção de posições fora da Europa. Este desenvolvimento também significava que a Grã-Bretanha poderia apresentar-se como uma potência do Atlântico Norte com uma “relação especial” com os EUA, em vez de uma potência regional principalmente europeia (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

A relação entre o Reino Unido e a Europa Ocidental, no entanto, era complexa. Enquanto o Reino Unido via a necessidade de uma defesa coletiva na Europa, havia resistência em comprometer suas forças militares continentalmente. Além disso, questões económicas e políticas também desempenharam um papel importante na abordagem britânica em relação à integração europeia

A “relação especial” entre o Reino Unido e os Estados Unidos também foi um elemento-chave na política externa britânica. Essa relação proporcionou uma série de vantagens para o Reino Unido, desde proteção contra a influência soviética até acesso privilegiado aos mercados e tecnologia dos EUA. No entanto, também colocou obstáculos nas relações mais estreitas entre o Reino Unido e os países europeus, especialmente os Seis (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), que buscavam uma integração mais profunda.

É certo que a forte pressão dos EUA sobre a Grã-Bretanha em 1948-49 para orquestrar movimentos no sentido de uma Europa mais integrada encontrou resistência. Ao mesmo tempo, os decisores políticos britânicos pretendiam garantir a máxima ajuda económica e militar dos EUA, quer assumindo a liderança na formação de organizações como o BTO e a OEEC - que se tornaria a OCDE um pouco mais a frente - quer assegurando que certos projetos como a ideia da união aduaneira europeia continuassem a ser transmitidos muito após o governo trabalhista ter dedicado contra a participação (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

Na primavera de 1949, os limites do envolvimento britânico no processo de integração europeu foram melhor estabelecidos do que quando Bevin fez o primeiro chamado para a formação da Europa Ocidental. Nos círculos formadores de política havia um consenso de que a Grã-Bretanha não iria comprometer sua independência ou diluir sua força se integrando proximamente com a Europa Ocidental, evidenciando uma responsabilidade limitada da Grã-Bretanha com a Europa Ocidental, que seria ainda mais evidenciado no Plano Schuman (GOWLAND; TURNER; WRIGHT, 2010).

1.1.2 O Plano Schuman e a formação da Comunidade do Carvão e do Aço

O Plano Schuman, proposto em 1950 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros francês Robert Schuman, representou um ponto crucial na história da integração europeia pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo principal do plano era evitar conflitos futuros entre a França e a Alemanha, duas nações historicamente rivais, integrando suas indústrias de carvão e aço sob uma autoridade comum. Isso não só tornaria uma guerra entre essas nações impossíveis, mas

também pavimentaria o caminho para uma Europa mais unida (SCHUMAN, 1950)

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi formalmente estabelecida em 1951, com a assinatura do Tratado de Paris por seis países fundadores: França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Esses países formaram a primeira comunidade europeia, que posteriormente evoluiria para a União Europeia (SCHUMAN, 1950)

O Reino Unido desempenhou um papel secundário e, em última análise, optou por não se juntar ao Plano Schuman e à Comunidade do carvão e do Aço (CECA). Em vez disso, o governo britânico expressou preocupações sobre a perda de soberania nacional e preferiu manter seu próprio sistema de relações econômicas e políticas. Além disso, o Reino Unido já tinha uma forte relação com os Estados Unidos e laços econômicos com seus territórios na Commonwealth, o que influenciou sua decisão de não participar

A decisão do Reino Unido de não participar da Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), apesar de várias razões, pode ser resumida em alguns pontos principais.

Em primeiro lugar, as prioridades econômicas e políticas próprias do Reino Unido direcionaram sua atenção para a reconstrução da economia nacional e a manutenção das relações comerciais e políticas com a Commonwealth e os Estados Unidos. O governo britânico, nesse sentido, não via com entusiasmo a integração europeia por meio da CECA, preocupado com potenciais impactos adversos em seus interesses imediatos.

Além disso, os profundos laços históricos, culturais e econômicos com os países da Commonwealth representavam uma consideração significativa para o Reino Unido. Esses laços eram considerados fundamentais para a economia britânica, e o governo estava comprometido em manter e fortalecer essas relações, o que poderia ser percebido como uma prioridade em detrimento de uma maior integração com a Europa.

Outra questão de destaque foi a preocupação com a soberania nacional. Historicamente avesso a ceder soberania a entidades supranacionais, o Reino Unido viu com cautela a criação da CECA, que implicava na transferência de parte do controle sobre recursos estratégicos para uma autoridade central europeia. Essa perspectiva suscitou preocupações sobre a perda de autonomia e poder de decisão para o governo britânico.

Por fim, a forte aliança com os Estados Unidos no pós-guerra também influenciou as considerações britânicas em relação à integração europeia. A “relação especial” entre o Reino Unido e os EUA, marcada por laços econômicos, militares e políticos estreitos, foi um fator determinante. O governo britânico estava empenhado em manter essa relação próxima e não queria comprometer sua aliança com os Estados Unidos em favor de uma integração mais profunda com a Europa.

Esses diversos fatores demonstram a complexidade das considerações do Reino Unido em relação à sua participação na integração europeia no período pós-Segunda Guerra Mundial, refletindo uma interação de interesses econômicos, históricos, políticos e de soberania nacional.

Enquanto os “Seis”, a saber, França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos, avançavam para uma união aduaneira regional num sistema de comércio

regulamentado e uma abordagem mais protecionista, a Grã-Bretanha preferia uma abordagem mais global e de mercado livre. Isso ficou evidente na rejeição da proposta da Área de Livre Comércio pela CEE.

A resistência à adesão à CEE era baseada não apenas em argumentos econômicos, mas também em preocupações políticas. Líderes como Gaitskell destacaram os riscos políticos de uma Europa unida, argumentando que seu futuro era incerto.

O discurso de Gaitskell na Conferência do Partido Trabalhista em outubro de 1962 reforçou a posição eurocética do Reino Unido. Os seus primeiros pontos assumiram a forma de uma avaliação concreta das vantagens e desvantagens para a Grã-Bretanha estar dentro ou fora da CEE e argumentou que a Commonwealth permaneceu essencial para o comércio da Grã-Bretanha. Em particular, ele apontou para o perigo dos alimentos aumento dos preços no caso da entrada da Grã-Bretanha na CEE. Muito foi feito deste último argumento nas campanhas anti-CEE ao longo dos anos 60 e 70. O principal eurocético pontos, no entanto, não foram baseados na economia. Gaitskell, de facto, aceitou que o equilíbrio entre perdas e ganhos após a entrada britânica na CEE era incerto (DAVIS, 1997)

O principal impulso do seu argumento foi político e é nesta parte do seu discurso que encontramos o caso essencialmente eurocético contra a adesão britânica à CEE e onde os terríveis avisos para o futuro eram mais visíveis:

Isso significa que poderes são retirados dos governos nacionais e transferidos para os governos federais e para os parlamentos federais. Significa - repito - que se nos envolvermos nisso, não seremos mais que um estado (por assim dizer) nos Estados Unidos da Europa, como Texas e Califórnia. . . Isso é o que significa; significa o fim da Grã-Bretanha como uma nação independente. . . o fim da Grã-Bretanha como um estado europeu independente. . . o fim de mil anos de história. . . E significa o fim da Comunidade. Como alguém pode supor seriamente que se a pátria, o centro da Comunidade, for uma província da Europa (que é o que federação significa), poderia continuar a existir como a pátria de uma série de nações independentes? É pura bobagem.⁴

(Gaitskell, 1962 apud DAVIS, 1997)

Em alguns aspectos, portanto, a Grã-Bretanha contribuiu para os esforços bem-sucedidos dos Seis através da sua ausência e recusa em interferir nas negociações, a primeira de várias ocasiões em que o distanciamento britânico ou a sua autoexclusão ajudaram indiretamente a aprofundar o processo de integração europeia. A eventual assinatura de um tratado de associação entre a Grã-Bretanha e a ESCS em dezembro de 1954 foi também um voto de confiança britânico

⁴ No original: "It means that powers are taken from national governments and handed over to federal governments and to federal parliaments. It means – I repeat it – that if we go into this we are no more than a state (as it were) in the United States of Europe, such as Texas and California. . . This is what it means; it does mean the end of Britain as an independent nation state. . . the end of Britain as an independent European state. . . the end of a thousand years of history. . . And it does mean the end of the Commonwealth. How can one really seriously suppose that if the mother country, the centre of the Commonwealth, is a province of Europe (which is what federation means) it could continue to exist as the mother country of a series of independent nations? It is sheer nonsense; Tradução nossa.

e um incentivo ao moral da nova organização (GOWLAND, David; TURNER, Arthur; WRIGHT, Alex, 2010).

Assim, enquanto a CECA representava um passo significativo em direção à integração europeia, a decisão do Reino Unido de não participar influenciou suas relações com a Europa e sua abordagem em relação à integração europeia nas décadas seguintes.

1.2 Segunda Fase - A formação da Comunidade Econômica Europeia

No ano seguinte, após uma importante iniciativa dos Seis, a resposta britânica testou novamente o interesse em aprofundar a integração. Em 1955, os Seis deram início ao processo que levou à assinatura dos Tratados de Roma e à criação da CEE e da CEEA. A reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis em Messina, baseada num memorando do Benelux, propôs um mercado europeu comum e esquemas específicos para integrar setores como comunicações e energia, incluindo a nuclear. Foi decidido formar um comitê preparatório em Bruxelas, presidido por Paul-Henri Spaak, para considerar as abordagens e relatar aos governos. A Grã-Bretanha foi convidada a participar, mas não houve grande expectativa de sua adesão. A resposta britânica foi influenciada pela visão de seu papel mundial, especialmente sua liderança na Europa Ocidental, embora houvesse ceticismo sobre a capacidade dos Seis de avançar sem a Grã-Bretanha. (GOULAND, TURNER AND WRIGHT, 2010).

O governo britânico, liderado pelo conservador Anthony Eden, enfatizou a “parceria tripla” com os EUA, a Commonwealth e a Europa Ocidental, sem mencionar Messina. O fracasso da Comunidade Europeia de Defesa em 1954 fortaleceu a crença britânica de que os Seis não teriam sucesso em esquemas de integração mais ambiciosos. A França, vista como incapaz de considerar a adesão a um mercado comum, era uma preocupação chave para os britânicos.

A reticência britânica em relação à integração europeia estava enraizada na visão de que a economia britânica não se beneficiaria, e havia uma desconfiança geral sobre o papel do governo na gestão econômica. Oficialmente, tanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros quanto o Tesouro se opunham à adesão britânica a um mercado comum. A decisão de se retirar do comitê Spaak foi tomada sem divisões no gabinete, refletindo a preferência britânica pela paralisia em vez de uma decisão definitiva.

Ao se retirar das negociações que resultaram nos Tratados de Roma, a Grã-Bretanha perdeu a batalha pela liderança na Europa e fortaleceu a posição da França. o novo movimento em direção à integração europeia que se seguiu à conferência de Messina teve consequências muito mais graves e duradouras para os britânicos do que o seu anterior distanciamento em relação ao Plano Schuman. A ausência britânica permitiu que os Seis moldassem a CEE sem considerar os interesses britânicos, levando a uma reavaliação da política britânica em relação à CEE (GOULAND, TURNER AND WRIGHT, 2010).

1.2.1 A aproximação da Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Europeia

A narrativa sobre a relação entre o Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) durante os anos 1950 e 1960 é fascinante e complexa. A tentativa inicial de adesão do Reino Unido, liderada por Harold Macmillan, revelou as tensões internas do país e as complexidades geopolíticas da época.

Em 31 de julho de 1961, Harold Macmillan, primeiro-ministro britânico anuncia para a Casa dos Comuns a decisão de formalmente aplicar para a adesão do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (MACMILLAN, 1961). Macmillan, em sua declaração de 1961, expressou a convicção de que a unidade e a estabilidade na Europa eram fundamentais para a liberdade e o progresso global. Ele reconheceu a importância tanto da *Commonwealth* quanto da Associação Europeia de Comércio Livre e prometeu manter consultas próximas com esses parceiros durante as negociações de adesão à CEE.

Na visão de Macmillan, no contexto do mundo moderno, a tendência de grupos mais amplos de nações agirem em conjunto, em prol de interesses comuns, conduz a uma maior unidade e fortalece a capacidade de lutar pela liberdade (MACMILLAN, 1961). Além disso, ele enfatiza que uma relação mais estreita entre o Reino Unido e os países da Comunidade Econômica Europeia não deveria comprometer os laços históricos de longa data com as nações da *Commonwealth*. A contribuição britânica para a *Commonwealth* não seria diminuída pela integração europeia, mas sim valorizada. O governo assegurou aos governos da *Commonwealth* que manteria uma estreita consulta com eles durante quaisquer negociações em curso (MACMILLAN, 1961).

Além disso, considerando a Associação Europeia de Comércio Livre, Macmillan ressalta que o Reino Unido possui tratados e outras obrigações com seus parceiros nessa Associação (MACMILLAN, 1961). Ele afirma que nenhum governo britânico poderia aderir à Comunidade Econômica Europeia sem prévia negociação para atender às necessidades da *Commonwealth*, dos parceiros da Associação Europeia de Comércio Livre e da agricultura britânica, conforme os princípios gerais do conceito de unidade europeia (MACMILLAN, 1961).

Após discussões com os governos da Comunidade Econômica Europeia, o governo britânico decidiu que seria apropriado apresentar formalmente um pedido de negociação para adesão à Comunidade, desde que as necessidades especiais do Reino Unido, da *Commonwealth* e da Associação Europeia de Comércio Livre fossem atendidas.

Macmillan expressa a esperança de que a oferta de negociações com a Comunidade Econômica Europeia seja aceita e reforça o compromisso do governo em alcançar um acordo satisfatório (MACMILLAN, 1961).

Em relação ao processo de negociação, Macmillan destaca a necessidade de detalhes técnicos e abrangentes e a possibilidade de que essas negociações possam ser prolongadas, sem garantia de sucesso. Ele enfatiza que qualquer acordo só seria firmado após ser aprovado pelo Parlamento e após consultas com outros países da *Commonwealth* (MACMILLAN, 1961).

Macmillan reconhece a importância da Comunidade Econômica Europeia no mundo

moderno, ressaltando que sua existência por si só traz mudanças significativas. Ele destaca a necessidade de influenciar os eventos e não perder oportunidades de participar do desenvolvimento econômico e político da Europa (MACMILLAN, 1962). O crescimento e desenvolvimento dinâmico da Comunidade Europeia são vistos como fatores que justificam o envolvimento do Reino Unido, pois o continente está em processo de formar uma unidade econômica e, possivelmente, política, que poderia rivalizar com outras potências mundiais (MACMILLAN, 1962).

Macmillan enfatiza que a Europa não é estática e que seu movimento em direção à unidade não se limita apenas a questões econômicas, mas transcende para diversos aspectos da vida europeia, incluindo esportes, artes, ciência e indústria. Ele argumenta que a Grã-Bretanha não pode ficar à margem desses desenvolvimentos e que, ao ingressar na Comunidade Econômica Europeia, o país terá acesso a oportunidades econômicas mais amplas e um mercado interno muito maior (MACMILLAN, 1962).

Além disso, Macmillan aborda a questão da soberania nacional, destacando que a adesão à Comunidade Econômica Europeia envolveria alguma partilha da liberdade de ação nacional. Ele reconhece a necessidade de concordar com as regras do clube, mas ressalta que isso não implicaria na aceitação de um sistema federal que comprometesse a soberania da Coroa, do governo e do povo britânicos (MACMILLAN, 1962).

No que diz respeito às negociações para adesão à Comunidade Econômica Europeia, Macmillan reitera o compromisso do governo britânico em garantir acordos satisfatórios para os interesses da *Commonwealth*, da agricultura britânica e dos parceiros da EFTA. Ele enfatiza a importância de aproveitar a oportunidade de influenciar os eventos na Europa e fazê-lo de maneira proativa e engajada (MACMILLAN, 1962).

No entanto, as esperanças de adesão foram frustradas pelo veto de Charles de Gaulle em 1963.

Em 14 de janeiro de 1963 na famosa conferência de imprensa, após meses de negociações em Londres, Paris e Bruxelas, General de Gaulle abruptamente encerrou as tentativas britânicas de entrar na Comunidade Europeia, causando um choque nas expectativas britânicas e a necessidade de redirecionamento de toda a sua política externa (DAVIS, 1997).

O governo britânico, deveria pensar o que fazer a seguir, ainda que a ideia de manter e até mesmo fortalecer as ligações com a *Commonwealth* e EFTA parecessem tentadoras no pico da crise, tanto o governo como o escritório estrangeiro reconheciam que o futuro da Grã-Bretanha só poderia estar na Europa, e no longo termo, aderir ao Tratado de Roma. O próprio escritório de relações exteriores advertiu que essa narrativa contra de Gaulle e a França não poderia persistir ao ponto de dar a impressão à Europa de que a falta de confiança da Grã-bretanha na França duraria tanto ao ponto de não contemplar futuras negociações. Pois, queriam a possibilidade de novas negociações em breve (DAVIS, 1997).

O veto de Gaulle causou um choque nas expectativas britânicas e obrigou o país a redirecionar sua política externa. Embora o governo britânico tenha inicialmente tentado minar

a posição de Gaulle, suas esperanças foram frustradas pela forte parceria franco-alemã e pela coesão dos outros membros da CEE. A recusa inicial do Reino Unido em aderir à CEE e o veto subsequente de Gaulle exacerbaram os desafios enfrentados pelo país em sua relação com a Europa.

Quando o Reino Unido finalmente entrou na Comunidade Europeia em 1973, 10 anos depois, as dinâmicas e direções da CEE já estavam estabelecidas em caminhos que não favoreciam inteiramente os interesses britânicos. Essa história complexa de tentativa e fracasso de adesão à CEE nos anos 1960 teve repercussões duradouras nas relações britânicas com a Europa e na configuração geopolítica da região.

1.3 Terceira Fase – A entrada do Reino Unido na CEE

A história da relação do Reino Unido com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), desde as tentativas iniciais de adesão até os desafios enfrentados após a entrada em 1973, é marcada por uma série de complexidades políticas e econômicas. Durante os anos 1970, houve uma crescente oposição à adesão britânica à CEE, tanto no Partido Trabalhista quanto no Partido Conservador. A dificuldade em obter a aprovação legislativa necessária no Parlamento refletiu o fortalecimento dos grupos anti-CEE e eurocéticos. Mesmo após a entrada da Grã-Bretanha na CEE, a oposição continuou a minar as bases da adesão britânica.

O Partido Conservador, que havia sido na maioria pró-europeu nas décadas anteriores, começou a se tornar o principal defensor da mensagem eurocética e anti-CEE a partir do final dos anos 1970. Embora o Partido Conservador tenha sido uma força motriz por trás do redirecionamento da política britânica para uma postura mais pró-europeia sob líderes como Macmillan e Heath, a crescente oposição interna e externa à CEE levou a uma mudança de postura.

O veto de De Gaulle em 1963 refletiu uma visão de que a Grã-Bretanha não era suficientemente europeia, uma percepção que persistiu por muitos anos.

Apesar de inicialmente resistir à ideia de adesão à Comunidade Europeia, o governo britânico acabou por solicitar negociações em 1961, vetadas pela França, e novamente em 1967, com novo veto francês. Somente após a renúncia de de Gaulle e a Conferência de Haia em 1969 é que a situação começou a mudar, levando às negociações formais que culminaram na adesão em 1972.

Quando a terceira candidatura, bem-sucedida, foi lançada em 1971, a oposição à adesão britânica à CEE tinha-se tornado muito mais organizada tanto no Partido Trabalhista como no Partido Conservador. A difícil aprovação da legislação necessária no Parlamento foi uma prova do forçado apoio crescente aos grupos anti-CEE. Isto já era evidente nas fileiras do Partido Conservador durante a campanha eleitoral de 1970. A maioria dos candidatos conservadores optou por evitar mencionar a questão nas suas campanhas, embora se calcule que cerca de 10% se manifestaram contra ou expressaram grandes reservas (DAVIS, 2016).

A votação sobre o princípio da adesão britânica à CEE na Câmara dos Comuns em outubro de 1971 foi conduzido confortavelmente, mas 39 conservadores votaram contra a linha do governo e dois outros abstiveram-se. Isto foi compensado pela sessenta e nove deputados trabalhistas que votaram a favor. As votações posteriores foram, no entanto, muito mais próximas, às vezes sendo vencido por menos de dez votos. Este foi o primeiro sinal do que mais tarde aconteceria tornar-se uma brecha aberta no Partido Conservador. É importante ressaltar, que os conservadores anti-Marketeters estavam se tornando um grupo organizado e claramente identificável, que era capaz e dispostos a desafiar a unidade do Partido no que consideravam uma questão que ia além do Partido disciplina e unidade. Embora não tenham conseguido bloquear a entrada britânica, os eurocéticos já tinha minado seriamente as bases das quais dependia a adesão britânica. A entrada da Grã-Bretanha na CEE pela terceira tentativa, em 1973, não significou de forma alguma o fim da Campanha dos eurocéticos (DAVIS, 2016)

Os Conservadores, que desde o final da década de 1970, se tornaram os principais expoentes da mensagem eurocética e anti-CEE-UE, foram até meados da década de 1970 justamente considerados como o mais pró-europeu dos dois principais partidos políticos. Enquanto a CEE foi considerada em termos essencialmente econômicos e comerciais, primeiramente como uma área comercial, a maioria dos conservadores encontrou poucas objeções na CEE. Os conservadores sob Macmillan e Heath foram as forças motrizes por detrás do redirecionamento da política britânica para uma postura mais pró-europeia. Ao contrário do Partido Trabalhista, não procuraram abertamente extrair capital político das políticas europeias dos seus oponentes e tiveram

Apoiou amplamente a candidatura de Wilson ao CEE em 1967. Isto não deve ser entendido, no entanto, como significando que o Partido Conservador nas décadas de 60 e 70 não tinha nenhum vestígio de euroceticismo. Em primeiro lugar, a primeira candidatura à CEE dificilmente pode ser vista como prova de um euro entusiasmo fundamental. Caracterizou-se antes pela sua hesitação e pela sua natureza indiferente. A aplicação de Macmillan, como observaram muitos observadores contemporâneos, foi, no máximo, morna.

Nem foi, na realidade, um pedido simples para entrar na CEE, mas antes uma abertura de conversações com os outros europeus para ver se existiam condições que permitissem que a Grã-Bretanha entre efetivamente na CEE. As negociações, uma vez iniciadas, logo mostraram o caráter extremamente qualificado da posição negocial britânica. O cepticismo de muitos na Grã-Bretanha, incluindo muitos daqueles que eram a favor da entrada britânica, era evidente. Além disso, o argumento de que a Grã-Bretanha tentava entrar na CEE, a fim de a redirecionar para linhas bastante diferentes daquelas apresentadas pelos “Seis”, é um argumento que, compreensivelmente, recebeu bastante crédito (DAVIS, 2016)

Em 28 de outubro de 1971, a Casa dos Comuns votou pela adesão britânica ao Mercado Comum Europeu por uma margem de 356 votos a favor e 244 votos contra. Essa aprovação, com uma diferença de 112 votos, foi considerada uma vitória significativa para o Primeiro-Ministro Heath e a ala do Partido Conservador, bem como para os membros do Partido Trabalhista que

apoiaram a entrada britânica. Os líderes do Mercado Comum Europeu saudaram o resultado como uma medida há muito aguardada, que impulsionaria o desenvolvimento de um bloco monetário e, eventualmente, uma união política na Europa Ocidental (THE NEW YORK TIMES, 1971).

O Ato das Comunidades Europeias de 1972⁵ foi uma legislação crucial aprovada pelo Parlamento do Reino Unido para permitir a adesão do país à Comunidade Econômica Europeia (CEE). Esta lei foi fundamental para incorporar as disposições dos tratados da CEE no direito britânico e estabelecer os mecanismos legais necessários para aplicar e cumprir as obrigações do Reino Unido como membro da Comunidade Europeia, e aqui entende-se como “Comunidades” não somente a CEE, mas também a antiga Comunidade do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia de Energia Atômica.

Uma das principais características do “*European Communities Act 1972*” foi a incorporação direta das disposições dos tratados da CEE no direito interno britânico. Isso significava que as regulamentações e diretivas emanadas da CEE adquiriam posição legal no Reino Unido, sendo passíveis de aplicação pelos tribunais britânicos.

Além disso, a lei estabeleceu o princípio da primazia do direito comunitário sobre a legislação nacional do Reino Unido. Em outras palavras, em caso de conflito entre a legislação britânica e o direito comunitário, este último prevalecia, conferindo uma autoridade superior às normas e decisões da CEE.

O “*European Communities Act 1972*” também conferiu às autoridades britânicas a competência para implementar as diretivas da CEE no sistema jurídico do Reino Unido. Isso incluía a adoção de regulamentações e políticas necessárias para cumprir as obrigações estabelecidas pelas diretivas comunitárias.

Adicionalmente, a referida legislação estabeleceu os direitos e deveres dos cidadãos britânicos e das empresas em relação à participação na CEE, bem como as responsabilidades do governo britânico perante as instituições da comunidade europeia.

Em síntese, o “*European Communities Act 1972*” desempenhou um papel crucial na facilitação da adesão do Reino Unido à CEE, ao mesmo tempo, em que estabeleceu as bases legais para a integração do direito comunitário no sistema jurídico britânico e para a definição das relações do país com a CEE/UE.

Por outro lado, o líder do Partido Trabalhista, Wilson, expressou preocupação em relação aos termos negociados pelo Partido Conservador e sugeriu que um futuro governo trabalhista buscaria a renegociação desses termos. Para o Primeiro-Ministro Heath, os resultados da votação foram considerados um triunfo pessoal do governo, embora ele tenha ressaltado que não refletiam necessariamente a opinião pública, pois várias pesquisas indicavam uma inclinação contrária por parte do público em relação à adesão (THE NEW YORK TIMES, 1971).

O histórico da Grã-Bretanha em relação à integração europeia foi marcado por indecisões e mudanças de postura. Inicialmente, o país permaneceu à margem quando os seis países fundaram a Comunidade Econômica Europeia em 1957. A atitude britânica durante esses anos

⁵ European Communities Act 1972“

parecia refletir uma preferência por manter uma ligação forte com o mar aberto, em detrimento de uma maior integração europeia, conforme expressado pelo general de Gaulle, que teria citado Churchill. Posteriormente, a Grã-Bretanha solicitou a adesão ao bloco em 1961, mas teve seu pedido negado pelo general de Gaulle, que também rejeitou uma nova aplicação em 1967. Portanto, os votos a favor da adesão em 1971 marcaram um ponto de viragem na história pós-guerra do país em relação à Europa (THE NEW YORK TIMES, 1971).

No entanto, mesmo com a aprovação parlamentar, o maior obstáculo ainda residia no processo de ratificação no Parlamento britânico. Esperava-se uma longa disputa sobre a legislação detalhada que o governo de Heath teria que apresentar para alinhar a lei britânica com as regras do Mercado Comum. Uma questão política relevante era como um eventual governo trabalhista lidaria com os termos de adesão negociados após a entrada da Grã-Bretanha no bloco (THE NEW YORK TIMES, 1971).

O ministro trabalhista Wilson criticou diversos aspectos dos termos de adesão ao Mercado Comum Europeu, incluindo as proteções para os produtos agrícolas da Nova Zelândia e o açúcar da Commonwealth vendidos no Reino Unido, bem como o montante da contribuição britânica para o fundo agrícola do Mercado Comum. Wilson acusou os conservadores de cederem demasiado à França nesses termos, descrevendo sua postura como “rastejante”(GEORGE, 1994).

Um dos acordos mais significativos alcançados pelo Governo Conservador nas negociações foi a aceitação da política agrícola comum do Mercado Comum nos termos estabelecidos. Essa política mantinha preços relativamente elevados para os agricultores, ao impor tarifas sobre os produtos alimentares importados. Além disso, o Reino Unido concordou que o montante arrecadado com essas tarifas seria entregue ao fundo agrícola central do Mercado Comum para auxiliar os agricultores, sujeito a um período de transição gradual (GEORGE, 1994).

Anteriormente, a Câmara dos Lordes também havia votado a favor da adesão britânica, com uma margem de 451 votos a favor e 58 contra (GEORGE, 1994).

A entrada tardia do Reino Unido na Comunidade Europeia (CE) em 1973 implicou juntar-se a uma organização que já havia desenvolvido sua própria cultura e métodos de trabalho. Dentro da comunidade, surgiu uma aliança estreita entre França e Alemanha, que influenciou os estados-membros a apoiarem a entrada do Reino Unido ao longo dos anos 1960. No entanto, a adesão do Reino Unido à CEE implicava em formar alianças com os demais países membros, o que representava um desafio considerável devido às políticas agrícolas e orçamentárias comuns já estabelecidas antes da entrada britânica, as quais eram contrárias aos interesses do Reino Unido. Além disso, o governo britânico via a Comunidade Europeia predominantemente como um empreendimento econômico, enquanto os outros países membros consideravam também sua dimensão política (GEORGE, 1994).

Ademais, havia uma relutância generalizada no Reino Unido em ceder soberania às instituições europeias. A adesão à Comunidade Europeia foi apresentada ao público principalmente como uma necessidade econômica, em detrimento da ideia central e política de integração europeia (GEORGE, 1994).

Durante o governo de Thatcher, não houve uma tentativa substancial de estabelecer uma relação especial com a França ou Alemanha para contrabalançar a crescente relação franco-alemã e o perigo de dominação na comunidade. Quando John Major assumiu como Primeiro-Ministro em 1990, ele tentou aproximar o Reino Unido da Alemanha, especialmente no centro das relações comunitárias, mas foi limitado por pressões domésticas que refletiam a falta de um compromisso positivo com a Comunidade (GEORGE, 1994).

No entanto, a entrada do Reino Unido na CEE em 1973 marcou uma nova fase na relação do país com a Europa. A adesão tardia significou juntar-se a uma organização que já havia desenvolvido sua própria cultura e métodos de trabalho, apresentando desafios significativos.

A relutância do Reino Unido em dividir sua soberania e render-se às instituições europeias, com a visão predominantemente econômica da CEE por parte do governo britânico, contribuíram para a complexidade da relação.

1.4 Quarta Fase - O primeiro referendo

O período entre outubro de 1973 e abril de 1975 foi marcado por desafios significativos na economia global, destacando-se como um dos mais difíceis na história pós-guerra. O aumento dos preços do petróleo expôs a dependência mundial dos fornecedores do Oriente Médio, enquanto os preços dos alimentos e commodities também subiram, contribuindo para um déficit na balança de pagamentos e desordens monetárias que afetaram tanto o Ocidente quanto os países em desenvolvimento (BUTLER, KITZINGER, 1996).

O Reino Unido enfrentou dificuldades adicionais nesse cenário, devido a dois principais motivos. Primeiramente, estava defasado em investimentos, crescimento da produção, produtividade e salários, o que o levou à crise global com tendências perigosas de inflação e desequilíbrio na balança de pagamentos. Em segundo lugar, sua capacidade de tomar decisões políticas e implementá-las, diante de oposições internas, foi paralisada, justamente quando as dificuldades globais começaram a se manifestar na política doméstica (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Antes de maio de 1975, os preços ao consumidor haviam aumentado significativamente, atingindo uma taxa de 50% ao ano durante a campanha do referendo, enquanto o desemprego continuava a crescer, passando de 500.000 no final de 1973 para cerca de 800.000 em maio de 1975. Ambos os lados da campanha do referendo concordavam que somente os esforços internos do Reino Unido poderiam salvá-lo dessa situação (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Depois de apenas dois anos como membro da CEE, era evidentemente demasiado cedo, em 1975, para tomar dos benefícios da nova posição da Grã-Bretanha na Europa. Houve, no entanto, muitos oponentes da CEE que argumentavam que desde que a Grã-Bretanha “se juntou à Europa”, o país os problemas econômicos só aumentaram. Daí para argumentar que isso foi culpa de A Europa foi um passo fácil. A adaptação à CEE seria sempre difícil e a concorrência econômica, especialmente da Alemanha Ocidental, foi, como esperado, severa. Para muitos isso se comparava desfavoravelmente com as relações econômicas que a Grã-Bretanha desfrutava

com a Comunidade. Estes argumentos foram reforçados pelo facto de, neste preciso momento, que a Grã-Bretanha entrou na CEE, a economia mundial entrou em recessão. Vindo topo do colapso da ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra, este resultou em níveis de inflação sem precedentes e numa queda acentuada do crescimento econômico (DAVIS, 2016)

O veto de De Gaulle ao primeiro pedido britânico para entrar no CEE em janeiro de 1963 foi na maioria justificada por repetidas referências à situação insular da Grã-Bretanha e estatuto marítimo. A Grã-Bretanha, disse ele, simplesmente não era suficientemente europeia e tinha “em toda a sua feitos muito marcados e hábitos e tradições muito originais. Em suma, a natureza, a estrutura, a própria situação da Inglaterra difere profundamente daquelas dos continentes. (DAVIS, 2016)

Desde janeiro de 1973, a Grã-Bretanha assumiu sua posição como membro pleno do Conselho e do Comitê de Representantes Permanentes na Comunidade Europeia. No entanto, essa participação britânica nas instituições europeias foi marcada por algumas lacunas significativas. O Partido Trabalhista boicotou o Parlamento Europeu, reduzindo a delegação britânica de 36 para apenas 21 membros, enquanto os sindicatos se recusaram a participar do Comitê Econômico e Social (BUTLER, KITZINGER, 1996).

A delegação conservadora liderada por Peter Kirk foi percebida como ativa, trazendo um novo entusiasmo para a vida parlamentar europeia. Entretanto, no cenário doméstico, os preços na Grã-Bretanha continuaram a subir nos primeiros nove meses de 1973, e a associação popular entre inflação e a adesão ao Mercado Comum tornou-se evidente. Havia um receio de que a Comunidade Europeia pudesse interferir nos assuntos internos do país (BUTLER, KITZINGER, 1996).

No entanto, o que ficou claro para o povo britânico foi que nenhuma mudança súbita foi imposta pela Comunidade. A vida continuou de forma semelhante, quer dentro ou fora da Comunidade. O país continuou a prosperar, com aumentos nos salários, queda no desemprego e um crescimento econômico que saltou de 2,5% em 1972 para 6,8% em 1973. Esses resultados foram atribuídos mais às políticas adotadas pelo governo conservador do que às expectativas geradas por um mercado mais amplo (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Apesar da passagem do Ato das Comunidades Europeias e da adesão britânica, a maioria do Partido Trabalhista ainda mantinha uma posição hostil em relação à adesão. Uma parte significativa do partido se opunha ao princípio da adesão, enquanto outros não estavam satisfeitos com os termos do acordo ou com o fato de a Grã-Bretanha ter aderido sem um referendo popular (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Nas eleições trabalhistas de 1974, foi demandada uma renegociação fundamental dos termos de adesão, conforme manifesto partidário, que enfatizava a necessidade de a decisão final ser tomada pelo povo britânico. O manifesto propôs que, em caso de fracasso nas renegociações, o Reino Unido teria o direito de se retirar da Comunidade, expondo as razões para a recusa dos novos termos e buscando um novo acordo ou a saída total. Em caso de sucesso nas renegociações, o povo teria a oportunidade de decidir por meio de uma eleição geral ou de um referendo

consultivo sobre a permanência do país na Comunidade (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Em 5 de junho de 1975, marcou-se um evento histórico para o Reino Unido com a realização de seu primeiro referendo. A pergunta proferida ao eleitorado foi simples, mas de imenso significado: “Você acredita que o Reino Unido deveria permanecer na Comunidade Europeia (Mercado Comum)?” O resultado foi expressivo, com 17 milhões de votos a favor e 80 milhões contra.

Gaitskell também levantou outra questão que se tornaria central para todo o debate eurocético. Caso em anos posteriores: o da soberania popular e o poder final do povo para tomar a decisão final sobre a entrada britânica na CEE. Relembrando a decisão de Stanley Baldwin fosse ao país devido à questão da reforma tarifária em 1923, ele alertou contra a ideia de que o governo sozinho estava em melhor posição para decidir. Embora Macmillan não tenha esclarecido este ponto, e ficou claro que o Parlamento teria de dar a aprovação final para qualquer entrada britânica na CEE, Gaitskell rebateu os conservadores (DAVIS, 2016)

Na década de 70, a CEE foi apresentada como inimiga do autogoverno, perigosa para os interesses econômicos específicos da Escócia e do País de Gales em áreas como a agricultura e a pesca e como antidemocrática e centralizada. A oposição à CEE era mais forte na Escócia do que em qualquer outro lugar do Reino Unido e uma sondagem realizada em 1971 sugeriu que 81% dos escoceses se opunham à adesão à CEE. A linha oficial do SNP reflectia este estado de espírito eurocético no país e condenava abertamente os “partidos ingleses”, os trabalhistas e os conservadores, por tentarem forçar os escoceses a formar um grupo europeu contra a sua vontade. No referendo de 1975, o voto “Não” para o Reino Unido todo foi de 32,8%. Na Inglaterra foi de 31,3% e na Escócia de 41,6%. (DAVIS, 2016)

O manifesto eleitoral geral do Partido Trabalhista, de fevereiro de 1974, estabeleceu o compromisso do partido em realizar um referendo sobre a permanência do Reino Unido no Mercado Comum Europeu (CEE), em termos renegociados, ou abandonar a CEE. O partido expressou a visão de que o Reino Unido é uma nação europeia e que um governo trabalhista buscava uma cooperação mais ampla entre os povos europeus. No entanto, criticou-se profundamente o governo anterior liderado por Heath por aceitar os termos de entrada no Mercado Comum sem o consentimento do povo britânico. Isso resultou na imposição de impostos sobre alimentos, aumentando os preços globalmente e sobrecarregando a balança de pagamentos do Reino Unido, além de reduzir drasticamente o poder do Parlamento Britânico em questões de interesse vital para o país. Portanto, um governo trabalhista buscava imediatamente uma renegociação fundamental dos termos de entrada na CEE (MILLER, 2015).

No Programa Trabalhista para a Grã-Bretanha, foram estabelecidos os objetivos para as novas negociações que deveriam ocorrer. O partido declarou sua oposição à adesão britânica às Comunidades Europeias nos termos negociados pelo governo conservador e afirmou estar pronto para renegociar os termos. Os principais objetivos da renegociação incluíam grandes mudanças na Política Agrícola Comum para evitar que esta representasse uma ameaça ao comércio mundial de produtos alimentares, bem como novos e mais justos métodos de financiamento do

orçamento comunitário. O partido rejeitou os impostos que compunham os recursos próprios das Comunidades e questionou os objetivos principais do orçamento comunitário, principalmente o apoio agrícola (MILLER, 2015).

Além disso, o manifesto abordou questões relacionadas à união monetária, defendendo que os problemas monetários dos países europeus só poderiam ser resolvidos em uma estrutura mundial. Também enfatizou a importância da retenção pelo Parlamento britânico de poderes sobre a economia nacional para a implementação de políticas eficazes e a necessidade de proteger a balança de pagamentos e políticas de pleno emprego. Em relação aos interesses econômicos da Comunidade e dos países em desenvolvimento, o manifesto destacou a importância de garantir acesso contínuo ao mercado britânico e adotar medidas comerciais e políticas de ajuda para beneficiar esses países (MILLER, 2015)

Em 1º de abril de 1974, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, apresentou a posição do governo britânico ao Conselho de Ministros da UE, destacando a necessidade de aprovação dos termos originais de entrada pelo povo britânico e a intenção do governo de corrigir essa situação por meio de uma renegociação bem-sucedida. Pela primeira vez, foi mencionada a possibilidade de uma saída negociada da CEE se a renegociação fosse considerada inaceitável (MILLER, 2015).

Negociaremos de boa-fé e, se conseguirmos alcançar os termos certos, apresentá-los-emos ao nosso povo para aprovação. Mas se falharmos, apresentaremos ao povo britânico porque consideramos os termos inaceitáveis e consultá-los-emos sobre a oportunidade de negociar a saída do Reino Unido da Comunidade. Estou confiante que ninguém na Comunidade desejaria argumentar que seria do interesse da Comunidade tentar manter o meu país como membro contra a sua vontade. Mas sublinho que não espero uma negociação sobre a retirada. Prefiro uma renegociação bem sucedida, da qual surgirão as condições adequadas para a continuação da adesão. Até certo ponto, isso dependerá de nós – mas também dependerá da atitude dos outros parceiros nas negociações.⁶

(Discurso de James Callaghan, apud MILLER, 2015)

Na reunião do Conselho de Ministros, James Callaghan, em representação do governo britânico, delineou uma série de objeções e objetivos relacionados à permanência do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Uma das principais preocupações expressas foi a necessidade de reformas significativas na Política Agrícola Comum (PAC) da CEE. O governo britânico buscava modificar a PAC de modo a não prejudicar o comércio mundial de produtos alimentares e a garantir o acesso contínuo ao mercado alimentar britânico para produtores de

⁶ No original: “We shall negotiate in good faith and if we are successful in achieving the right terms, we shall put them to our people for approval. But if we fail, we shall submit to the British people the reason why we find the terms unacceptable and consult them on the advisability of negotiating the withdrawal of the United Kingdom from the Community. I am confident that no one in the Community would wish to argue that it would be in the interests of the Community to seek to retain my country as a member against its will. But I stress that I do not hope for a negotiation about withdrawal. I would prefer successful renegotiation from which the right terms for continued membership will emerge. To some extent that will depend upon us —but it will also depend upon the attitude of the other partners in the negotiations.” Tradução nossa.

baixo custo de fora da Europa.

Além disso, Callaghan destacou a importância de estabelecer métodos mais justos de financiamento do Orçamento Comunitário. O governo rejeitava os impostos que constituíam os “recursos próprios” das Comunidades Europeias, bem como os objetivos predominantes de apoio agrícola, que considerava desvantajosos para o Reino Unido. Propunha contribuir de forma equitativa para as finanças comunitárias, com base no princípio de equidade entre o que é pago e o que é recebido pelos outros países membros (MILLER, 2015).

Além das questões relacionadas à PAC e ao financiamento do orçamento comunitário, Callaghan abordou a oposição do governo britânico a acordos internacionais que pudessem resultar em aumento do desemprego para manter uma paridade fixa, conforme exigido pelas propostas atuais para um Acordo Econômico Europeu e União Monetária. Ele defendeu a necessidade de resolver os problemas monetários dos países europeus em uma estrutura global (MILLER, 2015).

Por fim, Callaghan também apresentou diversas preocupações levantadas pelo governo britânico em relação aos termos de adesão à CEE. Isso incluía o alto custo da PAC para o Reino Unido, as relações comerciais com a Commonwealth e os países em desenvolvimento, a necessidade de proteger a balança de pagamentos e as políticas de pleno emprego, bem como a salvaguarda dos interesses econômicos dessas regiões. Além disso, ele mencionou que o governo britânico estava realizando uma revisão abrangente do impacto das políticas comunitárias e que apresentaria os resultados dessa revisão em breve (MILLER, 2015).

A agência europeia de sondagens Eurobarômetro fez a seguinte pergunta: “De um modo geral, pensa que a adesão do Reino Unido à União Europeia Comunidade (Mercado Comum) é uma coisa boa, uma coisa má, nem bom ou ruim, ou não sei?”

Os resultados em setembro de 1973 e maio de 1975 foram os seguintes:

Figura 1 – (Fonte: Eurobarômetro, 1975)

Date	A good thing	A bad thing	Neither good nor bad	Don't know
Sept 1973	31%	34%	22%	13%
May 1975	47%	21%	19%	13%

A decisão de realizar um referendo foi controversa no Parlamento. A maioria dos políticos que queriam que a Grã-Bretanha permanecesse na CEE não queria um referendo. Edward Heath

se opôs a um referendo como dispositivo constitucional. Margaret Thatcher, eleita líder do Partido Conservador, em fevereiro de 1975, chamou o referendo de “um dispositivo de ditadores e demagogos” (MILLER, 2015).

Os defensores de um referendo eram principalmente aqueles que queriam deixar a CEE e principalmente do Partido Trabalhista, eles acreditavam que o referendo tornaria o governo verdadeiramente responsável perante o eleitorado (MILLER, 2015).

O referendo de 1975 foi um momento crucial em diversos aspectos:

O resultado do referendo, com uma clara maioria a favor da permanência na Comunidade Europeia, fortaleceu as esperanças dos proponentes da integração europeia. Mesmo entre aqueles que inicialmente se opuseram ao referendo, com receio de uma derrota, o resultado foi visto como um impulso para a causa pró-Europa.

Este episódio histórico desafiou os padrões políticos e procedimentos governamentais estabelecidos. Lançou luz sobre como a política partidária e os processos governamentais eram conduzidos, destacando a importância da participação direta do povo nas decisões fundamentais para o país.

Além disso, o referendo representou uma inovação notável, na prática constitucional britânica. Foi um exemplo de como o sistema político estava evoluindo para incluir mecanismos mais diretos de tomada de decisão, dando voz direta aos cidadãos em questões de grande relevância nacional.

O contexto econômico que envolveu esse referendo foi desafiador. Desde outubro de 1973, o Reino Unido enfrentava um período difícil, marcado pelo aumento dos preços do petróleo, que revelou a dependência global das fontes do Oriente Médio. O país viu-se afetado pelo aumento dos preços dos alimentos e commodities, resultando em déficits na balança de pagamentos e desequilíbrios monetários. Enquanto outras nações industriais conseguiram lidar com esses desafios e controlar a inflação, o Reino Unido enfrentava dificuldades adicionais devido a atrasos em investimentos, crescimento da produção, produtividade e salários (BUTLER, KITZINGER, 1996).

A crise econômica contribuiu para um ambiente político tumultuado, onde a capacidade do governo de tomar e implementar decisões foi severamente comprometida. O aumento dos preços ao consumidor e o crescimento do desemprego agravaram a situação, criando um terreno fértil para o debate sobre a participação na Comunidade Europeia (BUTLER, KITZINGER, 1996).

O referendo não foi apenas um reflexo das questões econômicas e políticas enfrentadas pelo Reino Unido na época, mas também foi influenciado por décadas de relações complexas entre o país e a Europa. Desde o pós-guerra, o Reino Unido manteve uma postura ambivalente em relação à integração europeia, optando muitas vezes por permanecer à margem de esforços de cooperação mais profunda (BUTLER, KITZINGER, 1996).

No entanto, as mudanças geopolíticas e econômicas das últimas décadas levaram a uma reavaliação da posição britânica. A ascensão da Comunidade Europeia como uma potência

econômica e política levou o Reino Unido a reconsiderar sua relação com o continente. Questões econômicas, como o declínio relativo da posição britânica em comparação com os membros da Comunidade, contribuíram para um debate intenso sobre o futuro do país na Europa (BUTLER, KITZINGER, 1996)

O processo que culminou no referendo de 1975 refletiu as complexidades e divisões dentro da política britânica. Enquanto alguns argumentavam a favor da integração europeia como uma oportunidade para impulsionar a economia e fortalecer a posição do Reino Unido no cenário global, outros viam a participação na Comunidade como uma ameaça à soberania nacional e à identidade britânica (BUTLER, KITZINGER, 1996).

Por fim, o referendo de 1975 foi um marco na história do Reino Unido, representando uma decisão crucial sobre o futuro do país na Europa. Independentemente das opiniões sobre a questão, a realização do referendo e sua conclusão demonstraram a capacidade do povo britânico de influenciar diretamente os rumos políticos do país.

1.5 Quinta Fase - A formação da União Europeia e o impacto na política doméstica do Reino Unido

O resultado favorável do referendo de 1975 à permanência na UE, com 67,2% dos eleitores votando a favor, consolidou temporariamente a relação do Reino Unido com a Europa, evidenciando um apoio público substancial para a adesão (Bogdanor, 2005). Contudo, ao longo dos anos seguintes, a Comunidade Econômica estava se desenvolvendo e aprofundando seu processo de integração, o que resultou em algumas preocupações para o Reino Unido em relação ao bloco.

Durante os anos 1980, a relação foi influenciada pela liderança de Margaret Thatcher, que tinha uma visão ambígua em relação à CEE. Thatcher reconhecia os benefícios econômicos da adesão, mas era cética quanto à integração política europeia. Em 1984, ela negociou um desconto na contribuição britânica para o orçamento da CEE, argumentando que o país estava pagando mais do que recebia em benefícios, resultando no chamado “UK rebate” (Young, 1998). Além disso, em 1986, Thatcher assinou o Ato Único Europeu, que visava criar um mercado único europeu até 1992, eliminando barreiras ao comércio e à mobilidade. Embora Thatcher apoiasse o mercado único, ela se opunha a uma maior integração política (GEORGE, 1994).

Em outubro de 1990, o Reino Unido aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (ERM), um sistema destinado a reduzir a variação das taxas de câmbio entre as moedas europeias e preparar os países para uma moeda única europeia. No entanto, a adesão ao ERM foi controversa e problemática devido a pressões econômicas e instabilidade cambial (Daddow, 2011).

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, marcou um ponto crucial na história da União Europeia (UE), definindo muitas das estruturas e políticas que moldaram a integração europeia até agora. Este tratado foi assinado pelo Reino Unido com outros 11 membros da Comunidade Econômica Europeia, estabelecendo importantes mudanças, incluindo a criação da

União Europeia como a conhecemos hoje. Um dos elementos-chave introduzidos pelo Tratado de Maastricht foi a cidadania da UE, abrindo caminho para a introdução da moeda única, o euro (RAIKKÖNEN, 2024).

A formação da União Europeia (UE) teve um impacto significativo na política doméstica do Reino Unido em várias áreas.

A participação do Reino Unido na União Europeia (UE) implicou na adoção de leis e regulamentações europeias que abrangeram diversos setores da economia britânica, como comércio, agricultura, energia e meio ambiente. Essa integração econômica, embora tenha promovido a harmonização de normas comerciais e padrões de produção, gerou debates sobre a perda de soberania e a capacidade do país de definir suas próprias políticas econômicas (RAIKKÖNEN, 2024).

Um dos aspectos cruciais dessa integração foi a participação na Política Agrícola Comum (PAC), que estabeleceu um sistema de subsídios agrícolas e regulamentação do mercado. Isso impactou significativamente a agricultura britânica, influenciando a produção, distribuição e preços dos alimentos. No entanto, a PAC enfrentou críticas e desafios por não necessariamente refletir as necessidades e interesses específicos do Reino Unido (GEORGE, 1994).

Além disso, a liberdade de circulação de pessoas dentro da UE permitiu que cidadãos de outros países europeus vivessem e trabalhassem no Reino Unido, e vice-versa. Essa dinâmica teve implicações na demografia, cultura e mercado de trabalho britânicos, tornando a imigração e o controle de fronteiras temas políticos cruciais.

A questão da soberania e autonomia também foi amplamente discutida, com críticos argumentando que a participação na UE limitava a capacidade do Reino Unido de tomar decisões independentes em questões de política externa, comércio e regulação. Além disso, a adesão à UE implicou na adoção da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e na aceitação da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, afetando a legislação britânica e a proteção dos direitos individuais (GEORGE, 1994).

Os artigos do Tratado de Maastricht que comprometeram os países membros a uma série de medidas para a criação da moeda única até janeiro de 1999 representaram um dos desenvolvimentos mais significativos na história da UE. Essas medidas incluíram a remoção dos controles cambiais e a criação de um Instituto Monetário Europeu. Além disso, os membros da UE foram obrigados a aderir ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio e os bancos nacionais deveriam tornar-se independentes do controle político.

O Reino Unido, no entanto, enfrentou desafios em sua jornada rumo à adesão à moeda única. Em setembro de 1992, o país foi forçado a retirar a libra esterlina do Mecanismo de Taxas de Câmbio devido à incapacidade de manter o valor da libra acima do limite inferior exigido. Isso resultou na exclusão do Reino Unido da zona do euro. Enquanto 11 países da UE introduziram o euro em 1999, o Reino Unido, com a Dinamarca e a Suécia, optou por manter suas moedas nacionais (RAIKKÖNEN, 2024).

O governo britânico teve diferentes abordagens em relação à integração europeia ao longo

dos anos. O primeiro-ministro John Major, por exemplo, optou por não participar da seção do Tratado de Maastricht que tratava da política social. No entanto, seu sucessor, o líder trabalhista Tony Blair, adotou uma postura mais pró-europeia, assinando o Capítulo Social do Tratado de Maastricht logo após assumir o cargo em 1997(GEORGE, 1994).

A questão da integração europeia continuou a ser um tema importante na política britânica nas décadas seguintes. Durante o governo trabalhista de Blair, o Reino Unido apoiou iniciativas como a Declaração de Laeken em 2001, que comprometeu a UE com a criação de uma Convenção Europeia e a elaboração de uma Constituição Europeia. No entanto, as rejeições da Constituição em referendos na França e na Holanda levaram a uma reformulação do tratado sob o nome de Tratado de Lisboa (RAIKKÖNEN, 2024).

O governo britânico sob Gordon Brown teve que lidar com as consequências do Tratado de Lisboa, que incluía aspectos-chave do tratado constitucional original. Apesar das exclusões garantidas ao Reino Unido, o tratado aumentou o poder do Parlamento Europeu e estabeleceu o cargo de Presidente do Conselho Europeu, dificultando para o governo justificar sua posição de não realizar um referendo sobre o assunto (RAIKKÖNEN, 2024).

Enquanto isso, questões econômicas globais, como a crise financeira de 2008 e a subsequente crise da zona do euro, influenciaram ainda mais a posição do Reino Unido em relação à UE. A ascensão do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), um partido de direita eurocético, refletiu um crescente ceticismo em relação à UE dentro do eleitorado britânico (RAIKKÖNEN, 2024)

Em resposta a essas pressões, o primeiro-ministro David Cameron anunciou em 2013 sua intenção de renegociar a relação do Reino Unido com a UE e realizar um referendo sobre a permanência na UE até 2017.

2 Capítulo 2 - O Brexit e seus desdobramentos

A partir do final do século XX, como vimos no capítulo anterior, o ceticismo em relação à UE cresceu no Reino Unido levando a uma série de insatisfações que encontraram seu ápice no segundo referendo realizado pelo Reino Unido acerca da permanência ou não no bloco europeu, através do BREXIT.

O processo de saída do Reino Unido da União Europeia, popularmente conhecido como Brexit, é uma abreviação de “Britain Exit”, que se refere ao processo de negociações caracterizando a saída do Reino Unido da União Europeia. Este processo envolve uma análise detalhada de diversos atores e temas, que vão desde a questão da soberania parlamentar, uma questão central para o Reino Unido, até questões econômicas como o impacto da política comercial da UE no Reino Unido, desigualdades regionais e a questão da imigração. Para compreender plenamente o Brexit, este capítulo se propõe a analisar como o processo foi conduzido e a importância das campanhas e do referendo que o impulsionaram em quatro seções.

Primeiramente, descreve-se o crescente euroceticismo no Reino Unido e os principais fatores políticos que levaram David Cameron a iniciar o processo de renegociação da permanência no bloco, passando pelo referendo e os principais argumentos das Campanhas pelo *Leave* ou *Remain*, seguido por um breve resumo sobre os principais acontecimentos após o resultado do referendo e o processo de negociação até a saída em 2020. Por fim, abordaremos de forma não exaustiva os desdobramentos pós-saídos da UE e o impacto na política do país.

2.1 O governo de coalizção e o euroceticismo crescente no Reino Unido

Durante o período de governo de coalizção no Reino Unido de 2010 a 2015, liderado pelo Partido Conservador com o Partido Liberal Democrata como parceiro, várias dinâmicas e decisões influenciaram significativamente o caminho em direção ao Brexit. Primeiramente, o governo enfrentou pressões internas, especialmente dentro do Partido Conservador, onde uma facção eurocética defendia vigorosamente a realização de um referendo sobre a permanência na União Europeia (UE). Embora a coalizção mantivesse uma posição oficial pró-UE, a concessão de um referendo foi vista como uma tentativa de aplacar as vozes eurocéticas e fortalecer a base eleitoral conservadora (BBC, 2015).

Além disso, as políticas de austeridade implementadas durante esse período, incluindo cortes significativos nos gastos públicos e reformas econômicas, aumentaram o descontentamento social e político em diversas partes do país. Esse descontentamento foi explorado por movimentos políticos e campanhas que se aproveitaram do sentimento anti-establishment e da crítica à influência da UE sobre as decisões nacionais (The Guardian, 2016).

As reformas constitucionais introduzidas, como a descentralização do poder para a Escócia e País de Gales, também tiveram impacto no debate político, levantando questões sobre autonomia e soberania que ressoaram com eleitores preocupados com a influência supranacional

da UE (THE TELEGRAPH, 2015).

Internamente, as tensões dentro da coalizão e entre os principais partidos políticos criaram um ambiente onde as questões europeias se tornaram centrais. Isso contribuiu para a polarização política e para a fragmentação das posições em relação à UE, tanto no Partido Conservador quanto no Partido Trabalhista, preparando o terreno para o referendo de 2016 (FINANCIAL TIMES, 2015).

O governo de coalizão de 2010 a 2015 estabeleceu um contexto político e social que favoreceu o crescimento do debate sobre a permanência na UE, com a concessão do referendo como uma resposta às pressões internas e à insatisfação popular ampliada pelas políticas de austeridade e pelas reformas constitucionais. Esses fatores coletivos desempenharam um papel crucial no caminho que levou ao referendo de Brexit e às subsequentes negociações de saída da UE.

A vasta literatura sobre o Brexit revelou uma ampla gama de fatores explicativos. A crise financeira global de 2007/2008 alterou significativamente o cenário geopolítico e geoeconômico, desafiando a dominância normativa da globalização e do internacionalismo liberal. Preocupações sobre a homogeneização cultural, questões de identidade e a marginalização de certos grupos criaram uma divisão entre os considerados 'vencedores' e 'perdedores' da globalização, alimentando o particularismo e a política de identidade no nível doméstico (Hobolt, 2016; Zürn & de Wilde, 2016). A campanha do Brexit capitalizou esses sentimentos, questionando a responsabilidade das instituições da UE, criticando a livre circulação, retratando a adesão à UE como custosa e sugerindo redirecionar as contribuições do orçamento da UE para o Serviço Nacional de Saúde.

Desacordos profundos sobre a direção da integração europeia e a gestão das crises recentes intensificaram as tensões regionais entre o Reino Unido e seus vizinhos da UE. Percepções de falhas na gestão das crises do euro e dos refugiados minaram as normas de solidariedade, levando a retratos da UE como um bloco disfuncional (Hobolt & de Vries, 2016).

Glencross (2016), argumenta haver uma preocupação de que a adesão à UE fosse de alguma forma injusta ou demasiado restritiva para o Reino Unido, mais liberal e orientado para o mundo. Esta preocupação é peculiar, uma vez que o Reino Unido optou por não participar no aspecto mais restritivo da integração, a União Monetária e a sua estreita coordenação fiscal.

Suspeitas sobre o caminho da UE em direção a um possível federalismo foram ainda mais exacerbadas. De fato, a perspectiva de um referendo sobre o Brexit foi usada como moeda de troca pelo governo Cameron em sua tentativa de renegociar os termos da adesão do Reino Unido à UE, buscando especificamente isenções do conceito de 'união cada vez mais estreita' e mudanças na livre circulação de trabalhadores.

Assim, enquanto fatores externos contribuíram para a deterioração da imagem da UE e da integração europeia no Reino Unido, o voto pelo Brexit foi principalmente impulsionado por fatores domésticos, como o euroceticismo generalizado, a falta de identidade compartilhada e a percepção de uma cultura política britânica distinta (GLENCROSS, 2021).

A Grã-Bretanha, com seu legado imperial, se vê como uma nação na periferia da Europa, posicionada entre a Europa Ocidental e interesses globais/transatlânticos (WODAK, 2016). Sentimentos eurocéticos não estavam limitados a partidos políticos, mas eram amplamente difundidos entre a população, conforme indicado consistentemente pelo instrumento de pesquisa da UE, o Eurobarômetro. Além disso, observou-se um compromisso fraco com uma identidade europeia comum entre a população britânica (CARL; DENNISON; EVANS, 2019). Em última análise, a decisão do primeiro-ministro Cameron de realizar o referendo do Brexit foi motivada pela tentativa de fortalecer sua posição política doméstica e de pôr fim ao interminável debate sobre a adesão à UE em seu partido.

Paralelamente ao retratado acima, ressoava a questão da soberania. Birdeud (2017) nos traz importantes apontamentos e discursos acerca do debate da soberania no contexto do Brexit. Segundo ela, desde a primeira aplicação do Reino Unido para se juntar à Comunidade Europeia em 1961, e posteriormente com a adesão formal em 1972, a soberania parlamentar britânica tem sido objeto de intenso debate, especialmente em relação à possibilidade de atos do Parlamento britânico serem suplantados pela legislação europeia. Em 1964, o Tribunal de Justiça Europeu decidiu que uma lei nacional deveria ser anulada se fosse considerada incompatível com a lei comunitária. Estes precedentes evidenciam uma transferência de soberania do Parlamento e tribunais britânicos para instituições e tribunais europeus, o que gerou críticas e denúncias sobre a perda de soberania devido à integração europeia (BIRDEAUD, 2017). Isso foi evidenciado na declaração do juiz inglês Lord Denning a respeito das leis da União Europeia:

Nossa soberania foi retirada pelo tribunal de justiça europeu. Nossos tribunais não devem mais fazer cumprir nossas leis nacionais. Eles devem fazer cumprir a lei comunitária. Não existe lei europeia na maré que flui pelos estuários da Inglaterra. Agora é como um maremoto que desce pelas paredes do mar e flui para o interior, sobre nossos campos e casas- para desânimo de todos.⁷

(BIRDEAUD, 2017)

A soberania parlamentar tornou-se uma questão central para o público britânico. Sob pressão de parlamentares eurocéticos, o então Primeiro-Ministro David Cameron tomou medidas para proteger a soberania britânica de novos ataques. Em 2011, foi formalizada uma lei que afirmava que qualquer tratado da União Europeia que transferisse poderes significativos para a Bélgica deveria ser submetido a um referendo (BIARDEAUD, 2017).

Esta medida foi vista como um mecanismo de defesa da soberania parlamentar britânica por Cameron e Nick Clegg, líder do Partido Liberal Democrata, que ordenaram uma extensa pesquisa sobre o “balanço das competências” entre os diferentes departamentos ministeriais. Esta

⁷ No original: “Our sovereignty has been taken away by the European Court of Justice. . . Our courts must no longer enforce our national laws. They must enforce Community law. . . No longer is European law an incoming tide flowing up the estuaries of England. It is now like a tidal wave bringing down our sea walls and flowing inland over our fields and houses—to the dismay of all”. Tradução nossa.

pesquisa visava evidenciar o excesso de invasão da legislação da UE e planejar dar aos tribunais britânicos alguma margem de manobra para evitar as leis e precedentes da União Europeia (BIRDEAUD, 2017).

Michael Gove, então Secretário da Justiça, sugeriu que a Suprema Corte do Reino Unido se tornasse um “ponto constitucional”, capaz de priorizar os valores constitucionais nacionais sobre o direito europeu (BIRDEAUD, 2017).

Além disso, durante as eleições parlamentares britânicas de 2015, o Partido Conservador liderado por David Cameron definiu um marco crucial no debate sobre o relacionamento do Reino Unido com a União Europeia (UE). Comprometido com uma estratégia de reforma, renegociação e referendo em relação à UE, o manifesto conservador refletiu uma resposta às pressões internas e à ascensão do UK Independence Party (UKIP), que representava uma ameaça à base eleitoral tradicional dos conservadores (LIDDLE, 2016). Apesar de pessoalmente favorável à permanência na UE, Cameron percebeu que conceder um referendo era necessário para manter a unidade dentro de seu partido e conter a migração de eleitores conservadores para o UKIP, que ameaçava dividir o apoio eleitoral conservador e fortalecer o Partido Trabalhista (CAMERON, 2014).

A estratégia de Cameron incluiu uma abordagem de renegociação do status do Reino Unido dentro da UE, abordando preocupações como a imigração intraeuropeia e a autonomia regulatória, temas que se tornaram centrais no debate político britânico desde 2014 (VOTE LEAVE, 2016; CLARKE; GOODWIN; WHITELEY, 2017).

Em 2013, David Cameron anunciou sua intenção de renegociar a relação do Reino Unido com a União Europeia (UE), precedido por uma campanha pró-UE intensiva. Durante as negociações, o governo britânico focou em ajustes técnicos nas disposições de bem-estar para migrantes e promessas de reformas administrativas futuras na UE (Glencross, 2016).

Dentre as reformas administrativas propostas por David Cameron, podemos destacar questões de governança econômica, competitividade e soberania.

O acordo de governança econômica da União Europeia estabeleceu que países fora da zona do euro não obstruiriam a união econômica e monetária, mas seus direitos seriam respeitados. O Reino Unido, representado por David Cameron, buscou garantir que as políticas da zona euro respeitassem o mercado comum e os interesses dos países não participantes da moeda comum, estabelecendo que emergências financeiras não resultariam em responsabilidade orçamentária para esses países (EUROPEAN COUNCIL, 2016).

Concernente à competitividade, a UE e seus Estados-Membros comprometeram-se a fortalecer o mercado interno, melhorar a regulação e adotar uma política comercial ambiciosa. O Reino Unido, desempenhando um papel crucial, apoiou uma nova estratégia comercial e a promoção do livre fluxo de capitais, bens e serviços para impulsionar a competitividade e a produtividade da UE (CAMERON, 2015).

No que tange a soberania, Cameron propôs três medidas de soberania: fim da obrigação de uma união cada vez mais estreita, um novo papel para os parlamentos nacionais para vetar propostas legislativas e a aplicação do princípio da subsidiariedade. O acordo de fevereiro de

2016 eximiu o Reino Unido do compromisso de uma união mais estreita, respeitando o princípio de subsidiariedade (CAMERON, 2015).

Em relação à livre circulação, Cameron destacou a pressão sobre os benefícios sociais e a necessidade de mecanismos para reduzir a migração intraeuropeia para o Reino Unido. O Conselho Europeu concordou que os Estados-Membros poderiam definir seus sistemas de seguridade social e que a proposta britânica de cortar benefícios para imigrantes internos foi criticada, especialmente pelos países do grupo de Visegrado (CAMERON, 2015).

Para futuros alargamentos da UE, medidas de transição seriam elaboradas para equilibrar a livre circulação de pessoas. O Reino Unido queria garantir que novos membros não tivessem livre circulação até que suas economias convergissem com as dos Estados-Membros existentes (CAMERON, 2015).

Apesar das divergências, as conclusões do Conselho Europeu em fevereiro de 2016 tentaram atender às exigências britânicas, evidenciando o caráter da integração diferenciada. O acordo visava evitar os custos elevados da saída do Reino Unido, que perderia acesso a um grande mercado e facilidades de mobilidade, enquanto a UE perderia uma importante potência diplomática e econômica. Cameron, defensor da permanência, anunciou o referendo de 23 de junho de 2016, mas não conseguiu convencer os eurocéticos. Após o resultado favorável ao Brexit, Cameron renunciou, deixando a liderança para a implementação da retirada do Reino Unido da UE.

Tendo obtido uma maioria parlamentar absoluta nas eleições gerais de maio de 2015, a principal prioridade de Cameron para o seu novo mandato era realizar esta votação. Mais de 40 anos depois, o paralelo mais óbvio com o referendo de 1975 foi a estratégia do governo para vencer: renegociar os termos de adesão antes de permitir que o povo decidisse (GLENCROSS, 2016)

Em fevereiro de 2016, o Conselho Europeu concordou em alterar os tratados da UE para clarificar que as referências a uma “união cada vez mais estreita” não se aplicariam ao Reino Unido. Esta foi a principal medida formal derivada das negociações de Cameron, apesar de não representar uma mudança substancial no status do país na UE (EUROPEAN COUNCIL, 2016).

Além disso, o Conselho Europeu acordou em permitir que os estados enfrentando aumento na imigração restringissem o acesso ao bem-estar para migrantes recentes da UE, e limitassem o direito ao abono de família para crianças vivendo no exterior (GLENCROSS, 2016).

A renegociação também assegurou que países fora da zona do euro pudessem manter suas próprias regras de supervisão financeira e não fossem obrigados a contribuir para resgates na zona do euro (EUROPEAN COUNCIL, 2016).

Contudo, os termos renegociados do Reino Unido de associação à União Europeia, anunciados em fevereiro de 2016, não conseguiram convencer os céticos nem abordar adequadamente as questões da migração laboral, tornando estas questões obscuras e juridicamente incertas. Este resultado prejudicou a campanha do referendo subsequente, pois Cameron queria uma mensagem clara sobre obter um acordo melhor para o país em uma União Europeia reformada

(GLENCROSS, 2018).

Esta medida foi duplamente unilateral, por pedir primeiro concessões centradas no Reino Unido, seguidas de uma forma *ex post* de autorização democrática por parte do público britânico. As potenciais consequências deste processo para outros países da UE não foram consideradas razão suficiente para evitar o cumprimento da promessa de Cameron no referendo. Na verdade, a sua confiança na reforma da UE antes de obter o consentimento do povo fê-lo pensar que isso teria repercussões positivas para toda a UE (GLENCROSS, 2016).

A falta de atenção à dinâmica mais ampla do referendo fora da Grã-Bretanha ilustra até que ponto esta votação foi essencialmente uma decisão política partidária interna (GLENCROSS, 2016).

Em suma, o governo de coalizão, as eleições de 2015 e o processo de renegociação com a UE desempenharam um papel crucial na formulação da estratégia do Partido Conservador em relação à UE, preparando o terreno para o referendo de 2016 e delineando as narrativas que moldariam o debate sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia.

2.2 O referendo de 2016

O Brexit foi apresentado com sucesso como uma maneira de acabar com a interferência de Bruxelas, financiar o National Health Service (NHS), e reduzir a imigração e, em junho de 2016, o Reino Unido votou pelo Brexit, rejeitando a adesão à UE. A campanha oficial pró-UE não conseguiu obter o impulso necessário, em parte devido à percepção de inflexibilidade da UE quanto ao princípio da livre circulação de pessoas e à falha em comunicar eficazmente os benefícios econômicos da permanência (GLENCROSS, 2016).

O referendo do Brexit revisitou questões importantes sobre a democracia e a soberania em condições de interdependência transnacional. O *status* da soberania e democracia em relações entre os Estados-Membros da UE foi amplamente debatido, especialmente devido à campanha que enfatizava “retomar o controle”. Argumentos sobre o significado de “controle” tocaram no cerne da democracia e da soberania, gerando questões sobre a legitimidade da governança transnacional e a compatibilidade entre os modelos supranacionais de democracia (GLENCROSS, 2018).

Em um cenário onde os políticos lutam para confiar na democracia representativa, o uso de referendos tornou-se uma forma conveniente de legitimar políticas, distanciando os políticos das consequências negativas. Como Jan-Werner Müller (2016) explicou, referendos oferecem aos populistas a chance de confirmar a vontade autêntica do povo.

Ao analisar os motivos que levaram à convocação do referendo de junho de 2016, é essencial considerar a posição histórica do Partido Conservador em relação à integração europeia. Embora líderes conservadores tenham desempenhado papéis importantes na entrada do Reino Unido nas comunidades europeias, como Harold Macmillan e Edward Heath, o partido frequentemente demonstrou resistência ao aprofundamento da integração supranacional,

especialmente durante os governos de Margaret Thatcher e John Major. Esta postura refletia preocupações sobre a possibilidade de uma eventual Europa federal. Quando os conservadores passaram para a oposição em 1997, durante o governo trabalhista de Tony Blair, o euroceticismo foi reforçado como uma forma de reafirmar o distanciamento em relação às políticas europeias adotadas pelo Partido Trabalhista (LIDDLE, 2016 apud SZUCKO, 2020).

Contudo, a força política que foi e ainda é o maior defensor do BREXIT é o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), liderado por Nigel Farage. Seus líderes estavam cientes do enorme potencial de emoções e medos que poderiam ser o fator decisivo influenciando a decisão do referendo (RIEDEL, 2018).

Ainda em abril de 2016, a unidade de Inteligência do *Economist* previu que o eleitorado britânico rejeitaria o Brexit no referendo de 23 de junho sobre a adesão do Reino Unido à UE. Esperava-se que os medos dos eleitores sobre deixar a UE aumentassem à medida que o referendo se aproximasse e que os argumentos econômicos a favor de permanecer prevalecessem. A maioria dos relatórios analíticos sobre os efeitos da saída da Grã-Bretanha da UE foram bastante pessimistas, sugerindo resultados negativos para a renda familiar, crescimento econômico, PIB ou comércio.

No entanto, no Reino Unido, observavam-se crescentes frustrações públicas nas relações entre o Reino Unido e a UE, resultantes da falha de longa data em consultar os cidadãos britânicos sobre o lugar do seu país na Europa (RIEDEL, 2018)

A história tem nos mostrado que geralmente não é a escolha racional que decide os resultados do referendo, mas sim as emoções políticas. Como Antony Hilton colocou: “Brexit não é sobre economia, é sobre o tipo de país em que as pessoas acham que querem viver e o tipo de pessoa que acham que são” (RIEDEL, 2018)

Em fevereiro de 2016, Philip Johnston publicou um artigo argumentando que a questão do parlamento iria restaurar o controle britânico sobre suas próprias leis, e que isso só aconteceria se houvesse um voto no referendo para sair da União Europeia. Este argumento impactou fortemente a campanha pelo Brexit, levando muitos britânicos a votar pela saída com a ideia de que esta era a única opção para restaurar a soberania parlamentar (BIRDEAUD, 2017).

Até mesmo no discurso da Rainha na abertura estatal do parlamento, em maio de 2016, houve uma manifestação de preocupação com a soberania parlamentar, quando afirmou que “meus ministros vão defender a soberania do parlamento e a primazia da casa dos comuns” (BIRDEAUD, 2017).

Nesse sentido, a UE é percebida por muitos no Reino Unido e em outros lugares como um entrave ao desenvolvimento pleno do país e sua soberania (GLENCROSS, 2018).

O discurso de Ambrose Evans Pritchard, num artigo escrito por ele em 2016 para o: “*The Telegraph*”, colocava o voto no referendo para o Brexit como a única solução para o problema daqueles descontentes com as políticas que vinham sendo desenvolvidas no *status quo*:

Tudo se resume a uma escolha elementar: restaurar o autogoverno completo desta nação

ou continuar vivendo sob um regime supranacional superior, governado pelo Conselho Europeu que não elegemos em nenhum sentido significativo e que o povo britânico pode nunca remover, mesmo quando persistir em erros.⁸

Duas semanas antes do referendo, as pesquisas de opinião davam uma vantagem de 10% aos apoiadores do BREXIT, sugerindo uma vitória segura do campo isolacionista. Após o assassinato de Joe Cox, uma política britânica que fazia campanha pela permanência do Reino Unido na UE, houve uma mudança observável em direção aos apoiadores da permanência. No entanto, os resultados do referendo mostraram 51,9% a favor de sair e 48,1% a favor de permanecer (RIEDEL, 2018).

A natureza binária dos referendos obscureceu a vitória modesta do campo que queria sair. O resultado abalou não apenas a política e economia britânicas, mas também as europeias. O iniciador do referendo, o primeiro-ministro David Cameron, em seu discurso na manhã pós-eleitoral, declarou sua renúncia em perspectiva de três meses. No entanto, ele tentou acalmar os mercados em pânico, afirmando que o comércio de bens e serviços continuaria, no cenário pós-Brexit, com base contratual nos termos existentes como parte da UE. O Reino Unido não teria mais voz no desenvolvimento das leis e regulamentos da UE, mas toda a economia britânica ainda estaria vinculada a eles. Isso não resolveria o problema da supremacia da ordem jurídica da UE ou da livre circulação de trabalhadores com direitos associados ao bem-estar. Todas essas questões seriam resolvidas nas próximas negociações entre Londres e Bruxelas (Riedel, 2018).

As pesquisas demonstraram que os eleitores estavam mais positivos sobre permanecer numa UE reformada. Mas todo o empreendimento foi, como bem colocado por GLENCROSS (2016): “um grande erro de cálculo”, porque julgou singularmente mal o estado de espírito do público em relação à imigração e à confiança nas elites dominantes.

Entre às questões de política doméstica intra-Reino Unido que precisam ser observadas estão às relações entre às quatro partes que constituem a Grã-Bretanha - Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales. O mapa do referendo mostrou que os escoceses e os norte-irlandeses, assim como a Inglaterra metropolitana, votaram para permanecer na UE, enquanto a Inglaterra periférica e o País de Gales votaram pela saída. Predominantemente, é a questão escocesa que é um fator importante no debate sobre o Brexit. Os dois processos estão interligados: a potencial saída de Londres da UE e a saída de Edimburgo do Reino Unido conseqüentemente. A conseqüência política é evidente - o Brexit pode dar aos nacionalistas escoceses um argumento para realizar outro referendo de independência (o que foi proclamado no discurso de Nicola Sturgeon imediatamente após o dia do referendo). Os escoceses são predominantemente pró-europeus, portanto, muito interessados em permanecer na Europa unida, talvez até mais do que no Reino Unido. A primeira-ministra da Escócia afirmou que o Brexit requer o acordo do Parlamento escocês e, como vai contra a vontade e interesse dos escoceses, isso nunca acontecerá. Esse

⁸ No original: “It comes down to an elemental choice: whether to restore the full self-government of this nation, or to continue living under a higher supranational regime, ruled by European Council that we do not elect in any meaningful sense, and that the British people can never remove, even when it persists in error”. Tradução nossa.

bloqueio legal potencial mostra a complexidade da situação em que o Reino Unido se encontrou (RIEDEL, 2018).

Outro local geográfico para o qual o Brexit gera problemas potenciais como efeito colateral é a ilha da Irlanda - tanto a República da Irlanda quanto a Irlanda do Norte. A saída britânica pode criar uma certa deslocação de investimentos e incerteza. O acordo entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda é frágil e a decisão de Londres de sair da união pode retroceder o processo que se desenvolveu positivamente nas últimas duas a três décadas. O que é pior, o novo acordo seria negociado não entre Londres e Dublin, mas entre Londres e Bruxelas, o que pode ser uma negociação difícil, já que os negociadores da UE podem querer dar um sinal claro e desencorajar outros estados-membros de considerar tal movimento (RIEDEL, 2018).

Vale notar que, algumas horas após o anúncio oficial dos resultados do referendo (que mostrou o apoio da Irlanda do Norte à permanência na UE), os líderes do Sinn Fein declararam que o governo britânico perdeu sua legitimidade e mandato para representar o povo da Irlanda do Norte (RIEDEL, 2018).

Em suma, pode-se observar um padrão interessante em toda a Grã-Bretanha, onde os escoceses e os irlandeses estão mais decididos a permanecer na UE, e onde os ingleses e galeses são mais propensos a sair. Considerando como o Reino Unido é governado após o Ato de Descentralização, o Brexit significaria uma mudança substancial levando à reavaliação do quadro anterior. Se uma estreita maioria, composta predominantemente pelos ingleses, decidir sobre o futuro dos escoceses, irlandeses ou até mesmo galeses que votaram de maneira diferente, tal situação poderia resultar até mesmo na renegociação da estrutura constitucional dentro do Reino Unido. Abertamente falando, isso significaria o começo do fim do Reino Unido (RIEDEL, 2018).

Finalmente, é preciso lembrar alguns princípios gerais, padrões e tendências sobre referendos como tais. Os eleitores são inerentemente céticos e tendem a votar negativamente sempre que têm a oportunidade (princípio “se tiver dúvida, vote não”). Os eleitores também parecem estar dispostos a confiar nas recomendações dos partidos políticos de sua preferência. A redação da pergunta se torna crítica, especialmente no contexto crescente de euroceticismo. E não é a democracia direta, mas indireta, que está no cerne da política britânica. A monarquia britânica é uma democracia parlamentar, não uma governada por referendos. Não é um erro ou coincidência que em muitos sistemas políticos (por exemplo, na Alemanha, no nível federal), o referendo não seja uma opção como método de tomada de decisão (RIEDEL, 2018).

2.3 As campanhas *Leave versus Remain*

Após o anúncio do referendo em 2016, o Reino Unido foi marcado por campanhas intensas e polarizadas. As duas principais campanhas “*Leave*” e “*Remain*” adotaram abordagens distintas para persuadir o eleitorado a favor ou contra a permanência na União Europeia.

A campanha *Remain*, foi promovida por líderes políticos como o então Primeiro-Ministro David Cameron e figuras do Partido Trabalhista como Jeremy Corbyn, além de diversas

organizações empresariais e econômicas. Os defensores argumentaram pela permanência na União Europeia com base em diversos pontos. Primeiramente, enfatizaram que a permanência garantiria estabilidade econômica e a manutenção de empregos, destacando o acesso contínuo ao mercado único europeu (GLENCROSS, 2016). Além disso, argumentaram que a cooperação dentro da UE fortalecia a segurança do Reino Unido através de políticas comuns de defesa, cooperação policial e inteligência (GLENCROSS, 2016).

A influência do Reino Unido nos assuntos europeus e globais foi outro ponto central, com a permanência na UE sendo vista como crucial para participar das decisões que afetavam o futuro do país (MENON, SALTER, 2016). A campanha também enfatizou as vantagens da livre circulação de pessoas, que permitia aos cidadãos britânicos trabalhar, estudar e viver em qualquer país da UE, enriquecendo a diversidade cultural e social do Reino Unido (PORTES, 2016).

Ademais, a campanha defendia que a saída da UE poderia levar a um período de incerteza política e econômica, afetando negativamente a estabilidade e o crescimento do país. Os benefícios dos investimentos e financiamentos europeus foram destacados, incluindo subsídios para projetos de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, além de programas de desenvolvimento regional que beneficiavam várias regiões do Reino Unido (GLENCROSS, 2016). Por fim, alertas foram feitos sobre os potenciais custos econômicos e administrativos do Brexit, como negociações comerciais complexas, possíveis barreiras comerciais e incertezas econômicas que poderiam surgir com a saída da UE (GLENCROSS, 2016).

Esses argumentos foram fundamentais na tentativa de persuadir os eleitores britânicos a votarem pela permanência na União Europeia durante o referendo de 2016, refletindo uma abordagem baseada em benefícios econômicos, segurança, influência global e direitos dos cidadãos (GLENCROSS, 2016).

Por outro lado, a campanha *Leave* que defendia a saída do Reino Unido da EU, foi caracterizada por uma retórica nacionalista e anti-imigração. Foi promovida, principalmente, pelo partido conservador e pelo *UK Independence Party* (UKIP), e figuras políticas de destaque como Boris Johnson, Michael Gove e Nigel Farage (SHIPMAN, 2016).

Durante a campanha pelo *Leave*, os defensores apresentaram uma série de argumentos fundamentais. Primeiramente, destacaram a questão da autonomia e soberania, argumentando que o Reino Unido deveria recuperar sua capacidade de tomar decisões legislativas e políticas sem a interferência de regulamentações da União Europeia (GLENCROSS, 2016).

Segundo Robin Niblett, na campanha pelo “leave” as razões mais importantes para a defesa dessa ideia além da questão da imigração, se deu principalmente pela defesa da soberania e democracia, ele diz:

O impacto da imigração e a contribuição para o orçamento europeu não podem ser subestimados. No entanto, o firme desejo de ter “leis que dizem respeito ao Reino Unido votadas no Reino Unido” foi evidenciado em muitas pesquisas como a primeira razão dada pelos eleitores “Leave” para a votação⁹.

⁹ No original: The impact of immigration and the contribution to the European budget cannot be downplayed.

Um dos pontos mais enfatizados foi o controle da imigração, defendendo que a saída da UE permitiria ao Reino Unido estabelecer políticas migratórias próprias e implementar restrições mais rigorosas sobre a entrada de imigrantes (GOODWIN, MILAZZO, 2016).

Além disso, houve críticas aos custos financeiros associados à participação na UE, argumentando que o país contribuía significativamente para o orçamento europeu sem receber um retorno equitativo em investimentos e benefícios, como subsídios agrícolas e fundos estruturais (GLENCROSS, 2016).

Outro argumento significativo usado pelos defensores do Leave, foi a sugestão de que os recursos enviados à UE poderiam ser redirecionados para o Serviço Nacional de Saúde (NHS) e outras áreas de necessidade nacional (CLARKE, GOODWIN and WHITELEY, 2017).

GLENCROSS (2016), aponta que as preocupações com a regulação excessiva e a burocracia da UE também foram levantadas, porque isso poderia prejudicar a competitividade econômica do Reino Unido e limitar a inovação empresarial.

Outro ponto crítico foi a independência judicial e o controle das leis, com a insistência de que as decisões judiciais deveriam ser tomadas dentro do sistema judicial britânico e não pela Corte Europeia de Justiça, e que a legislação do Reino Unido deveria ser soberana e não subordinada às leis da UE (GLENCROSS, 2016).

Por fim, como colocado por Wincott (2017) e GLENCROSS (2016), a campanha a favor da saída, explorou também temas de identidade e cultura, enfatizando que a saída da UE fortaleceria a herança e identidade nacional britânica e a democracia, devolvendo o poder de decisão aos eleitores britânicos e restaurando um sentido de controle sobre o destino do Reino Unido, o protegendo de influências externas.

Esses argumentos foram centrais na tentativa de convencer os eleitores britânicos a votarem pela saída da União Europeia durante o referendo de 2016, refletindo preocupações amplamente difundidas sobre soberania, imigração, custos financeiros, regulação, independência judicial e identidade nacional.

Ambas as campanhas utilizaram táticas de comunicação digital, campanhas de mídia social, discursos públicos e debates televisivos para alcançar o eleitorado. A campanha *Leave* foi especialmente eficaz no uso de mensagens simplificadas e emocionais, enquanto a *Remain* focou mais em argumentos racionais e baseados em dados econômicos (ASTED, 2017).

A campanha pelo Leave foi amplamente difundida, contando com apoiadores e jornalistas. Um exemplo disso foi o discurso de Ambrose Evans Pritchard, num artigo escrito por ele em 2016 para o: “*The Telegraph*”, colocava o voto no referendo para o Brexit como a única solução para o problema daqueles descontentes com as políticas que vinham sendo desenvolvidas no status quo:

Tudo se resume a uma escolha elementar: restaurar o autogoverno completo desta nação

However, the staunch desire to have “laws which concern the UK voted in the UK” was evidenced in many polls as the first reason given by “Leave” voters for their ballot. Tradução nossa.

ou continuar vivendo sob um regime supranacional superior, governado pelo Conselho Europeu que não elegemos em nenhum sentido significativo e que o povo britânico pode nunca remover, mesmo quando persistir em erros.¹⁰

No entanto, a campanha *Leave* foi criticada por disseminar informações enganosas, como o famoso slogan ““Enviamos à UE 350 milhões de libras por semana, em vez disso vamos financiar o nosso NHS”¹¹, que foi posteriormente desmentido (MOORE, RAMSAY, 2017). Por outro lado, a campanha *Remain* foi acusada de alarmismo, frequentemente referida como “Project Fear”, ao prever consequências catastróficas para a economia britânica em caso de saída da EU (TAYLOR, 2017).

O referendo resultou em uma vitória apertada para o *Leave*, com 51,9% dos votos contra 48,1% do *Remain*. Este resultado revelou profundas divisões na sociedade britânica, tanto geograficamente quanto socialmente, e deu início a um processo complexo e conturbado de retirada da UE (OLIVER, 2016).

2.4 O processo de negociações para a saída (2016-2020)

A partir do referendo, o desafio passou a ser a concretização da saída da União Europeia, enfrentando diversos obstáculos e longos processos de negociação. O início do processo em 2016 e a conclusão somente 4 anos depois, em 2020, evidenciam as dificuldades enfrentadas.

O Artigo 50 do Tratado da União Europeia prevê que qualquer membro de uma organização internacional pode se retirar dela. Este artigo, disponível desde 2009, permite a retirada expressa dos Estados-membros, mas sua redação abre caminho para dificuldades de interpretação e dúvidas sobre os meios de implementação dessa retirada (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

Circolo, Hamulak e Blazo (2018) identificaram quatro aspectos particulares na dificuldade de interpretação do artigo: a ausência de condições para o início do procedimento de retirada, possibilitando assim abusos do instrumento; sua falta de capacidade analítica na definição das fases individuais; o procedimento conducente à retirada; a falta de clareza em relação ao *status que* o país gostaria de se retirar durante as negociações; e o conteúdo mínimo que o acordo de retirada deve assumir visando gerenciar, tanto quanto possível, uma retirada sem complicações (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

Dessa forma, a estrutura atual do artigo 50 do tratado, e em particular, a escolha de não incluir nenhuma condição expressa, senão o cumprimento dos requisitos constitucionais, para operar a retirada poderia facilitar a chantagem dos Estados que deseja obter concessões especiais sob ameaça de desintegração da União Europeia (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

Deste modo, a saída dos Estados da União Europeia deve ser um processo consensual, um Estado-membro desejando sair notifica sua intenção ao conselho europeu, que irá providenciar

¹⁰ No original: “It comes down to an elemental choice: whether to restore the full self-government of this nation, or to continue living under a higher supranational regime, ruled by European Council that we do not elect in any meaningful sense, and that the British people can never remove, even when it persists in error”. Tradução nossa.

¹¹ No original: “We send the EU £350 million a week, let’s fund our NHS instead”. Tradução nossa.

direções para a conclusão de um acordo fazendo os devidos arranjos para a saída. Essas negociações são conduzidas pelo negociador (comissão), e quando as negociações são completadas o tratado é concluído pelo conselho da União Europeia, e depois se obtém o consentimento do parlamento europeu. As instituições da UE podem afetar o processo de saída do Estado, mas não sua saída, pois entrada e saída como bem colocam os autores, são direitos autônomos dos Estados e ser membro pode ser considerado um privilégio, que não podem ser retirados pela decisão de uma instituição ou outros Estados-membros (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

A vitória do Leave no referendo de 2016 conferiu à nova primeira-ministra, Theresa May, a responsabilidade de conduzir o processo de retirada do Reino Unido da União Europeia (UE). Entretanto, o referendo não estabeleceu um arranjo específico para a condição de não membro, deixando em aberto duas opções principais: o “Soft brexit” ou o “Hard Brexit”. O primeiro é defendido como uma posição daqueles que votaram no referendo pela permanência do Reino Unido na União Europeia, e o segundo é defendido por aqueles que fazem parte da campanha do “Leave” que votaram pela saída (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018).

Um Brexit suave é geralmente usado para se referir a permanência da Grã-Bretanha alinhada com a UE. O objetivo é minimizar as interrupções no comércio, nas cadeias de suprimentos e nos negócios em geral que seriam criados divergindo dos regulamentos e normas da UE, reduzindo assim o custo do Brexit. Na prática, um Brexit suave significa permanecer dentro do mercado único da UE (como a Noruega) e de sua união aduaneira (como a Turquia) (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018).

Soft Brexiters estão dispostos a ficar vinculados pelas regras e tarifas da UE, mesmo que a Grã-Bretanha perca a palavra ao fazê-lo, e aceitam a consequência inevitável de que seria difícil para a Grã-Bretanha fazer acordos comerciais com países terceiros (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018). Já um Brexit duro rejeita toda a ideia de um alinhamento próximo. O objetivo deles era escapar dos pesados regulamentos e tarifas da UE, para poder estabelecer regras e acordos alfandegários de sua própria escolha, ou seja, um Brexit duro significa deixar o mercado único e a união aduaneira (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018).

Hard Brexiters acreditam que permanecer em um dos dois tornaria a Grã-Bretanha em uma espécie de servo da UE, o que não pode ser admitido pelo Reino Unido independente, soberano e que deseja pleno controle de suas leis, comércio e relações sociais. Portanto, por um orgulho cego e um nacionalismo, estão dispostos a aceitar a interrupção de curto prazo e os custos potencialmente altos de se libertar de Bruxelas, porque acreditam que os ganhos a longo prazo de uma melhor regulamentação e o fechamento de acordos de livre comércio em todo o mundo compensaria as dificuldades enfrentadas (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018).

Após um período de incerteza, simbolizado pelo slogan “Brexit significa Brexit”, Theresa May optou por uma abordagem de *Hard Brexit* em seu discurso na Lancaster House em janeiro de 2017 e posteriormente em sua carta de retirada para a UE em 29 de março de 2017. Esta escolha excluiu a permanência no mercado interno, o que implicaria aceitar a legislação da UE, a jurisdição do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), a livre movimentação de

trabalhadores e contribuições significativas para o orçamento da UE. Em vez disso, o Reino Unido buscava um “novo acordo de livre comércio abrangente, audacioso e ambicioso”, visando o “maior acesso possível” ao mercado interno (SCHIMMELFENNIG, 2018). Entende-se aqui “maior acesso possível” como maior acesso sem comprometer a soberania formal.

A postura firme adotada pelo partido conservador nas negociações com a UE, é evidenciado na insistência de Theresa May no debate das “*red lines*” que incluíam a saída do mercado único e da união aduaneira. As negociações enfrentaram dificuldades em definir os termos de saída, especialmente no âmbito econômico. A ideia de individualismo, relações bilaterais e livre mercado poderiam ser contestadas quando observamos as dificuldades enfrentadas em negociar os termos econômicos para a saída. May, tentando remediar a situação, suavizou suas “*red lines*” nas negociações (HOW A SOFT BREXIT. . . , 2018).

No contexto do Brexit, as “*red lines*” referem-se às condições não negociáveis estabelecidas pelo governo britânico, sob a liderança de Theresa May, durante as negociações de saída da União Europeia. Estas “*red lines*” foram delineadas em um discurso de Theresa May em janeiro de 2017 e incluem os seguintes pontos principais: controle das leis, o fim da livre circulação, a saída do Mercado Único, a saída da União Aduaneira, a independência nas políticas comerciais e a manutenção da integridade territorial do Reino Unido (MAY, 2017).

O Reino Unido queria recuperar o controle total sobre a elaboração de suas próprias leis, sem estar sujeito às decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). O governo britânico desejava acabar com a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países da UE, para controlar a imigração (MAY, 2017).

Neste contexto, o Reino Unido decidiria deixar o Mercado Único Europeu, que permite a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas dentro da UE. Além disso, optou por sair da União Aduaneira da UE, o que permitiria ao país negociar seus próprios acordos comerciais com outras nações (DHINGRA, SAMPSON, 2019).

O governo britânico queria a liberdade para estabelecer e administrar suas próprias políticas comerciais, sem estar vinculado às tarifas e regulamentos comerciais da UE. Também era importante garantir que qualquer acordo com a UE respeitasse a integridade territorial do Reino Unido, especialmente em relação à fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um Estado-membro da UE) (HAYWARD, 2018)

Essas *red lines* foram centrais nas negociações e moldaram como o Reino Unido se afastou da União Europeia, levando a debates intensos e desafios significativos nas negociações, especialmente na busca por um acordo que respeitasse essas condições e, simultaneamente, minimizasse os impactos econômicos e sociais do Brexit (BARNARD, 2019).

Durante o processo de negociação, ambos os lados adotaram posturas firmes. O Reino Unido enfatizou que “nenhum acordo era melhor que um mau acordo” e ameaçou com cortes na cooperação em segurança e inteligência, enquanto a UE rejeitou negociações separadas e descartou a possibilidade de um acordo sem acordo (SCHIMMELFENNIG, 2018).

As posições de negociação da UE refletem os objetivos de preservar a unidade e a

integridade da UE e suas regras e instituições supranacionais. Em suas diretrizes, o Conselho Europeu (2017) enfatizou a integridade do Mercado Único. Ele descartou uma abordagem setor por setor, como queria o Reino Unido, e solicitou igualdade de condições em relação ao auxílio estatal e à concorrência (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Procedimentalmente, a UE insistiu em um “pacote único” de negociação e uma abordagem faseada, a saber, rejeitou negociações separadas e bilaterais com o Reino Unido, priorizando um acordo sobre os termos de saída antes de iniciar discussões sobre o acordo futuro, assim como a necessidade de acordos transitórios para cobrir o intervalo temporal entre o fim do período de negociação do Artigo 50 e a entrada em vigor de um novo acordo com o Reino Unido que seriam limitados no tempo e governados pelas regras da instituição europeia (CONSELHO EUROPEU, 2017).

As negociações iniciais focaram em garantir os direitos dos cidadãos da UE no Reino Unido, um acordo financeiro único cobrindo as obrigações financeiras do Reino Unido com a UE, e evitar uma “fronteira dura” entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (CONSELHO EUROPEU, 2017). Inicialmente, a carta de notificação de May aceitou essas três prioridades. No entanto, ela sugeriu que os termos da futura parceria fossem negociados simultaneamente aos da retirada, em vez de posteriormente. Seu governo também esperava concluir um novo acordo dentro dos dois anos de negociações do Brexit e rejeitou qualquer jurisdição do TJUE pós-Brexit, exceto para casos em andamento, bem como quaisquer pagamentos ao orçamento da UE (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Deste modo, percebe-se que durante o processo de negociação houve uma suavização das “red lines” por Theresa May, uma vez que nas negociações do Brexit em Bruxelas, ela concordou com uma transição de dois anos após a saída, durante a qual a Grã-Bretanha continuaria vinculada a todas as regras da UE; e para garantir que não haveria uma fronteira rígida entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, ela também aceitou que deveria haver uma solução “de apoio” que mantenha a Grã-Bretanha em uma união aduaneira e em estreito alinhamento regulatório com a UE por alguns anos, até que seja encontrada outra maneira de evitar qualquer infraestrutura, verificações alfandegárias ou controles associados na fronteira (HOW A SOFT BREXIT. . . ,2018).

Enquanto Theresa May continuava suavizando suas “red lines”, muitos esperavam que o resultado combinasse elementos dos dois lados, tanto da nova direita, do partido conservador e o movimento “leave”, quanto daqueles que lutaram pela permanência. Uma resposta possível seria permanecer em uma união aduaneira e no mercado único de bens, mas não de serviços (HOW A SOFT BREXIT. . . ,2018).

No entanto, tal posição de Theresa May diante do processo de negociações só contribuiu para o retardamento das decisões e acordos que poderiam ser tomados, e para o aborrecimento da população. O próprio partido conservador, reconhecendo que ela não conseguiria concretizar o Brexit da forma que lutavam por, mobilizaram forças para sua saída, assim como o outro partido também, o que levou a sua renúncia ao cargo de primeira-ministra.

Entretanto, com a saída da Theresa May, Boris Johnson assumiu seu lugar, com uma posição mais radical e determinada de que o BREXIT aconteceria, característica clara de que lutaria por um *hard brexit*. Para ele, o Brexit deveria acontecer a qualquer custo e se alguém atrasasse ou dificultasse este processo seria pressionado a se retirar.

O Brexit, apresentado por Boris Johnson para restaurar a democracia parlamentar britânica, tornou-se uma plataforma para a nova direita no Reino Unido. Johnson e outros defensores do Brexit argumentam que permanecer na UE significaria a “erosão contínua da democracia parlamentar”¹².

pós Boris Johnson assumir as negociações do Brexit como Primeiro-Ministro do Reino Unido em julho de 2019, ocorreram desenvolvimentos significativos que moldaram o processo de saída do país da União Europeia. Johnson iniciou sua gestão renegociando o Acordo de Saída estabelecido por sua antecessora, Theresa May.

Em outubro de 2019, ele conseguiu um novo acordo com a União Europeia, que incluía mudanças substanciais no protocolo da Irlanda do Norte. Esse novo protocolo permitia que a Irlanda do Norte permanecesse alinhada a algumas regras do mercado único da UE para evitar uma fronteira rígida com a República da Irlanda, enquanto o restante do Reino Unido saía da união aduaneira da UE (MENON, PORTES, 2019).

Para consolidar o apoio ao seu plano de Brexit, Johnson convocou eleições gerais para dezembro de 2019, nas quais o Partido Conservador, liderado por ele, obteve uma maioria significativa. Essa vitória eleitoral proporcionou a Johnson o mandato necessário para avançar com seu plano de Brexit sem grandes obstáculos no Parlamento (CURTICE, 2019).

Com a maioria parlamentar, Johnson conseguiu aprovar o Acordo de Saída, permitindo que o Reino Unido deixasse oficialmente a União Europeia em 31 de janeiro de 2020. Este evento marcou o fim de 47 anos de adesão à UE e foi o resultado de um longo processo político e diplomático iniciado com o referendo de 2016. Naquela data, o Reino Unido deixou de ser um Estado-membro da UE e passou a ser um país terceiro em relação ao bloco europeu.

2.5 Relacionamento Pós-Brexit – O período de transição e novas negociações

Imediatamente, após a saída oficial do Reino Unido da União Europeia, a saber, de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, começou um período de transição que durou 11 meses. Período já previsto na ativação do Artigo 50 do Tratado de Lisboa por Theresa May em 29 de março de 2017, quando iniciou formalmente o processo de retirada, estabelecendo um período de dois anos para negociações de saída (MENON, PORTES, 2019).

O principal objetivo do período de transição era proporcionar tempo para que o Reino Unido e a UE negociassem os termos de seu relacionamento futuro, particularmente um acordo

¹² No original: “that voting to stay in the EU would mean “the steady and miserable erosion of parliamentary democracy in his country”. Tradução nossa.

de livre comércio abrangente e evitar um cenário de saída abrupta, conhecido como “*no-deal Brexit*”, que teria causado grandes disrupções econômicas e logísticas (FITZGERALD, 2020).

Durante este período, o Reino Unido continuou a seguir as regras e regulamentos da UE, incluindo a permanência no mercado único e na união aduaneira. No entanto, o Reino Unido não tinha mais representação nas instituições da UE e não participava dos processos de tomada de decisão do bloco (FITZGERALD, 2020).

Durante o período de transição, as negociações entre o Reino Unido e a UE foram intensas e complexas, abrangendo várias áreas-chave. As negociações visaram estabelecer um regime de tarifas zero e cotas zero para o comércio de bens, além de definir regras para o comércio de serviços. Esta foi uma questão central, uma vez que ambas as economias são fortemente interdependentes (BARNARD, 2021).

Os direitos de pesca foram um dos pontos mais contenciosos, com ambos os lados buscando proteger suas indústrias pesqueiras. A pesca tem um peso simbólico e econômico significativo, especialmente para comunidades costeiras no Reino Unido (PHINNEMORE, 2021). Ademais, acordos sobre normas de concorrência e regulamentos de ajuda estatal foram cruciais para garantir uma competição justa entre empresas britânicas e europeias, prevenindo distorções de mercado causadas por subsídios governamentais (BARNARD, 2021).

As negociações neste período de transição também visavam estabelecer mecanismos para a governança do acordo, e a resolução de disputas foi essencial para garantir a implementação efetiva dos termos acordados. Isso incluiu a criação de comitês conjuntos e procedimentos de arbitragem (FITZGERALD, 2020).

Após meses de negociações, o Reino Unido e a UE chegaram a um Acordo de Comércio e Cooperação em 24 de dezembro de 2020. Este acordo foi essencial para definir as bases do relacionamento futuro entre o Reino Unido e a UE, estabelecendo um regime de comércio de bens sem tarifas e sem cotas, embora com novas barreiras regulatórias e alfandegárias (BARNARD, 2021).

O Acordo de Comércio e Cooperação, englobando os acordos sobre a segurança das informações, cooperação no domínio da energia nuclear e o acordo de cooperação em matéria de concorrência entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021, marcando o fim do período de transição. Este acordo delineou um novo regime para o comércio e a cooperação em diversas áreas, incluindo segurança, transporte e energia, e colocou fim à livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e a EU (CURTICE, 2019).

Conforme o relatório do Conselho Europeu (2024), o Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido consistia em três pontos principais: 1. Um acordo de comércio livre que prevê uma cooperação em questões econômicas, sociais, ambientais e das pescas; 2. Uma parceria estreita para a garantia da segurança dos cidadãos; e 3. Um quadro de governança global, em que visa proporcionar maior segurança jurídica e clareza às empresas, aos consumidores e aos cidadãos sobre como o acordo será aplicado e monitorizado (CONSELHO EUROPEU, 2024).

Diferente dos acordos de comércio e cooperação tradicionais, segundo o Conselho

Europeu (2024), os acordos comerciais incluem regimes preferenciais em domínios como o comércio de bens e serviços, a propriedade intelectual, a contratação pública, os transportes, a cooperação temática e a participação em programas da UE.

Contudo, Menon e Portes (2019), argumentam que o acordo estabeleceu um comércio de bens sem tarifas e sem cotas, mas introduziu novos procedimentos alfandegários e regulatórios, que aumentaram a complexidade e o custo do comércio transfronteiriço. A livre circulação de pessoas terminou, impondo novas regras de imigração e impactando cidadãos e trabalhadores que anteriormente se moviam livremente entre o Reino Unido e a UE (FITZGERALD, 2020).

O Reino Unido hoje após a conclusão do BREXIT e do período de transição, enfrenta uma série de desafios e oportunidades decorrentes de sua nova posição fora da União Europeia. No que tange a economia, a saída do Reino Unido da UE teve um impacto significativo. As novas barreiras comerciais aumentaram os custos para as empresas que exportam e importam entre o Reino Unido e a UE. A introdução de tarifas, cotas, e procedimentos alfandegários mais rigorosos gerou complicações adicionais.

No comércio, houve uma queda inicial nas exportações e importações entre o Reino Unido e a UE, embora os fluxos comerciais tenham começado a se ajustar às novas realidades, as empresas enfrentam maior burocracia e custos administrativos, afetando especialmente as pequenas e médias empresas (MENON, PORTES, 2021). Outro fator marcante se deu na área de investimentos estrangeiros. O investimento estrangeiro direto no Reino Unido diminuiu pós Brexit, em parte devido à incerteza em torno do futuro relacionamento comercial e regulatório com a EU. Embora, o governo britânico busque atrair novos investimentos através de incentivos fiscais e outras políticas favoráveis aos negócios, as perspectivas são incertas (DHINGRA et al., 2021).

Como demonstrado por Phinnemore (2021), setores como o automotivo e o de pesca também sentiram um impacto particularmente forte. A indústria automotiva enfrentou desafios devido à interrupção das cadeias de suprimentos, enquanto o setor de pesca precisou lidar com novas regras de acesso às águas europeias e quotas ajustadas.

A política interna do Reino Unido também sofreu um impacto profundo, uma vez que as questões relacionadas com a unidade do Reino Unido tornaram-se mais pronunciadas. Como vimos anteriormente nesse capítulo, quando houve a votação do referendo em 2016, os resultados demonstraram um Reino Unido dividido, e mesmo após a conclusão da negociação de saída, essa divisão foi ressaltada.

A Escócia, onde a maioria votou contra o Brexit, intensificou os pedidos por um novo referendo de independência. Da mesma forma, a Irlanda do Norte enfrenta desafios relacionados ao Protocolo da Irlanda do Norte, que criou uma fronteira aduaneira de facto no mar da Irlanda (CURTICE, 2020).

Para além da divisão política entre os diferentes países que formam o Reino Unido, a política doméstica da Inglaterra também tem enfrentado desafios. O partido conservador, antes liderado por Boris Johnson, consolidou seu poder após o BREXIT, mas enfrentou grande pressão para cumprir as promessas feitas na campanha pelo Leave de “recuperar o controle” e revitalizar

a economia. Ao mesmo tempo, o partido trabalhista e outros partidos de oposição continuam a questionar a eficácia das políticas pós-Brexit e a lidar com as consequências sociais e econômicas (COWLEY, KAVANAGH, 2020).

Ademais, a saída da UE permitiu ao Reino Unido buscar um papel global mais independente, um desejo antigo presente no cerne da política britânica desde o final da Segunda Guerra Mundial. Segundo dados do *Trade Policy Observatory* (2021), o Reino Unido assinou vários acordos comerciais bilaterais e regionais com países fora da UE, incluindo o Japão, a Austrália e Canadá. Esses acordos visam compensar a perda de acesso ao mercado europeu, mas estão em estágios iniciais de implementação.

Para além das relações com o Japão, Austrália e Canadá, em 2021, o Reino Unido buscava estreitar seus laços com os Estados Unidos, como uma maneira de fortalecer sua segurança e o comércio (SMITH, 2021).

O Brexit também teve implicações sociais significativas, principalmente no que tange a dois pontos principais: a imigração e as divisões sociais. Concernente ao primeiro, a nova política de imigração do Reino Unido, baseada em um sistema de pontos, substituiu a livre circulação de pessoas da UE. Isso reduziu o número de trabalhadores migrantes europeus, afetando setores que dependem fortemente da mão de obra estrangeira, como agricultura e saúde (SUMPTION, 2021).

Referente ao segundo ponto, o Brexit aumentou divisões sociais e regionais dentro do Reino Unido. Áreas que votaram majoritariamente pelo “*Remain*” continuam a expressar frustração com o resultado e suas consequências, enquanto regiões que apoiaram o “*Leave*” esperam ver benefícios tangíveis das políticas de recuperação pós-Brexit (GOODWIN, HEATH, 2020).

Atualmente, as relações do Reino Unido com a União Europeia segue fundamentada pelos acordos ratificados em 2021 mencionados anteriormente, de comércio, cooperação, informações e energia nuclear, evidenciando que o Reino Unido saiu da União Europeia, ou seja, está desintegrado, mas ainda mantém uma relação estreita com a União Europeia em temas relevantes, ao passo que ainda segue trabalhando na redução de custos, adaptação e novas políticas e tensões pós-Brexit.

3 Capítulo 3 – As novas abordagens das teorias de Integração Regional

O campo de Integração Regional é um relativamente rico em teorias e abordagens que buscam compreender o fenômeno da integração em seus mais diferentes aspectos. Ainda que muitos desses esforços tenham aspirado e defendido um caráter universalista, o próprio surgimento e evolução do campo demonstra ainda hoje estar em maior ou menor grau condicionado à evolução do processo de integração europeu – que para alguns figura como único verdadeiro exemplo de integração existente hoje (MALAMUD, 2013). Esse eurocentrismo natural que geralmente permeia o campo pode ser apontado como um dos motivos pelo baixo interesse das teorias até então ao fenômeno da desintegração, já que até o advento do Brexit, processos de desintegração de proporções semelhantes sequer figuravam no cenário europeu.

O abandono britânico da União Europeia abalou não só o bloco, como também o próprio campo acadêmico. Como explicar não apenas a desintegração, de forma geral, mas também o Brexit, enquanto fenômeno específico? O que ficou logo claro é que o arcabouço teórico tradicional do campo possui lacunas que impedem a elaboração de explicações satisfatórias para esse fenômeno *sui generis* (VOLLAARD, 2018). Não apenas as teorias *mainstream* não incluem mecanismos específicos por onde canalizar a explicação da desintegração, mas a aplicação “inversa” dessas teorias tampouco se mostram satisfatórias – a desintegração, como já aponta Vollaard (2018), deve ser entendida como um fenômeno próprio e não apenas como a “integração em inverso”.

Um dos principais problemas dentre as teorias *mainstream* de integração regional (para explanação do fenômeno em pauta) está justamente nos atores que consideram relevantes ao processo e ao tipo de interesses ou racionalidade que atribuem a esses atores. Não obstante, suas diferenças, seja o Neofuncionalismo, o Intergovernamentalismo Liberal ou mesmo a Teoria de Externalidades de Mattli se assemelham pelo papel significativo que dão às elites domésticas. Para os neofuncionalistas, por exemplo, a socialização e deslocamento de interesse e lealdades das elites políticas, administrativas e econômicas rumo a um novo centro político europeu acima dos Estados se mostra basilar para explicar o fenômeno do *spillover* político. O apoio político do eleitorado doméstico não surge como variável relevante na teoria. Nas palavras de Jensen (2016, p. 61, tradução nossa), “O pressuposto era que se as elites comessem a cooperar, as populações seguiriam”¹³

O mesmo pode ser observado no Intergovernamentalismo Liberal. Para os intergovernamentalistas liberais, a formação dos interesses nacionais configura uma importante etapa para explicação da integração. Todavia, novamente, há um foco particular nas elites domésticas das nações: “[. . .] as preferências políticas nacionais são limitadas pelos interesses dos grupos dominantes, geralmente econômicos, dentro da sociedade”¹⁴ (CINI, 2016, p. 73).

¹³ No original: “The assumption was that if the elites started to cooperate, then the populations would follow”. Tradução nossa.

¹⁴ No original: “national policy preferences are constrained by the interests of dominant, usually economic, groups within society”. Tradução nossa.

Diferentemente dos demais, o *framework* teórico de Mattli (1999) incorpora explicitamente o apoio eleitoral para entender a integração. Todavia, o autor divide o processo de integração em duas etapas distintas – oferta e demanda –, cada qual sendo o campo de ação de atores distintos. A “demanda” por integração partiria de agentes econômicos (importadores, exportadores, investidores transnacionais etc.) que veem na integração uma possibilidade de redução dos custos de “externalidades” (MATTLI, 1999; 2012). No que lhe concerne, a “oferta” de integração estaria nas mãos dos tomadores de decisão: para o autor, líderes políticos são atores racionais e tendem a evitar a integração, dado seu impacto negativo sobre a soberania estatal e autonomia governamental. A integração seria opção realística apenas em momentos de declínio ou insatisfação econômico, onde a insatisfação do eleitor teria um maior peso relativo nos cálculos políticos, sendo a integração vista como possível solução para retomada do crescimento econômico (e, por consequência, do conteúdo popular). Percebe-se que as elites econômicas e políticas configuram os atores principais, todos guiados por uma racionalidade ou interesses econômicos, ou eleitorais. Os próprios eleitores no arcabouço teórico de Mattli (1999) parecem dotado principal, ou exclusivamente, de racionalidade econômica, e possuem papel meramente passivo.

Ainda que essas teorias tenham seu mérito no que tange à explicação da integração, não é difícil perceber que se chocam frontalmente com o caso particular do Brexit. Nessas teorias, em específico o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo liberal, a opinião das elites consta como importante variável explicativa. Esperar-se-ia, no caso do Brexit, um deslocamento significativo das preferências desses atores (configurando a opinião pública mero reflexo da opinião das elites).

Todavia, como sabemos, não apenas os tomadores de decisão davam preferência à manutenção do Reino Unido no bloco econômico, como também boa parte da elite econômica do país se mostrava contrária ao Brexit, dado o risco de graves perdas econômicas e financeiras (HAYTON, 2018) – um cenário dissonante em que boa parte da classe econômica prefere a manutenção do *status quo*, mas em que a maioria do eleitorado demonstrou insatisfação com a membresia do país no bloco europeu. A realidade do Brexit também gera nós na lógica teórica de Mattli (1999; 2012), já que o declínio econômico britânico gerou não novos ímpetus à integração, mas sim à desintegração. Dado a primazia da racionalidade econômica atribuída ao eleitorado, a teoria de externalidades se mostra incapaz de capturar as nuances das demandas eleitorais, que pré e pós-referendo abrangiam questões para além da economia *por si mesmo*.

Diante do exposto acima, um desafio é posto a todos os estudantes dedicados a se aventurarem na compreensão e no uso de teorias que possam explicar os desdobramentos atuais no processo de integração europeu. Henrick Scheller (2014), demonstra que os acadêmicos hoje enfrentam a tarefa de desenvolver uma compreensão teórica que estabeleça a causalidade entre a integração europeia e os processos de desintegração. Paralelamente, os líderes políticos se deparam com uma desconexão crescente entre suas responsabilidades diárias e a alienação do eleitorado.

A pesquisa sobre desintegração é escassa, e não existe uma definição exata para o termo,

muito menos uma teoria consolidada. Historicamente, as crises que assolam a Europa têm sido interpretadas como catalisadores oportunos para diferentes fases de integração no continente, mas percebe-se uma ausência de atenção adequada sobre seus potenciais desintegrativos.. Embora as crises tenham revelado a resiliência da UE e sua capacidade de solucionar problemas, elas negligenciam aspectos importantes da análise da desintegração que, como falamos acima, vão além de questões econômicas, incluindo aspectos sociais, políticos, interinstitucionais e territoriais (SCHELLER; EPPLER, 2014).

Não obstante, o arcabouço teórico tradicional já existente, que se mantém e continua sendo atualizado com o passar do tempo para explicar os mais variados aspectos do fenômeno da integração, novas teorias e abordagens têm também sido introduzidas, acompanhando o desenvolvimento e evolução do processo de integração europeu à medida que novos episódios e pressões afetam o bloco.

3.1 O Pós-funcionalismo

Liesbet Hooghe e Gary Marks (2008), considerando as lacunas e deficiências das teorias citadas anteriormente para explicar o processo de integração diante dos acontecimentos mais recentes após o Tratado de Maastricht (1992), propuseram uma nova vertente teórica, denominada por teoria “pós-funcionalista”.

A teoria pós-funcionalista oferece uma abordagem alternativa e inovadora para entender fenômenos políticos como o BREXIT, pois considera três elementos de suma importância para compreender a decisão do Reino Unido que não são usualmente tratados de forma satisfatória por outras teorias, a saber: eficiência, distribuição e identidade. A teoria pós-funcionalista enfatiza o papel das identidades, das emoções e da política de massa, em contraste com as teorias tradicionais focando em interesses econômicos e técnicos.

Eficiência refere-se a capacidade das instituições europeias de solucionar problemas e implementar políticas de maneira eficaz. Na teoria pós-funcionalista, a eficiência é vista como um dos principais motores da integração, particularmente na sua fase inicial. A ideia é que a transferência de competências para instituições supranacionais ocorre quando os Estados-membros acreditam que isso resultará em uma melhor solução para problemas que transcendem as fronteiras nacionais, como a regulação de mercados, questões ambientais e políticas de segurança (HOOGHE, MARKS, 2008).

Concernente ao segundo elemento, a saber, a distribuição, refere-se à forma como os benefícios e os custos da integração europeia são repartidos entre os diferentes países e grupos sociais. A teoria pós-funcionalista sugere que a integração não é apenas uma questão técnica de resolver problemas de eficiência, mas também envolve considerações de distribuição. À medida que a integração avança, surgem conflitos distributivos que podem gerar resistências. Por exemplo, as políticas de coesão e os fundos estruturais da UE são frequentemente fonte de disputas, uma vez que envolvem a redistribuição de recursos entre países mais ricos e mais pobres (HOOGHE,

MARKS, 2008).

O terceiro elemento, a identidade, é a dimensão que diferencia mais fortemente a teoria pós-funcionalista de outras teorias da integração europeia. Hooghe e Marks (2008), argumentam que a identidade nacional regional desempenha um papel fundamental na forma como os cidadãos percebem a integração europeia. A resistência à integração não se baseia em preocupações com a eficiência ou distribuição, mas também em questões identitárias. À medida que a integração aprofunda, os cidadãos podem sentir que suas identidades nacionais estão ameaçadas, levando a um aumento do euroceticismo e à demanda por maior controle nacional (HOOGHE, MARKS, 2008).

A integração europeia, segundo o pós-funcionalismo, tornou-se altamente politizada, significando que as questões relacionadas à UE não são mais apenas de interesses de elites tecnocráticas como vimos acima, mas também de eleitores comuns¹⁵. A politização é definida como o aumento da visibilidade e da contestação pública sobre questões relacionadas à integração europeia. Esse conceito é fundamental para a teoria pós-funcionalista, pois ajuda a explicar a transição de um “consenso permissivo” para um “dissenso restritivo” na política da União Europeia (HOOGHE; MARKS, 2009).

A politização implica que as questões relacionadas à integração europeia se tornam mais visíveis e salientes no debate público. Isso significa que tópicos antes considerados técnicos e distantes da atenção pública passam a ser amplamente discutidos e debatidos na esfera pública. Por essa razão, a politização também envolve um aumento na contestação pública sobre a integração europeia. Isso inclui debates, divergências políticas e maior polarização entre diferentes opiniões e posições sobre a União Europeia, uma vez que organizações da sociedade civil, grupos políticos e cidadãos se envolvem maiormente na discussão sobre a integração (HOOGHE; MARKS, 2009).

Hooghe e Marks (2009), argumentam que conseqüentemente ao maior envolvimento da sociedade civil nos processos políticos relacionados à UE, é possível que isso se manifeste em maior interesse nas eleições europeias e na participação em referendos sobre questões da UE (HOOGHE; MARKS, 2009).

Essa politização possui várias conseqüências importantes para a dinâmica da integração europeia. Entre elas, está o surgimento de movimentos eurocéticos e populistas como o surgimento do novo partido conservador UKIP no Reino Unido e a mobilização da campanha pelo *Leave* no referendo em 2016. A integração europeia frequentemente resulta em um conflito entre a soberania nacional e a supranacional. O pós-funcionalismo argumenta que muitos cidadãos

¹⁵ Vale observar que os próprios neofuncionalistas trabalham com a ideia de “politização”, um processo onde a tomada de decisão supranacional se torna controversa, levando à ampliação do público interessado no processo de integração, e, em última instância, à redefinição dos objetivos mútuos dos países acerca da cooperação (SCHMITTER, 1969, p.166). Schmitter (1969) não deixa claro se esse “público” compreende também as massas, ou apenas os diferentes grupos de interesses domésticos. De qualquer modo, para o autor, esse processo culminaria em última instância na expansão da integração (“spillover político”) (SCHMITTER, 1969; JENSEN, 2016). Ainda que o conceito de “spillback” tenha sido posteriormente introduzido para explicar regressos na integração, o que exatamente o fenômeno compreende e qual sua relação com a politização não se faz clara (VOLLARD, 2018).

percebem a transferência de poderes para a UE como uma perda de controle sobre seus próprios destinos (HOOGHE; MARKS, 2009).

O aumento da politização, como argumenta Hooghe e Marks (2009), gera um “dissenso restritivo”, onde a integração é amplamente contestada e enfrentada por resistência significativa. Isso contrasta com o período anterior de “consenso permissivo”, onde havia um apoio tácito e não contestado à integração por parte das elites e do público (HOOGHE; MARKS, 2009).

A politização pode complicar o processo de tomada de decisões na UE, pois a necessidade de legitimação democrática e a contestação pública dificultam alcançar consensos rápidos e técnicos. As decisões políticas passam a exigir maior debate e negociação, refletindo a diversidade de opiniões e interesses (HOOGHE; MARKS, 2009). Ademais, a politização está frequentemente associada ao crescimento do euroceticismo e de movimentos populistas que se opõem à integração europeia. Esses movimentos aproveitam a maior visibilidade das questões da UE para promover suas agendas políticas, ganhando apoio entre segmentos da população que se sentem descontentes com o *status quo*, e pode levar à reconfiguração das alianças políticas dentro dos Estados-membros e no Parlamento Europeu, pois, partidos políticos podem realinhar suas posições sobre a UE para refletir a opinião pública, e novas coalizões podem imergir em resposta às questões de integração (HOOGHE; MARKS, 2018).

De acordo com Hooghe e Marks (2008), a União Europeia representa mais do que uma simples estratégia para redução de custos econômicos ou transacionais. Ela constitui um sistema de governança multinível que transcende as fronteiras nacionais, promovendo interações sociais ampliadas, aumento da imigração intra-bloco e um enfraquecimento da soberania nacional¹⁶. Estudos atuais têm se baseado na teoria da identidade social, que sugere que identificações de grupo influenciam sobre a autoconcepção individual. A “tendência etnocêntrica inata” dos seres humanos leva indivíduos a favorecer seu próprio grupo, mas isso não necessariamente resulta em conflito ou hostilidade para com outros grupos (HOOGHE; MARKS, 2008).

Os cidadãos frequentemente possuem múltiplas identidades que variam de local a nacional e além, sendo crucial não apenas o grupo ao qual se identificam, mas como essas identidades se relacionam sendo mobilizadas no contexto político. Três afirmações são particularmente relevantes para explicar como a identidade influencia a opinião pública sobre a Europa: a identidade possui maior peso na opinião pública do que entre elites ou grupos de interesse; ela não se manifesta isoladamente em relação à maioria dos objetos políticos, mas é politicamente construída; e quanto mais exclusivamente um indivíduo se identifica com um grupo interno, menos ele tende a apoiar uma jurisdição que inclua grupos externos (HOOGHE; MARKS, 2008).

Hoje, os jovens, em média, mostram uma identidade europeia mais forte devido a uma maior interação transfronteiriça intrabloco, possibilitada por programas como o Erasmus, mobilidades, viagens, mas não há uma tendência clara em direção a identidades nacionais menos

¹⁶ “The EU is a complex entity without a clearly defined core and, compared to a state, with a far less hierarchical system of governance. It is a mixture of supranational, transnational, transgovernmental, and intergovernmental structures” (ERIKSEN; FOSSUM, 2000, p. 4).

exclusivas desde a década de 1990. Neil Fligstein (2000), mostra que embora a mobilidade e a interação social transnacional impulsionam a identidade europeia, essa mudança é mais lenta do que as reformas jurisdicionais. E embora a forma jurisdicional da Europa tenha evoluído, as concepções de identidade dos cidadãos não mudaram significativamente desde 1992 com a formação da União Europeia em si (HOOGHE; MARKS, 2008); o caso do Reino Unido e a sua relação com a Europa continental desde o início do processo de integração demonstram isso. Em suma, a UE faz parte de um sistema de governança multinível impulsionado tanto pela política de identidade quanto por pressões funcionais e distributivas. A definição da comunidade política precede as decisões sobre o regime e o debate sobre identidade desempenha um papel crucial na formação dessas estruturas. A teoria pós-funcionalista enfatiza que o design jurisdicional não precisa ser funcionalmente eficiente, mas deve refletir a governança e as pressões da opinião pública mobilizadas por partidos políticos.

A teoria neofuncionalista, por exemplo, inicialmente cogitou considerar que com o passar do tempo, e com a interação crescente da sociedade civil, partidos e outros elementos, se envolveriam mais no processo de integração regional, porém, para o neofuncionalismo, isso levaria a maiores vantagens e redução de custos, o que levaria a maior integração (WIENER; BÖRZEL; RISSE, 2019 apud SZUCKO, 2020). Contudo, o Brexit demonstrou que não, neste caso, a mobilização civil e partidária através de referendo levou a uma desintegração. Por isso, a teoria pós-funcionalista se mostra de grande importância para compreender os fenômenos atuais.

O Brexit pode ser amplamente explicado pelo ressurgimento do nacionalismo britânico e pelo sentimento de perda de identidade. Muitos eleitores britânicos que apoiaram o BREXIT, como vimos no capítulo 2, sentiam que a integração europeia estava minando a soberania do Reino Unido e diluindo sua identidade cultural única. O pós-funcionalismo sugere que muitos britânicos nunca se sentiram totalmente europeus. Essa dissonância identitária contribuiu para a crescente desilusão com a UE. Algo plenamente evidenciado pelo próprio Churchill em seus discursos e por outras importantes figuras políticas no Reino Unido. Como vimos no capítulo 1, o Reino Unido sempre teve uma relação diferenciada com a Europa continental, reforçando o ideal nacionalista de um país que está na Europa, mas não se sente parte dela.

A campanha do Brexit evidenciou a politização da questão europeia no Reino Unido. Temas como imigração, regulação econômica e perda de controle soberano, como evidenciado no capítulo 2, foram centrais no debate e mobilizaram eleitores comuns. Algo tão comum e importante para a UE, como a livre circulação de pessoas, também se mostrou algo controverso. O pós-funcionalismo argumenta que a oposição à imigração é muitas vezes menos sobre questões econômicas e mais sobre percepções de identidade e controle.

Para a teoria pós-funcionalista, benefícios econômicos da integração podem ser neutralizados por sentimentos de identidade nacional forte. Por exemplo, mesmo que a integração traga crescimento econômico, ela pode ser rejeitada se as pessoas sentirem que sua identidade cultural está ameaçada. Pois, a integração econômica implica transferências de controle para entidades supranacionais. Isso pode gerar resistência se as populações sentirem que estão perdendo a

autonomia (HOOGHE, MARKS, 2009).

A transferência de soberania e a percepção de que a UE é uma entidade burocrática e distante, governada por elites não eleitas, alimentou o sentimento anti-EU. O pós-funcionalismo nos ajuda a compreender como essas percepções de déficit democrático, a saber, essa crença de que as instituições da UE são distantes, e a perda de soberania alimentaram o apoio ao BREXIT. De acordo com a teoria pós-funcionalista, as percepções de déficit democrático e perda de soberania não atuam isoladamente, mas se reforçam mutuamente. A percepção de que a UE é antidemocrática amplifica a sensação de perda de controle, pois os cidadãos sentem que não apenas perderam a soberania, mas também a capacidade de influenciar as decisões tomadas em Bruxelas (HOOGHE, MARKS, 2009).

Portanto, a teoria pós-funcionalista nos mostra que o BREXIT não pode ser entendido apenas em termos de custos e benefícios econômicos, mas deve ser visto como uma reação a uma integração europeia percebida como ameaçadora para a identidade nacional e a soberania parlamentar e democrática.

Uma vez que a teoria pós-funcionalista abriu um caminho para se pensar o BREXIT através de uma perspectiva identitária, foi possível pensar em um novo debate da integração, agora ligando a política doméstica, um arcabouço robusto oferecido pela integração diferenciada e a desintegração diferenciada que nos ajuda a compreender o processo de integração do Reino Unido com a Europa e os diversos fatores que o levaram de uma integração diferenciada para uma desintegração diferenciada.

3.2 A Integração diferenciada

Leuffen, Schimmelfennig e Rittberger (2020) argumentam que o processo de integração da UE foi moldado por duas dinâmicas institucionais principais: integração horizontal e vertical. A integração horizontal refere-se à extensão territorial dos regimes políticos da UE, enquanto a integração vertical captura a profundidade ou centralização da tomada de decisão supranacional em diferentes áreas políticas.

A UE é caracterizada por uma forte diferenciação em áreas políticas e espaços, refletindo uma forma de integração diferenciada que abrange tanto diferencial vertical quanto horizontal. A diferenciação vertical indica que diferentes áreas políticas na UE exibem padrões variados de integração temporalmente. Por exemplo, questões de mercado foram comunitarizadas desde a fundação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), enquanto justiça e assuntos internos só começaram a alcançar níveis semelhantes de integração a partir dos anos 1990, com algumas políticas ainda sendo decididas de forma intergovernamental na Área de Liberdade, Segurança e Justiça. Em contraste, na diferenciação horizontal, alguns estados-membros optaram por não participar de certas políticas integradas, enquanto outros estados não pertencentes à UE optaram por participar, resultando em diferenciação externa e interna combinadas (LEUFFEN; SCHIMMELFENNIG; RITTBERGER, 2020).

Leuffen, Schimmelfennig e Rittberger (2020) apontam que a interdependência impulsiona a integração quando há convergência de preferências e baixa politização. Contudo, uma vez que a integração atinge um nível crítico de centralização, o futuro caminho da integração bifurca-se. Áreas políticas ou países sensíveis às questões de autonomia e identidade podem resistir à integração, levando a uma maior diferenciação ou estagnação na integração.

A noção política de integração diferenciada remonta ao Relatório Tindemans de 1975, com suas raízes jurídicas no Ato Único Europeu de 1986. Para Leo Tindemans, primeiro-ministro belga naquele período, para se desenvolver a integração era necessário considerar diferenciações:

Atualmente, é impossível apresentar um programa de ação crível se for considerado absolutamente necessário que, em todos os casos, todas as etapas sejam alcançadas por todos os Estados simultaneamente. A divergência de suas situações econômicas e financeiras é tanta que, se insistirmos nisso, o progresso seria impossível e a Europa continuaria desmoronando. [. . .] Isso não significa uma Europa à la carte: cada país ficará vinculado pelo acordo de todos quanto ao objetivo final a ser alcançado em comum; são apenas os prazos de realização que variam (TINDEMANS, 1975, p. 20-21, tradução nossa)¹⁷

De acordo com Schimmelfennig e Winzen (2014), os principais impulsionadores da integração diferenciada entre os Estados-membros são a “ampliação” e o “aprofundamento”. A ampliação refere-se à expansão da adesão à UE, enquanto o aprofundamento envolve a delegação progressiva de competências estatais para a UE e suas organizações supranacionais.

Pesquisas recentes indicam que o aprofundamento diferenciado da integração originado no aprofundamento responde às preocupações dos Estados-membros sobre a proteção da soberania nacional e da identidade em uma “união cada vez mais estreita”, resultando em uma divisão duradoura entre o núcleo e a periferia (SCHIMMELFENNIG; WINZEN, 2014).

Além disso, a demanda por integração diferenciada é provável de surgir se a UE expandir o escopo de suas políticas ou aprofundar suas competências supranacionais em áreas centrais de poder estatal (GENSCHEL; JACHTENFUCHS, 2014). A demanda por integração diferenciada é susceptível de ser forte nos Estados-membros com identidades nacionais exclusivas amplamente difundidas, aumentando a saliência das transferências de soberania e reduz o apoio à integração europeia (CAREY, 2002; HOOOGHE; MARKS, 2005).

Partidos eurocéticos de direita mobilizam identidades nacionais contra o aprofundamento da integração, arriscando a ratificação doméstica de revisões de tratados, especialmente em referendos sobre integração europeia. Se a ratificação de tratados europeus estiver em perigo, os governos de Estados-membros eurocéticos podem solicitar exceções de políticas controversas para garantir apoio doméstico.

¹⁷ It is impossible at the present time to submit a credible programme of action if it is deemed absolutely necessary that in every case all stages should be reached by all the States at the same time. The divergence of their economic and financial situations is such that, were we to insist on this progress would be impossible and Europe would continue to crumble away. [. . .] This does not mean Europe à la carte: each country will be bound by the agreement of all as to the final objective to be achieved in common; it is only the timescales for achievement which vary.

A integração diferenciada se refere à ideia de que diferentes países membros da UE podem participar em diferentes níveis de integração e cooperação em várias áreas políticas, ao invés de todos os membros serem obrigados a aderir aos mesmos acordos e políticas em todos os domínios. Exemplos de integração diferenciada incluem a zona do Euro, onde nem todos os estados-membros adotaram o euro como sua moeda, como no caso do Reino Unido (pré-Brexit) e da Dinamarca (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Outro exemplo é o Espaço Schengen, que permite a livre circulação de pessoas sem controle de fronteiras internas, mas do qual a Irlanda optou por não participar. Além disso, alguns países negociaram derrogações à legislação comunitária acordadas em protocolos aos tratados do bloco (*opt-outs*) específicos em certas políticas da EU, por exemplo, o Reino Unido tinha *opt-outs* em áreas como a Carta dos Direitos Fundamentais da EU e algumas políticas de justiça e assuntos internos (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Com seu histórico imperial e uma longa tradição de isolamento em suas relações internacionais, o Reino Unido nunca foi um parceiro fácil para os outros europeus continentais. É verdade que o Reino Unido, historicamente falando, tinha uma atitude peculiar e cética em relação ao projeto europeu, como vimos no capítulo 1, no entanto, como afirma Riedel et al., (2018), o referendo do BREXIT trouxe uma nova qualidade para o debate sobre integração diferenciada na Europa.

Como um dos Estados-membros mais poderosos e de alta reputação nas relações internacionais, o Reino Unido criou um poder relativo de barganha e, como resultado, um tipo de diferenciação isentiva na UE (SMITH, 2019).

O Reino Unido mantém uma integração relativamente frouxa com a UE, caracterizada tanto pela diferenciação vertical, onde certas áreas políticas integraram em ritmos variados, quanto pela diferenciação horizontal, onde políticas integradas não se aplicam uniformemente entre todos os Estados-membros. O país opta por não participar de algumas políticas da UE (diferenciação horizontal), enquanto em outras participa em diferentes extensões e velocidades (diferenciação vertical) (TROIÑO; KERIKMAE; CHOCHIA, 2018).

Embora o Reino Unido sempre tenha estado do lado positivo quanto ao equilíbrio das diferenciações discriminatórias e isentas, isso não foi suficiente para uma parte significativa dos cidadãos britânicos e das elites políticas. Antes do referendo, o Reino Unido desfrutava de um *posição* de adesão preferencial - a oposição à adesão discriminatória - um caso em que um Estado-Membro é isento de certos direitos e benefícios da integração. O Reino Unido foi liberado de muitas obrigações indesejadas que a maioria dos outros Estados-Membros assumiu. O restante da UE não estava determinado o suficiente para exigir a adoção completa da legislação da UE. O Reino Unido era forte em seu euroceticismo, bem como em poder econômico e político, e, como resultado, desfrutava de uma discriminação positiva na comunidade.

Um dos principais argumentos do Brexit foi a recuperação do controle sobre leis, fronteiras e políticas comerciais. A integração diferenciada permitia algum grau de controle, mas não o suficiente para aqueles que queriam uma independência total. Assim, o Brexit pode ser visto

como um movimento para estabelecer um modelo completamente novo de relacionamento com a UE, fora do quadro da integração diferenciada. Em vez de ser um membro com opt-outs, o Reino Unido agora busca um acordo de cooperação bilateral que rege seu relacionamento com a UE.

O Brexit pode ser visto como uma resposta às percepções de que a integração diferenciada dentro da UE não era suficiente para abordar as preocupações específicas do Reino Unido. Ao optar por sair completamente da UE, o Reino Unido buscou um grau de controle e independência que não poderia ser alcançado apenas por opt-outs ou participação seletiva em certas políticas.

O aprofundamento diferenciado da integração europeia reflete a expectativa da teoria pós-funcionalista de integração, onde a identidade exclusiva influencia as preferências e, à medida que as questões europeias são politizadas, há uma pressão descendente sobre o nível e o escopo da integração (HOOGHE; MARKS, 2009). Essa pressão pode resultar em estagnação, integração diferenciada e, eventualmente, desintegração.

A integração diferenciada do Reino Unido na UE ilustra bem essa explicação pós-funcionalista. Pesquisas do Eurobarômetro indicam que os britânicos tradicionalmente têm a identidade nacional exclusiva mais forte entre todos os estados-membros da UE. Desde os anos 1990, mais de 60% dos britânicos manifestaram uma identificação exclusiva com sua “nacionalidade apenas”. Quando a UE ampliou o escopo de suas políticas para áreas centrais de poder estatal, o Reino Unido tornou-se um dos principais defensores da integração diferenciada, ao lado da Dinamarca. O Reino Unido optou por não aderir ao regime de livre circulação de Schengen e assegurou exceções em relação ao euro, ao Capítulo Social do Tratado de Maastricht, à Carta dos Direitos Fundamentais e a partes do acervo de Justiça e Assuntos Internos. Com exceção da exceção do Capítulo Social, revogada pelo governo Blair em 1997, as exceções britânicas se concentram nas áreas centrais do poder estatal, algumas das quais estão em vigor há mais de duas décadas (SCHIMMELFENNIG, 2018).

O Reino Unido conseguiu essas exceções devido ao seu forte poder de barganha institucional no âmbito das negociações de tratados sobre a integração adicional. As revisões de tratados da UE geralmente requerem acordo unânime e ratificação nacional em cada estado-membro para entrar em vigor, fortalecendo o poder de barganha dos atores com preferências próximas ao *status quo* de integração. Isso permite que esses atores ameacem vetar propostas de integração abrangentes e, assim, mantenham reformas próximas de seus ideais (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Sem a opção de integração diferenciada, os acordos de integração não ultrapassariam as preferências do estado-membro mais orientado para o *status quo*. Com essa opção, a integração pode avançar ainda mais. Por exemplo, estados orientados ao *status quo* podem obter exceções em troca de renunciar ao seu veto. A exceção do Reino Unido à união monetária é um exemplo clássico. Caso o estado orientado ao *status quo* não esteja disposto a renunciar ao seu veto, os outros estados-membros podem concluir um tratado intergovernamental fora da UE, como ocorreu com o Acordo de Schengen em 1985 e o Pacto Fiscal em 2011. Em ambos os casos, os estados membros orientados ao *status quo* conseguiram satisfazer sua demanda por autodeterminação

graças ao seu poder de barganha institucional (SCHIMMELFENNIG, 2018)

Portanto, segundo Schimmelfennig (2018), com base no pós-funcionalismo, formula-se a hipótese de que a demanda por desintegração aumenta com três fatores diferentes, a saber, (a) o impacto da integração em áreas relevantes para a identidade; (b) o surgimento de partidos eurocéticos; e (c) um aumento na disponibilidade ou uso de referendos.

Winzen e Schimmelfennig, (2016), argumentam que à medida que avançamos da integração diferenciada para a desintegração diferenciada, tanto a demanda quanto a oferta mudam da defesa para a revisão do *status quo*.

O Brexit pode ser entendido como um passo além da integração diferenciada. Em vez de optar por não participar de certas políticas ou áreas de cooperação, o Reino Unido optou por sair completamente da UE. Isso reflete uma insatisfação significativa com o nível e a direção da integração europeia. Muitos no Reino Unido sentiram que a integração estava indo longe demais, especialmente, nos pontos da soberania nacional e controle sobre políticas internas. Embora o Reino Unido tivesse vários *opt-outs* importantes, isso não foi suficiente para aplacar as preocupações daqueles que apoiavam o Brexit, sugerindo que a integração diferenciada tem seus limites quando pensamos na satisfação de todos os membros.

O referendo de 2016 não foi simplesmente uma expressão da posição britânica em relação à UE, mas também um teste crítico para as conceitualizações existentes de integração diferenciada na Europa. A saída britânica da UE representa um exemplo único de desintegração diferenciada, impactando as estruturas e dinâmicas da integração europeia de maneiras imprevisíveis.

O Brexit não apenas ilustra as complexidades da integração diferenciada na UE, mas também sinaliza a necessidade de adaptações institucionais que reconheçam e respondam à diversidade crescente entre os Estados-membros e ex-membros. Este momento crucial na história da UE não só redefine as relações europeias, mas também reforça a importância contínua da integração diferenciada como um princípio fundamental para o futuro da união.

Apesar dos desafios, a UE continua sendo um sistema político dinâmico e em constante mudança. A diferenciação tornou-se uma característica central da UE e é provável que persista no futuro, especialmente à luz das pressões por um aprofundamento adicional após a crise financeira e as falhas no desenho da zona do euro. A atual crise do euro destaca tanto a interdependência entre os Estados-membros quanto a relutância crescente dos cidadãos em relação à integração, ilustrando a tensão entre a necessidade funcional de integração e as preocupações de identidade nacional (LEUFFEN; SCHIMMELFENNIG; RITTBERGER, 2020).

A UE enfrenta desafios significativos, mas a teoria e a prática da integração regional são essenciais para entender e moldar futuras cooperações internacionais. A integração diferenciada na UE não apenas reflete as realidades políticas e sociais dos Estados-membros, mas também oferece um modelo flexível para lidar com a diversidade de interesses e identidades dentro da Europa. Enquanto a UE continua a buscar um equilíbrio entre a integração e a diferenciação, a teorização contínua da integração regional é crucial para enfrentar os desafios do século XXI de maneira eficaz (LEUFFEN; SCHIMMELFENNIG; RITTBERGER, 2020).

3.3 A Desintegração diferenciada

A pesquisa sobre a desintegração europeia é limitada, com poucos autores se dedicando ao tema, sendo os principais, nomeadamente: WEBBER, 2013; VOLAARD, 2014; 2008; HAYWARD; WURZEL, 2012; SCHMITTER, 2012; ZIELONKA, 2012;2006; SCHIMMELFENNIG, 2018; ROSAMOND, 2016, entre outros.

Não há uma definição precisa ou uma teoria completa que explique a desintegração na Europa. Como vimos, a maioria desses autores utiliza teorias das relações internacionais para explicar o processo inverso da integração, mas essas pesquisas são limitadas. Porém, com o desenvolvimento do conceito de desintegração diferenciada tem sido possível englobar maiores elementos de compreensão de fenômenos como o BREXIT e seu impacto na integração regional europeia.

Como vimos anteriormente, a integração na União Europeia (UE) pode ser definida como o aumento do nível de centralização, escopo das políticas e adesão, enquanto a desintegração refere-se à sua redução (LEUFFEN et al., 2013). A integração e desintegração são consideradas uniformes se aplicadas igualmente a todos os estados-membros. Contudo, a integração diferenciada caracteriza-se pelo crescimento desigual da integração, onde o aumento no nível, escopo ou adesão à UE ocorre globalmente, mas com estados individuais optando por não participar plenamente. Em contrapartida, a desintegração diferenciada envolve uma redução desigual no nível, escopo ou adesão à UE (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Analisando a configuração institucional da UE e seu escopo territorial, pode-se concluir que não há uma desintegração em curso, uma vez que muitas instituições foram criadas durante os períodos de crise. Contudo, Scheller (2014) argumenta que a desintegração se manifesta quando aspectos econômicos, socioculturais e de legitimidade são considerados. Assim, como diz Timothy Snyder (2014) em sua palestra : “Nations, Empires, Unions: European Integration and Disintegration Since 1914” integração e desintegração têm ocorrido simultaneamente em diferentes dimensões do processo de integração.

Leuffen, Rittberger e Schimmelfennig 2013, conceituam a desintegração diferenciada como a possibilidade de diferentes países participarem em diferentes níveis e formas dentro de um mesmo processo de integração, como é o caso da União Europeia (UE). Isso pode se manifestar em várias formas, como a escolha de não adotar certas políticas comuns ou a decisão de não participar de instituições.

A saída de uma organização regional raramente representa um desengajamento completo, pois os laços institucionais frequentemente persistem, exemplificando uma reconfiguração da integração regional mais do que uma separação total (GÄNZLE; LERUTH; TRONDAL, 2020; MARTILLI; SUS, 2022; SCHIMMELFENNIG, 2022). Isso é evidenciado pelo Brexit, onde o Reino Unido continua integrado à UE em diferentes graus por meio de acordos e

cooperações bilaterais e setoriais, mesmo tendo saído numa política de Hard Brexit (GÄNZLE, WUNDERLICH, HOFELICH, 2024)

A desintegração diferenciada não apenas reconhece a diversidade de interesses dentro das organizações regionais, mas também sublinha a persistência de conexões institucionais mesmo após a retirada de um estado. Isso é crucial para entender as dinâmicas regionais e globais em constante evolução, onde os estados podem ajustar sua participação em resposta a mudanças políticas e econômicas (GÄNZLE, WUNDERLICH, HOFELICH, 2024).

Para explicar o BREXIT à luz da desintegração diferenciada, é útil considerar dois pontos importantes: a variedade da integração e os *Opt-outs* e Exceções. Concernente a variedade de integração, a UE sempre permitiu diferentes níveis de integração. Alguns países não adotaram o EURO, como o Reino Unido e a Dinamarca. Outros fazem parte do Espaço Schengen, como a Irlanda e o Reino Unido (antes do Brexit) (GÄNZLE, WUNDERLICH, HOFELICH, 2024).

No que diz respeito aos *Opt-outs* e Exceções, o Reino Unido tinha várias “opt-outs” de políticas da UE, incluindo a não adoção do euro e a não participação em algumas áreas de cooperação policial e judiciária.

A decisão do Reino Unido de buscar um novo acordo com a UE, culminando no referendo de junho de 2016, foi motivada pela necessidade de reconfigurar sua relação com a Europa. Inicialmente apresentado por David Cameron como um método para fortalecer sua posição política interna, o referendo revelou profundas divisões e incertezas dentro do Reino Unido em relação à UE. Enquanto alguns argumentavam por uma maior autonomia, outros expressavam preocupações sobre os impactos econômicos e sociais da filiação (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

O resultado do referendo do Brexit não apenas desencadeou um processo de desintegração diferenciada, mas também destacou desafios significativos para a integração europeia. Isso incluiu implicações como um possível fortalecimento do centro da UE, a perda de uma voz proeminente do livre mercado, e uma reavaliação dos limites da diferenciação interna dentro da EU (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

As principais motivações para o BREXIT foram como vimos no capítulo anterior, a soberania nacional, uma vez que a recuperação de soberania, permitiria ao Reino Unido decidir suas próprias leis e políticas em interferência de Bruxelas. O outro ponto foi a questão da Imigração, a livre circulação de pessoas dentro da UE foi uma preocupação significativa. O Reino Unido queria controlar mais efetivamente suas fronteiras. Adicionalmente, o desejo de não contribuir para o orçamento da UE foi outra razão importante, permitindo que o Reino Unido gastasse esse dinheiro conforme suas próprias prioridades.

O processo de desintegração diferenciada do Reino Unido teve como aval o artigo 50, a saída formal do Reino Unido da UE foi iniciada com a invocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa, que estabelece o procedimento para um Estado-membro se retirar da UE. Além disso, o processo envolveu negociações complexas para determinar a futura relação entre o Reino Unido e a UE, abrangendo comércio, direitos de cidadãos, e outras áreas de cooperação.

Como resultado da desintegração diferenciada, temos os acordos específicos, o acordo de retirada e o acordo de comércio e cooperação que se seguiram representam uma forma de desintegração diferenciada. O Reino Unido agora participa de algumas áreas de cooperação com a UE, mas não em outras. E o outro é o novo Status, a saber, o Reino Unido deixou de ser um Estado-membro e passou a ser um “terceiro país” com uma relação especial, similar a outras nações com acordos abrangentes com a UE, mas que não são membros (SCHIMMELFENNIG, 2018).

Como implicações futuras, pode existir uma possibilidade de Reintegração diferenciada, a relação do Reino Unido e a UE pode evoluir com o tempo, possivelmente movendo-se para mais cooperação em certas áreas ou afastamento em outras, e pode servir de modelo para outros, o BREXIT pode servir como um modelo ou um aviso para outros países que consideram mudar seu nível de integração com a UE.

A desintegração diferenciada permite uma visão do BREXIT como parte de uma tendência mais ampla dentro da UE, onde diferentes países buscam diferentes formas de interação com o bloco. O BREXIT é um exemplo extremo de desintegração, onde um país optou por sair completamente. A literatura emergente sobre o Brexit destaca que o Reino Unido não cortou todos os laços com a União Europeia (UE) e seus estados membros. Ao invés disso, os estudiosos enquadraram o Brexit como uma forma de desintegração diferenciada (GÄNZLE, 2019; GÄNZLE, LERUTH; TRONDAL, 2020; GÄNZLE, WUNDERLICH, 2022; SCHIMMELFENNIG, 2018).

As razões por trás das saídas de estados de organizações regionais variam, influenciadas por fatores domésticos, contestações regionais, e mudanças geopolíticas e geoeconômicas. Estudos como o de (VOLLARD, 2014; TROITIÑO; KERIKMAE AND CHOCHIA, 2018) teorizam sobre esses motivos destacando a complexidade das decisões de retirada.

As negociações entre a UE e o Reino Unido sobre desintegração diferenciada transcorreram em duas fases distintas. Entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, as discussões sobre o novo acordo para o Reino Unido dentro da UE trataram da desintegração diferenciada interna. Após o referendo do Brexit em junho de 2016, o foco das negociações passou para a saída do Reino Unido da UE e sua integração seletiva como um estado não membro, movendo-se da desintegração diferenciada interna para a externa. Além disso, os estados não membros podem desejar reduzir sua integração na UE (desintegração diferenciada externa), como evidenciado pela tentativa da Suíça de renegociar o tratado de livre circulação após a Iniciativa de Imigração em Massa de 2014 (SCHIMMELFENNIG, 2018)

Por este motivo, o BREXIT pode ser melhor compreendido dentro do contexto da desintegração diferenciada, refletindo uma adaptação contínua às necessidades e preferências dos estados. A análise desses processos não apenas ilumina as complexidades das relações regionais, mas também sugere um caminho para estudos futuros focados em entender melhor os impactos e as implicações dessas dinâmicas para a governança global contemporânea (GÄNZLE, WUNDERLICH, HOFELICH, 2024).

Retomando o debate pós-funcionalista, o exposto acima nos permite relacionar diretamente

a perspectiva pós-funcionalista com a desintegração diferenciada considerando dois fatores: as reações políticas e populistas e a soberania e autonomia. Concernente ao primeiro, o pós-funcionalismo argumenta que a integração pode provocar reações adversas que resultam em movimentos de desintegração. Movimentos populistas e nacionalistas, que se opõem à integração por razões identitárias e políticas, podem pressionar pela retirada de certas políticas enquanto mantém outras, resultando em desintegração diferenciada,

Quanto à soberania e autonomia, em resposta às pressões internas por maior controle sobre políticas domésticas, os países podem optar por desintegrar-se de certas áreas enquanto permanecem em outras, buscando um equilíbrio entre benefícios e a preservação da soberania nacional.

Em suma, o processo de integração europeia e o fenômeno do Brexit pode ser melhor compreendido através da perspectiva pós-funcionalista e dos conceitos de integração e desintegração diferenciadas. O pós-funcionalismo oferece uma explicação para as tensões e resistências que emergem do processo de integração, enquanto a ideia de integração e desintegração diferenciadas fornece um quadro para entender como a UE pode acomodar diferenças entre os seus membros e como pode lidar com a saída de um ou mais Estados. O Brexit, portanto, não representa apenas uma falha da integração europeia, mas também uma reconfiguração complexa das relações entre os Estados europeus, ilustrando a flexibilidade e resiliência da União Europeia frente a desafios internos e externos.

Conclusão

O presente trabalho visou responder à pergunta: “A saída do Reino Unido da União Europeia pode configurar um processo de desintegração na Europa?”. À primeira vista, a saída do Reino Unido da UE e o aumento do euroceticismo na Europa poderiam nos levar a uma compreensão de que sim, poderia ser o início de um processo maior de desintegração em toda a Europa.

Contudo, à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, novas variáveis surgiram, evidenciando a complexidade da análise do Brexit e sua influência na integração europeia, bem como a excepcionalidade do Reino Unido em sua relação com a Europa desde o final da Segunda-Guerra Mundial. Tais fatores não nos dá elementos generalizadores o suficiente para a partir do Brexit pensar na desintegração da União.

Como evidenciado nos capítulos 1 e 2 deste texto, a história nos mostra que desde o final da Segunda-Guerra mundial, o Reino Unido nunca foi totalmente integrado com a Europa, pois demonstrou um euroceticismo embutido em suas relações com a Europa desde o início do projeto de integração, reafirmando suas escolhas e ressalvas que o diferenciavam cada vez no processo de integração. Portanto, a falta de adesão a integração completa, evidencia que o Reino Unido não poderia ser considerado um condutor da desintegração na Europa.

Para além do Brexit, durante a pesquisa foi constatado que os diversos desafios enfrentados pela União Europeia, a saber, as constantes crises financeiras e econômicas na zona do euro, migrações, crescente euroceticismo, questões de segurança, democracia e o ponto mais desafiador, uma guerra entre Ucrânia e Rússia, não abordado neste texto, mas ainda assim presente na realidade europeia, nos mostra uma resiliência da UE em lidar com tantos desafios internos e ainda assim sustentar e reafirmar a integração no bloco, criando mais mecanismos e instituições para lidar com as crises.

O capítulo 1 deste trabalho se ocupou em traçar um panorama histórico geral divididos em 5 fases marcantes do relacionamento do Reino Unido com a União Europeia. A complexa história das relações do Reino Unido com a Europa desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais revela uma interação de fatores econômicos, políticos e de soberania nacional que moldaram a abordagem britânica em relação à integração europeia. Desde a resistência à adesão à Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) até as preocupações políticas expressas por líderes como Gaitskell, o Reino Unido optou por manter sua autonomia e laços com a Commonwealth e os Estados Unidos, em vez de se integrar mais plenamente na Europa.

A decisão do Reino Unido de não participar da CECA e, posteriormente, de não aderir à Comunidade Econômica Europeia (CEE) teve um impacto duradouro em suas relações com a Europa e moldou sua posição como um observador distante enquanto a Europa avançava em direção à integração. A relação especial com os Estados Unidos também desempenhou um papel significativo nessa dinâmica.

Embora tenha havido oportunidades perdidas de cooperação mais estreita, a história das relações entre o Reino Unido e a Europa ilustra as complexidades e tensões inerentes à busca de

uma maior integração. Essas considerações continuaram a influenciar os acontecimentos que culminaram na saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

Portanto, a relação da Grã-Bretanha com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 foi marcada por um complexo e multifacetado processo de tentativas de adesão, desafios políticos e econômicos, e um ponto de viragem representado pelo referendo de 1975. Este episódio histórico desafiou os padrões políticos estabelecidos, destacando a importância da participação direta do povo nas decisões fundamentais para o país. Refletiu as complexidades e divisões dentro da política britânica em relação à integração europeia. Além disso, evidenciou a capacidade do povo britânico de influenciar diretamente os rumos políticos do país.

Na sequência, o segundo capítulo abordou o contexto político doméstico do Reino Unido após a década de 90, e evidenciou os principais fatores políticos, econômicos, soberania e identidade que guiaram as renegociações do Reino Unido com a União Europeia e levaram ao referendo em 2016. Vale ressaltar que o referendo de 2016 foi precedido de tentativas de renegociações, como no primeiro referendo em 1975.

O processo do Brexit mostrou-se complexo, influenciado por uma variedade de fatores políticos, sociais e econômicos. Desde o referendo de 2016 até a conclusão das negociações em 2020, o Reino Unido enfrentou desafios consideráveis na redefinição de sua relação com a União Europeia. As campanhas pelo “*Leave*” ou “*Remain*” delinearão argumentos fundamentais, incluindo questões de soberania, imigração, custos financeiros e identidade nacional. Além disso, a ambiguidade do Artigo 50 do Tratado da União Europeia trouxe incertezas e desafios interpretativos, influenciando o curso das negociações.

A decisão de realizar um “*Hard Brexit*” representou um ponto crucial nas negociações, levando a debates intensos e a uma postura firme de ambos os lados. A complexidade e os desafios encontrados ao longo do processo de saída deixaram marcas duradouras, refletindo as profundas divisões na sociedade britânica. Este capítulo na história política do Reino Unido deixou um legado significativo, indicando a necessidade de reflexão sobre a identidade nacional, a soberania e as relações internacionais em um contexto de crescente interdependência global.

Desde as discussões iniciais até a conclusão dos acordos de comércio e cooperação, ficou evidente que a preservação da unidade e integridade da UE foi uma prioridade crucial para o bloco. Enquanto as posições iniciais mútuas refletiam diferenças substanciais, a perseverança e o comprometimento resultaram em acordos que delinearão o relacionamento futuro entre o Reino Unido e a UE. No entanto, à medida que o Reino Unido agora enfrenta desafios econômicos, políticos e sociais decorrentes do Brexit, fica claro que a repercussão desse evento continuará a moldar o cenário global. A busca por uma nova posição global, tanto no comércio quanto nas relações internacionais, sinaliza uma nova era para o Reino Unido. Enquanto o país enfrenta incertezas e oportunidades, a história do Brexit servirá como um ponto de referência crítico para o futuro da política e das relações internacionais.

Por fim, o capítulo 3 trouxe a discussão das teorias de integração regional, com foco nas

novas abordagens teóricas. Vimos ao longo da pesquisa, ainda que não tenha sido plenamente tratado de maneira detalhada e descritiva, que o campo da integração regional tem sido predominantemente influenciado pelo eurocentrismo, com teorias tradicionais focadas nas elites e em interesses econômicos ou eleitorais.

No entanto, o Brexit desafiou essas teorias, destacando lacunas na explicação da desintegração. Nesse contexto, a teoria pós-funcionalista de Hooghe e Marks se destaca ao incluir eficiência, distribuição e identidade como elementos essenciais para entender a decisão do Reino Unido. Esta abordagem oferece uma compreensão mais ampla e inovadora, considerando a politização da questão europeia, a resistência à integração e o sentimento nacionalista, enriquecendo o debate sobre a integração diferenciada e a desintegração diferenciada do Reino Unido com a Europa.

Portanto, vimos a importância da pluralidade de teorias no campo da integração para entender o Brexit e outros fenômenos, principalmente porque a saída do Reino Unido da UE não possui uma relação de causalidade clara, ou seja, não existe uma conexão única deste evento com uma consequência subsequente, senão várias causas e diversos efeitos resultantes deste processo. Deste modo, é crucial desenvolver novas teorias e abordagens que capturem as complexidades dos processos de integração e desintegração, considerando não apenas os interesses econômicos, mas também as dinâmicas de identidade e distribuição.

A dinâmica institucional da União Europeia, moldada pela integração diferenciada, reflete a diversidade de interesses e identidades dos Estados-membros. O Brexit, um exemplo de desintegração diferenciada, ilustra a complexidade das relações regionais e destaca a necessidade contínua de adaptabilidade e flexibilidade no contexto da integração. Esta saída não apenas redefine as relações europeias, mas também enfatiza a importância da integração diferenciada como um princípio fundamental para o futuro da união. A desintegração diferenciada não apenas reconhece a diversidade de interesses dentro das organizações regionais, mas também sublinha a persistência de conexões institucionais mesmo após a retirada de um estado.

Isso é fundamental para entender as dinâmicas regionais e globais em constante evolução, onde os estados podem ajustar sua participação em resposta a mudanças políticas e econômicas. Assim, à medida que os impactos do Brexit continuam a se desdobrar, a atenção contínua à integração e desintegração diferenciadas é essencial para moldar futuras cooperações internacionais e lidar de forma eficaz com os desafios do século XXI.

Podemos concluir, que o Brexit marcou um capítulo significativo na história das relações internacionais, desafiando o *status quo* da União Europeia e provocando um intenso debate sobre a identidade e a posição do Reino Unido no contexto europeu. Este processo revisitou questões sobre soberania, diferenciação e integração, levando a uma reflexão crítica sobre o futuro do projeto europeu, assim como sua resiliência.

À medida que os desdobramentos do Brexit continuam hoje a moldar a paisagem política e econômica, é crucial considerar suas implicações para a integração europeia e, mais amplamente, para a governança global. Este estudo oferece percepções valiosas sobre como os fenômenos

históricos, políticos e identitários podem influenciar os processos de integração e desintegração, abrindo caminho para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas complexas que moldam as relações internacionais contemporâneas.

Referências

- ANSTEAD, N. Data-driven campaigning in the 2015 United Kingdom general election. **The International Journal of Press/Politics**, 22(3), 294-313, 2017. <https://doi.org/10.1177/1940161217706163>
- BARNARD, C. The Protocol on Ireland/Northern Ireland: the scramble to find solutions. *European Law Review*, 46(1), 3-5, 2021.
- BARNARD, C. What next for Brexit? The UK has avoided no-deal, but the future is still uncertain. *The Conversation*, 2019. Disponível em: <<https://theconversation.com/what-next-for-brexit-the-uk-has-avoided-no-deal-but-the-future-is-still-uncertain-122638>>. Acesso em: 15 set. 2023.
- BOGDANOR, V. The New British Constitution. **Hart Publishing**, 2005.
- BÖRZEL, T. A.; RISSE, T. From the Euro to the Schengen Crises: European Integration Theories, Politicization, and Identity Politics. *Journal of European Public Policy*, 25(1), 83-108, 2019. <https://doi.org/10.1080/13501763.2017.1310281>
- BUTLER, D., & KITZINGER, U. The 1975 Referendum. (2nd ed.). London: **Macmillan Press Ltd.** 1996. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-24652-6>
- CARL, N., DENNISON, J., & EVANS, G. European but not European enough: An explanation for Brexit. *Journal of European Public Policy*, 26(1), 55-72, 2019.
- Chancellor of the Exchequer. 29 June 1955. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-129-76-cp-55-55-5.pdf>> Acesso em: 15 set. 2023.
- CHECKEL, Jeffrey T.; KATZENSTEIN, Peter J. (Eds.). European Identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511806247>
- CHURCHILL, Winston. The United States of Europe. 1930. Disponível em: <<https://winstonchurchill.org/publications/finest-hour/finest-hour-104/wit-and-wisdom-12/>> Acesso em: 21 fev. 2024.
- CHURCHILL, Winston. United States of Europe - Speech at University of Zurich, 19 September 1946. Disponível em: <<https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/unitedstates-of-europe/>>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- CINI, Michelle. Intergovernmentalism. In: CINI, Michelle; BORRAGÁN, Nieves Pérez-Solórzano (org.). European Union Politics. 5. ed. Oxford: **Oxford University Press**, 2016. p. 65-78. <https://doi.org/10.1093/hepl/9780198708933.001.0001>
- CLARKE, H. D., GOODWIN, M., & WHITELEY, P. Brexit: Why Britain voted to leave the European Union. **Cambridge University Press**, 2017. <https://doi.org/10.1017/9781316584408>
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Relações da UE com o Reino Unido. 2024. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-relations-with-the-united-kingdom/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COWLEY, P; KAVANAGH, D. *The British General Election of 2019*. **Palgrave Macmillan**, 2020. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-95936-8>

CURTICE, J. Scottish independence: towards a new referendum? *Political Insight*, 11(1), 4-7, 2020. <https://doi.org/10.1177/2041905820911739>

CURTICE, J. The 2019 UK general election: The end of Brexit uncertainty? *Political Insight*, 10(4), 4-6, 2019.

DADDOW, O. *New Labour and the European Union: Blair and Brown's Logic of History*. **Manchester University Press**, 2011.

DAVIS, R. The New York Times. Commons votes, 356 to 244, for Britain's Membership in the European Market. 1971.

DAVIS, Richard. Euroscepticism and Opposition to British Entry into the EEC, 1955-75. *Revue française de civilisation britannique*, v. 22, n. 2, p. 1-15, 2017. https://doi.org/10.4000/r_fcb.1364

DAVIS, Richard. Reactions to General de Gaulle's Veto of the. *Journal of Contemporary History*, v. 32, n. 4, p. 453-464, 1997. <https://doi.org/10.1177/002200949703200403>

DE VRIES, C. E. Euroscepticism and the Future of European Integration. *Oxford University Press*, 2018. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198793380.001.0001>

DE WILDE, Pieter. No polity for old politics? A framework for analyzing the politicization of European integration. *Journal of European Integration*, v. 33, n. 5, p. 559-575, 2011. <https://doi.org/10.1080/07036337.2010.546849>

DHINGRA, S., MACHIN, S.; OVERMAN, H. G. Local economic effects of Brexit. *Oxford Review of Economic Policy*, 37(S1), S90-S107, 2021.

DHINGRA, S., OTTAVIANO, G., SAMPSON, T., VAN REENEN, J. The impact of Brexit on foreign investment in the UK. *Brexit 2016*, 43-45, 2017.

DHINGRA, S; SAMPSON, T. Life after Brexit: What are the UK's options outside the European Union? *Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science*, 2019. Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit03.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ERIKSEN, Erik Oddvar; FOSSUM, John Erik. *Democracy in the European Union: Integration Through Deliberation?*. **Londres: Routledge**, 2000.

EUROPEAN COMMISSION. One currency for one Europe: The road to the euro. *Economic and Financial Affairs*, 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/publications/economy-finance/one-currency-one-europe_en> Acesso em: 20 set. 2023.

EUROPEAN FREE TRADE ASSOCIATION. Resolution adopted by EFTA, Stockholm, 20 November 1959. Disponível em: <https://www.cvce.eu/content/publication/2002/4/17/a071925e-f13b-43c8-92a2-4aec02cdd061/publishable_en.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

FINANCIAL TIMES. The island story that flags up Britain's differences from Europe. 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/c8e7a6ea-234e-11e6-9d4dc11776a5124d> Acesso em: 18 set. 2023.

- FITZGERALD, O. Brexit: The Transition Period and Beyond. *International Affairs*, 96(4), 893-913, 2020.
- FLIGSTEIN, N. Euroclash: The EU, European Identity, and the Future of Europe. *Oxford University Press*, 2008. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199580859.001.0001>
- GEORGE, S. An Awkward Partner: Britain in the European Community. *Oxford University Press*, 1994.
- GLENCROSS, A. (2021). The Politics of Brexit: Sovereignty, Nationalism and the Future of the EU. *Macmillan International Higher Education*, 2021.
- GLENCROSS, A. **Why the UK Voted for Brexit: David Cameron's Great Miscalculation**. London: Palgrave, 2016. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-59001-5>
- GOODWIN, M., & HEATH, O. Brexit and the Left Behind: A Decline of Social Democracy or a Demand for Cultural Recognition? *Political Quarterly*, 91(2), 309-317, 2020.
- GOODWIN, M; MILAZZO, C. Taking back control? Investigating the role of immigration in the 2016 vote for Brexit. *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(3), 450-464, 2017. <https://doi.org/10.1177/1369148117710799>
- GOWLAND, D. TURNER, A. Reluctant Europeans: Britain and European Integration 1945-1998. *Longman*, 2000.
- GOWLAND, David. Britain and the European Union. New York, *London: Routledge*, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315463537>
- GOWLAND, David; TURNER, Arthur; WRIGHT, Alex. Britain and European Integration Since 1945: on the sidelines. London; **New York: Routledge**, 2010. <https://doi.org/10.4324/9780203299906>
- HAAS, ERNST B., et al. Uniting Of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957. University of Notre Dame Press, 2004. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctv19m62zk>. Acesso em: 15 jul. 2023. <https://doi.org/10.2307/j.ctv19m62zk>
- HAYTON, Richard. Brexit and the Conservative Party. *In*: DIAMOND, Patrick; NEDERGAARD, Peter; ROSAMOND, Ben. The Routledge Handbook of the Politics of Brexit. *London: Routledge*, 2018. p. 157 – 166. <https://doi.org/10.4324/9781315169613-13>
- HAYWARD, K. (2018). The pivotal position of the Irish border in the UK's withdrawal from the EU. *UK in a Changing Europe*. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/the-pivotal-position-of-the-irish-border-in-the-uks-withdrawal-from-the-eu/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- HOBOLT, S. B. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. *Journal of European Public Policy*, 23(9), 1259-1277, 2016. <https://doi.org/10.1080/13501763.2016.1225785>
- HOBOLTO, S. B; DE VRIES, C. E. Turning against the union? The impact of the crisis on the eurosceptic vote in the 2014 European Parliament elections. *Electoral Studies*, 44, 504-514, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.05.006>
- HOFFMAN, Stanley. Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe. *Daedalus*, v. 95, n. 3, p. 862-915, 1966.
- HOOGE, L.; MARKS, G. A Postfunctionalist Theory of European Integration: From

Permissive Consensus to Constraining Dissensus. *British Journal of Political Science*, 39(1), 1-23, 2009. <https://doi.org/10.1017/S0007123408000409>

HOOGHE, L.; MARKS, G. Cleavage Theory Meets Europe's Crises: Lipset, Rokkan, and the Transnational Cleavage. *Journal of European Public Policy*, 25(1), 109-135, 2018. <https://doi.org/10.1080/13501763.2017.1310279>

HOOGHE, L.; MARKS, G. Grand Theories of European Integration in the Twenty-First Century. *Journal of European Public Policy*, 26(8), 1113-1133, 2019. <https://doi.org/10.1080/13501763.2019.1569711>

JESSEN, Carsten Stroby. Neo-functionalism. In: CINI, Michelle; BORRAGÁN, Nieves Pérez-Solórzano (org.). *European Union Politics*. 5. ed. Oxford: *Oxford University Press*, 2016. p. 53-64.

JONES, Erik; MENON, Anand; WEATHERILL, Stephen (ed.). *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford: *Oxford University Press*, 2012. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199546282.001.0001>

KRASTEV, Ivan. "European Disintegration? A Fraying Union". *Journal of Democracy*, vol. 23, no. 4, 2012, pp. 23-30. <https://doi.org/10.1353/jod.2012.0064>

MACMILLAN, Harold. Address given by Harold Macmillan on the United Kingdom's application for membership to the EC (31 July 1961). Disponível em: <https://www.cvce.eu/en/object/address_given_by_harold_macmillan_on_the_united_kingdom_s_application_for_membership_to_the_ec_31_july_1961-en-a5c95873-aca0-4e9fbe93-53a36918041d.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MACMILLAN, Harold. Leader's speech, 1962. Disponível em: <http://www.britishpoliticspeech.org/speech-archive.htm?speech=111> Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

MALAMUD, Andrés. Overlapping Regionalism, No Integration: Conceptual Issues and the Latin American Experiences. RSCAS Working Papers, n. 20, 2013. Disponível em: <https://id.eas.repec.org/p/rsc/rsceui/2013-20.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe C. "The Experience of European Integration". 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=965798>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

MATTLI, Walter. Comparative Regional Integration: Theoretical Developments. In: JONES, Erik; MENON, Anand; WEATHERILL, Stephen (ed.). *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford: *Oxford University Press*, 2012.

MATTLI, Walter. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511756238>

MAY, T. (2017). The government's negotiating objectives for exiting the EU: PM speech. *GOV.UK*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/the-governments-negotiating-objectives-for-exiting-the-eu-pm-speech>>. Acesso em 10 abr. 2024.

MENON, A.; PORTES, J. The economics of Brexit: What have we learned? *Journal of Economic Perspectives*, 33(4), 163-184, 2019.

- MENON, A; SALTER, J. P. Brexit: initial reflections. **International Affairs**, 92(6), 1297-1318, 2016. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12745>
- MILLER, V. The 1974-75 UK Renegotiation of EEC Membership and Referendum. **House of Commons Library**, 1975.
- MOORE, M; RAMSAY, G. UK media coverage of the 2016 EU Referendum campaign. **Centre for the Study of Media, Communication, and Power, King's College London**, 2017.
- OLIVER, T. What impact will Brexit have on the EU? **European View**, 15(2), 223-231, 2016.
- PERISIC, Bojana. Britain and Europe - a History of Difficult Relations. **Institute for Cultural Diplomacy**, Berlin, 2010.
- PHINNEMORE, D. The Northern Ireland Protocol: the long road to implementation. **Journal of Common Market Studies**, 59(3), 612-629, 2021.
- PORTES, J. Immigration after Brexit. **National Institute Economic Review**, 238(1), R13-R21, 2016. <https://doi.org/10.1177/002795011623800111>
- SANDERS, David. Losing an Empire, Finding a Role: British Foreign Policy since 1945. **New York: Macmillan Education**, 1989. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-20747-3>
- SHELLER, Henrik; EPPLER, Annegret. 2014. "European Disintegration – Non-Existing Phenomenon or a Blind Spot of European Integration Research?". Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288990648_European_Disintegration_-_nonexisting_Phenomenon_or_a_Blind_Sp Acesso em 10 de Agosto de 2023.
- SCHIMMELFENNIG, F. European Integration (Theory) in Times of Crisis. A Comparison of the Euro and Schengen Crises. **Journal of European Public Policy**, 25(7), 969-989, 2018. <https://doi.org/10.1080/13501763.2017.1421252>
- SCHMITTER, Philippe C. Three Neo-Functional Hypotheses about International Integration. *International Organization*, vol. 23, n. 1, p. 161-166, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2705772>. Acesso em: 23 ago. 2024. <https://doi.org/10.1017/S0020818300025601>
- SCHUMAN, Robert. The Schuman Declaration - 9 May 1950. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt>. Acesso em: 15 set. 2023.
- SHIPMAN, T. All Out War: The Full Story of How Brexit Sank Britain's Political Class. **Harper Collins UK**, 2016.
- SMITH, M. The UK and the US: The special relationship after Brexit. **International Affairs**, 97(1), 1-19, 2021.
- SNYDER, Timothy. Nations, Empires, Unions: European Integration and Disintegration Since 1914. Vídeo online. YouTube, https://www.youtube.com/watch?v=32_cqhaSJLs. Acesso em: 03 mar. 2024.
- SUMPTION, M. The UK's new immigration system: what difference will it make? **Migration Observatory, University of Oxford**, 2021.
- TAYLOR, A. "Project Fear": The referendum campaign's myth of modern Britain. **New**

Statesman, 2017.

THE NEW YORK TIMES. Commons votes, 356 to 244, for Britain's Membership in the European Market. 29 October 1971.

THE TREATY OF ROME. 25 March 1957. Disponível em: <https://ec.europa.eu/romania/sites/romania/files/tratatul_de_la_roma.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023.

TINDEMANS, Leo. European Union. Report by Mr. Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council. Bulletin of the European Communities Supplement 1/76. 29 December 1975. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/942/>> Acesso em: 02 nov. 2023.

TRADE POLICY OBSERVATORY. UK Trade Policy after Brexit: Building Global Relationships. *University of Sussex*, 2021.

UK GOVERNMENT. A European Free Trade Area - United Kingdom Memorandum to the Organization for European Economic Co-operation. February 1957. Disponível em: <https://www.cvce.eu/obj/memorandum_from_the_united_kingdom_on_the_europea%

UK GOVERNMENT. CAB 129/47 Original Reference CP 226 (51)-267 (51), 24 Jul-26 Oct 1951. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/large/cab-129-47.pdf>> Acesso em: 15 set. 2023.

UK GOVERNMENT. Cabinet Memorandum. European Integration. Note by the Chancellor of the Exchequer. 29 June 1955. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-129-76-cp-55-55-5.pdf>> Acesso em: 8 set. 2023.

UK GOVERNMENT. European Communities Act 1972, 1972. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1972/68/pdfs/ukpga_19720068_en.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

UK GOVERNMENT. Referendum on EEC Membership. Note by the Prime Minister. 22 January 1975. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-129-181-c-11.pdf>> Acesso em: 15 set. 2023.

UK PARLIAMENT. European Communities (White Paper), Hansard, 10 February 1970. Disponível em <https://api.parliament.uk/historic269hansard/commons/1970/feb/10/european_communities-white-paper>. Acesso em: 15 set. 2023.

USHERWOOD, Simon; STARTIN, Nick. Euroscepticism as a Persistent Phenomenon. *Journal of Common Market Studies*, v. 51, n. 1, p. 1-16, 2013.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2012.02297.x>

VOLLAARD, Hans. European Disintegration: A Search for Explanations. Londres: *Palgrave Macmillan*, 2018. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-41465-6>

WILSON, Harold. Harold Wilson Prime Minister of the United Kingdom - Speech made to the Assembly Monday, 23 January 1967. Disponível em: <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/Speeches/Speech-XML2HTMLLEN.asp?SpeechID=250> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

WINCOTT, D. Brexit dilemmas: new opportunities and tough choices in unsettled times.

The Political Quarterly, 88(2), 174-182, 2017.

WODAK, R. The politics of fear: What right-wing populist discourses mean. *SAGE Publications*, 2016. <https://doi.org/10.4135/9781446270073>

YOUNG, Hugo. *This Blessed Plot: Britain and Europe from Churchill to Blair*. New York: Macmillan, 1998.

ZÜRN, M. DE WILDE, P. Debating globalization: cosmopolitanism and communitarianism as political ideologies. *Journal of Political Ideologies*, 21(3), 280-301, 2016. <https://doi.org/10.1080/13569317.2016.1207741>